

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO INTRA-URBANO DE APARECIDA DE GOIÂNIA
E A DINÂMICA METROPOLITANA DE GOIÂNIA: DE 1960 AOS ANOS 2000**

Lucas Maia dos Santos

Orientador: **Dr. Eguimar Felício Chaveiro**

Goiânia

2008

Lucas Maia dos Santos

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO INTRA-URBANO DE APARECIDA DE GOIÂNIA
E A DINÂMICA METROPOLITANA DE GOIÂNIA: DE 1960 AOS ANOS 2000**

Dissertação apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro.

Goiânia
2008

Lucas Maia dos Santos

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO INTRA-URBANO DE APARECIDA DE GOIÂNIA
E A DINÂMICA METROPOLITANA DE GOIÂNIA: DE 1960 AOS ANOS 2000**

Dissertação defendida e aprovada no Curso de Mestrado em Geografia do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás, para obtenção de grau de Mestre, aprovada em 27 de Maio de 2008, pela banca examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro
Presidente da Banca

Prof. Dr. João Batista de Deus
Examinador Interno (IESA/UFG)

Prof. Dr. Nildo Silva Viana
Examinador Externo (UEG)

O desenvolvimento do meio urbano é a modelação capitalista do espaço. Representa a escolha de uma certa materialização do possível, com exclusão de outras (KOTANYI & VANEIGEM, 2007, p. 96)

Dedico esta dissertação à minha mãe e a meu pai,
pela confiança e apoio.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente aos meus amigos do Movimento Autogestionário: Nildo, Uelinton, Rose, Angélica, Vera, André, Gil, Cleito, Edmilsons Borges e Marques, Lisandro, Renato. A todos eles devo grande parte das idéias aqui expostas. Idéias edificadas em copos sempre cheios de cerveja.

À Alessandra, pela paciência e carinho.

Agradeço, enfim, a todos os amigos que fiz na geografia, cuja uma possível lista seria sempre incompleta.

E agradeço, por fim, ao meu orientador e amigo, Eguimar, que com os cafés – mergulhinho e os navegamentos no submundo da cidade muito me ajudou a conceber e concluir este trabalho.

| | |
|--|-----|
| LISTA DE MAPAS | 08 |
| LISTA DE TABELAS | 09 |
| LISTA DE QUADROS | 10 |
| LISTA DE FOTOS | 11 |
| RESUMO | 12 |
| ABSTRACT | 14 |
| INTRODUÇÃO | 16 |
| | |
| CAPÍTULO 1: A EMERGÊNCIA DA LÓGICA METROPOLITANA E A FRAGMENTAÇÃO DO ESPAÇO | 21 |
| 1.1 Sobre metropolização e fragmentação: questões conceituais | 21 |
| 1.2 O desenvolvimento de Goiânia e a formação do aglomerado metropolitano | 30 |
| 1.3 Aparecida de Goiânia: a fragmentação do espaço metropolitano | 45 |
| | |
| CAPÍTULO 2: A ESTRUTURAÇÃO ESPACIAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA | 60 |
| 2.1 Aparecida de Goiânia: de núcleo isolado a espaço fragmentado | 60 |
| 2.2 A reestruturação intra-urbana de Aparecida de Goiânia | 90 |
| | |
| CAPÍTULO 3: APARECIDA DE GOIÂNIA: IDEOLOGIA E AXIOLOGIA NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO | 112 |
| 3.1 Ideologia, axiologia e axionomia | 112 |
| 3.2 Espaço intra-urbano de Aparecida de Goiânia e a questão dos valores | 124 |
| | |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 138 |
| | |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 144 |

Mapa 1: Região Metropolitana de Goiânia 38

Mapa 2: Pessoas de 15 anos e mais de idade que trabalham ou estudam fora do município de residência – Região Metropolitana de Goiânia – AED’s: municípios de Goiânia, Aparecida de Goiânia e Trindade 40

Mapa 3: Principais vias estruturantes do espaço intra-urbano de Aparecida de Goiânia... 46

Mapa 4: evolução do parcelamento do solo em Aparecida de Goiânia – de 1922 a 2005..62

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| Tabela 1: Crescimento demográfico da RMG - 1960 a 2000 | 36 |
| Tabela 2: População total, urbana e rural em 1970 - Aparecida de Goiânia | 69 |
| Tabela 3: Taxa média geométrica de crescimento anual da população da Aglomeração de Goiânia - 1970 a 1980 | 71 |
| Tabela 4: Ensino Primário em Aparecia de Goiânia – 1971 | 74 |
| Tabela 5: Taxa média geométrica de crescimento anual da população da aglomeração de Goiânia de 1980 a 1991 | 83 |
| Tabela 6: População da aglomeração de Goiânia em 1980 e 1991 | 83 |
| Tabela 7: População total por município da RMG e taxa de crescimento anual em 1991, 1996 e 2000 | 87 |
| Tabela 8: Expansão do Buriti Shopping em Aparecida de Goiânia: de 1996 a 2004 | 95 |
| Tabela 9: Relação das empresas e empregos gerados no DAIG, DIMAG, Pólo Empresarial Goiás e Parque Industrial de Aparecida de Goiânia | 109 |
| Tabela 10: Taxa de homicídios por 100.000 habitantes – RMG | 136 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| Quadro 1: Nome e ano de aprovação dos loteamentos em Aparecida de Goiânia de 1922 a 1963..... | 66 |
| Quadro 2: – Nome e ano de aprovação dos loteamentos em Aparecida de Goiânia de 1964 a 1980 | 76 |
| Quadro 3: Nome e ano de aprovação dos loteamentos em Aparecida de Goiânia de 1981 a 1990 | 81 |
| Quadro 4: Nome e ano de aprovação dos loteamentos em Aparecida de Goiânia de 1991 a 2007 | 85 |
| Quadro 5: Menção a logradouros públicos em Goiânia e Aparecida de Goiânia – 2008 | 131 |

LISTA DE FOTOS

| | |
|--|-----|
| Foto 1: Rua sem pavimentação – Jardim Helvécia, Aparecida de Goiânia – 2008 | 97 |
| Foto 2: Galeria comercial de luxo – Bairro Hilda, Aparecida de Goiânia – 2008 | 97 |
| Foto 3: Condomínio Horizontal Fechado Jardins Viena – Aparecida de Goiânia – 2008 | 97 |
| Foto 4: Condomínio Horizontal Fechado Jardins Mônaco – Aparecida de Goiânia – 2008 | 97 |
| Foto 5: Terminal Cruzeiro do Sul – Aparecida de Goiânia – 2008 | 97 |
| Foto 6: Buriti Shopping – Aparecida de Goiânia – 2008 | 97 |
| Foto 7: Praça Matriz de Aparecida de Goiânia – 2008 | 100 |
| Foto 8: Hospital de olhos – Centro Histórico de Aparecida de Goiânia – 2008..... | 100 |
| Foto 9: Lojas comerciais – Praça Matriz de Aparecida de Goiânia – 2008 | 100 |
| Foto 10: Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia – 2008 | 100 |
| Foto 11: Loja Casas Bahia, Centro Histórico de Aparecida de Goiânia – 2008 | 100 |
| Foto 12: Pregos localizados na Avenida Tapajós, Aparecida de Goiânia – 2008 | 103 |
| Foto 13: Vista panorâmica da Avenida Igualdade no Setor Garavelo em Aparecida de Goiânia – 2008 | 105 |
| Foto 14: Vista panorâmica da Avenida Independência no Setor Cidade Livre em Aparecida de Goiânia – 2008 | 106 |
| Foto 16: Distrito Industrial de Aparecida de Goiânia – 2008 | 111 |
| Foto 17: Pólo Empresarial Goiás em Aparecida de Goiânia – 2008 | 111 |

SANTOS, Lucas Maia. **A produção do espaço intra-urbano de Aparecida de Goiânia e a dinâmica metropolitana de Goiânia: de 1960 aos anos 2000**. 2008. 148p. Dissertação (Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

Aparecida de Goiânia é uma cidade que se desenvolve numa relação inextricável com Goiânia. O objetivo desta pesquisa foi justamente compreender a papel desta relação no processo de estruturação do espaço intra-urbano aparecidense. A questão central que norteou nossas análises foi: como se formou Aparecida de Goiânia? A esta pergunta seminal, somam-se outras: a) quais os processos, os atores e as etapas do processo de produção do espaço intra-urbano de Aparecida de Goiânia? c) quais as implicações em sua forma espacial advindas de suas funções ou da sua relação com a Região Metropolitana de Goiânia – RMG como um todo e especialmente com Goiânia? Qual a natureza da valorização do espaço intra-urbano de Aparecida de Goiânia?

Para responder a estes problemas, estabeleceram-se como objetivos do estudo: analisar a produção do espaço da RMG em geral e o de Aparecida de Goiânia em particular; periodizar e mapear a ocupação de Aparecida de Goiânia; analisar os agentes sociais e os processos produtores deste espaço; analisar as funções que Aparecida de Goiânia desempenha atualmente na RMG; e analisar a maneira como este espaço é valorado pelo conjunto da sociedade e mais especificamente pela produção jornalística em Goiânia.

Realizou-se para tanto revisão bibliográfica com o objetivo de determinar o *estado da arte* no que se refere às teorias a respeito das discussões sobre o espaço urbano e metropolitano; sobre a estruturação do espaço intra-urbano de Goiânia e formação da RMG; e também procurou-se documentos, trabalhos acadêmicos e demais obras que discutam especificamente Aparecida de Goiânia, ficando este último ponto bastante problemático na medida em que quase não há trabalhos que abordem especificamente este município. Fez-se um mapeamento da criação de loteamentos desde o surgimento do povoado em 1922 até o ano de 2005 com o auxílio do programa *ArcView*.

Dado o nosso pressuposto, ou seja, de que a metropolização de Goiânia é fundamental para a estruturação do espaço intra-urbano de Aparecida de Goiânia, estabeleceu-se como ponto de partida cronológico de nossa investigação a década de 1960, isto não impede obviamente que recuemos a períodos anteriores constantemente. Desta maneira, dividimos

o processo de ocupação em quatro etapas: 1922 a 1963 – *De núcleo isolado à constituição de espaços segregados*; de 1963 a 1980 – *Da estruturação do espaço metropolitano à produção de periferia expandida e segregada*; 1980 a 1990 – *Consolidando a segregação: o crescimento demográfico*; de 1990 aos dias atuais – *A constituição de uma região geral multifuncional integrada da cidade*.

Por fim, discutiu-se a maneira como o espaço intra-urbano de Aparecida de Goiânia é valorado. A pesquisa foi realizada no Jornal O Popular nas edições referentes aos anos de 2007 e 2008. Foram analisados os números de domingo de todos os meses considerados, ou seja, de janeiro de 2007 a março de 2008. Procurou-se identificar as referências a logradouros públicos no caderno Cidades. Verificou-se que as referências são predominantemente à áreas onde se localizam as classes dominantes. As poucas referências ao município de Aparecida de Goiânia são em sua maioria destinadas às notícias referentes à criminalidade. A página policial povoa as referências a Aparecida de Goiânia.

Esta pesquisa demonstrou, portanto, que a imagem que se constrói da cidade está diretamente vinculada à maneira como os espaços são valorados. As áreas periféricas de Goiânia e a totalidade do município de Aparecida de Goiânia recebem uma atenção diferenciada na mídia impressa, posto que são áreas cuja ocupação é predominantemente destinada às classes exploradas. Desta maneira, a valoração axiológica do espaço é mais um elemento para se compreender o processo de dominação de umas classes sobre outras utilizando estratégias espaciais.

Em poucas palavras, esta dissertação revelou que a estruturação espacial de Aparecida de Goiânia está inserida dentro das estratégias de classe para manutenção das relações de exploração e dominação via controle e domínio espaço. Como *locus* preferencial de assentamento das classes exploradas, este município vivenciou nos anos de 1990 uma reestruturação global de seu espaço intra-urbano alterando em certos aspectos suas funções. Sendo até a década de 1980 fundamentalmente uma cidade dormitório, experiência nas décadas de 1990 e 2000 modificações nas funções de seu espaço intra-urbano e se torna uma *região geral multifuncional integrada da cidade*, atual fase da estruturação de seu espaço intra-urbano.

Palavras chave: **Espaço intra-urbano - Segregação urbana - Região Metropolitana de Goiânia - Aparecida de Goiânia.**

Intra-urban space's production in Aparecida de Goiânia and Goiânia's metropolitan dynamic: since 1960 to years 2000.

Aparecida of Goiania is a city that develops a relationship inextricable with Goiania. The goal of this research was precisely understand the role of this relationship in the process of structuring the space intra-urban of Aparecida. The central question that guided our analysis was: how was formed Aparecida of Goiania? The seminal this question should be added others: a) what the processes, actors and the stages of the production process of intra-urban area of Aparecida of Goiania? c) what are the implications on its way space resulting from their duties or their relationship with Metropolitan Region of Goiania - RMG as a whole and especially in Goiania? What is the nature of the value of intra-urban area of Aparecida de Goiania?

To meet these problems, established himself as objectives of the study: examine the production of the RMG in general and of Aparecida of Goiania in particular; to divide into periods and to map the occupation of Aparecida of Goiania; to analyse the social agents and producers processes of this area; to analyse the functions that Aparecida of Goiania currently plays in RMG; and to analyse how this space is valued by all of society and more specifically for journalistic production in Goiania.

It took place, for this, literature review with the objective of determining the *state of the art* in the to refer to theories about the discussions on the urban and metropolitan area; about the structuring of Goiania intra-urban area and training of RMG, and also it was looked for documents, academic works and other works that discuss specifically Aparecida of Goiania, with the last point rather problematic, as almost no studies that address specifically this city. It did a mapping of the creation of lots from the emergence of village in 1922 until the year 2005 with the help of *ArcView* program.

Given our assumption, that is, of that the metropolization of Goiania is fundamental to the structure of intra-urban area of Aparecida of Goiania, set up as a chronologic point of departure of our investigation the decade of 1960, this obviously does not prevent that recuemos previous periods constantly. Thus, the process of occupation divided into four stages: *1922 to 1963 - From the establishment of core isolated segregated; From 1963 to 1980 - the structuring of the metropolitan area to the periphery of expanded production and secreted; 1980 to 1990 - Strengthening the segregation: Population growth; From*

1990 to the present day - The creation of a multifunctional integrated general region of the city.

Finally, discussion was held on how the intra-urban area of Aparecida of Goiania is valued. The survey was conducted in the Official The People issues relating to the years 2007 and 2008. We analyzed the figures on Sunday of every month considered, ie January 2007 to March 2008. The study seeks to identify the references to public grounds in terms cities. It was found that the references are predominantly located to the areas where the ruling classes. The few references to Aparecida of Goiania city are mostly for the news concerning the criminality. The police page live in the references to Aparecida of Goiania. This research has demonstrated so that the image to build the city is directly linked to how spaces are discussed. Goiania peripheral areas and totality of the city of Aparecida of Goiania receive a differentiated attention in the printed media, due to are areas whose occupation is predominantly aimed at exploited class. Thus, the valuation axiologic of space is another element to understand the process of domination of one class on using other strategies space.

In brief, this dissertation showed that the spatial structure of Aparecida of Goiania is embedded within the class of strategies for maintaining the relations of exploitation and domination via control and field space. As a locus of preferential settlement of class explored, the municipality experienced in 1990 a comprehensive restructuring of its intra-urban space by changing certain aspects in their duties. As to the 1980 primary a dormitory city, decades of experience in the 1990 and 2000 changes in the functions of their intra-urban area and becomes a general region multifunctional integrated the city's current stage of development of its intra-urban area.

Key-words: Intra-urban espace; Goiânia's Metropolitan Region; Urban segregation; Aparecida de Goiânia.

Como se estruturou Aparecida de Goiânia? Esta é a pergunta central que norteia esta pesquisa. A motivação para fazê-la, deve-se fundamentalmente a três aspectos. Em primeiro lugar, devemos destacar que do ponto de vista populacional, estratégico, político etc. Goiânia exerce papel central no estado de Goiás. Além de ser a capital administrativa, Goiânia adquire tal importância na Região Centro-Oeste que sua polarização lhe atribui o *status* de capital regional (CHAVEIRO, 2001).

Evidentemente que esta polarização é importante para compreendermos a constituição da Região Metropolitana de Goiânia – RMG. Goiás, segundo dados do Censo (IBGE, 2000) possui uma população total de 5.003.228 habitantes, sendo que 4.396.645 vivem em cidades e 606.583 vivem no campo. Ou seja, considerando os critérios do IBGE, quase 90% da população goiana é considerada urbana. Furtando-me aqui a debater a validade destes critérios, é necessário registrar que 1.639.516 habitantes vivem na RMG, ou seja, aproximadamente 32%.

Em segundo lugar, não há muitos estudos abordando a RMG como um todo, há sim um certo volume de estudos sobre Goiânia, tanto na Geografia, Ciências Sociais e Historiografia, mas considerando questões particulares ou áreas dentro do município. Com relação aos municípios do entorno, esta quantidade cai drasticamente e, em particular, com relação a Aparecida de Goiânia, não encontramos muitos estudos abordando sua formação territorial, periodizando seu processo de ocupação, debatendo sua funcionalidade dentro da RMG etc.

E em terceiro lugar, consideramos que há a necessidade de a Geografia, com seu cabedal teórico-metodológico, fornecer explicações e apontar agendas de pesquisa para compreender o processo de formação, consolidação e dinâmica territorial da RMG em geral e de Aparecida de Goiânia em particular.

Um princípio norteia nossa análise: o intra-urbano e o regional se determinam mutuamente. O estado de Goiás vem experimentado ao longo das décadas de 1970/80/90 e 2000 um intenso processo de urbanização. Os processos de mecanização do campo, construção de Brasília e metropolização de Goiânia estruturam sua atual rede urbana. O território goiano apresenta, hoje, duas áreas metropolitanas: a Região Metropolitana de Goiânia (RMG) e a Região de Desenvolvimento Integrado do Entorno de Brasília (RIDE).

Analisaremos, neste estudo, a RMG, seu surgimento, evolução, principais características etc. Foi instituída pela lei complementar n. 27 de dezembro de 1999 e é composta por 11 municípios. Esta mesma lei estabeleceu a Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia, composta inicialmente por sete municípios, atualmente são nove.

Antes de se regularizar a RMG, tinha-se o Aglomerado Urbano de Goiânia (AGLUG), criado em 1980 através da lei 8.956 de 27 de dezembro. Tal como no caso da RMG, alguns municípios entraram e saíram de acordo com as conveniências e interesses do momento. Esta lei estabelecia o AGLUG com 10 municípios, várias outras se sucederam alterando esta quantidade; a última alteração foi realizada através da lei n. 23 de 09 de janeiro de 1998, quando em 1999 foi criada a RMG.

O município de Aparecida de Goiânia é o segundo mais populoso do estado, perdendo somente para Goiânia. Sua população, de acordo com o censo de 2000 é de 335.392 habitantes. Todos os outros municípios da RMG, exceto Goiânia, apresentam população inferior a oitenta e cinco mil habitantes. Deste modo, comparada com estes municípios, do ponto de vista populacional, Aparecida se destaca no conjunto da RMG.

É um dos municípios da RMG que possui a mais intensa conurbação com Goiânia, processo derivado do crescimento vertiginoso de Goiânia em direção ao sul e da criação intensiva de loteamentos em Aparecida de Goiânia em direção ao norte de seu centro. Este processo é facilmente verificável na paisagem. Qualquer observação mais ou menos atenta na linha limítrofe entre os dois municípios comprova-o.

Outra vez, no que se refere ao deslocamento ou migração pendular, é Aparecida um dos municípios da RMG a apresentar grande índice de mobilidade. De acordo com Arrais:

Quando observamos a pesquisa do FIBGE (2003) sobre “Deslocamento para trabalho ou estudo – 2000”, notamos que 22% dos habitantes de Aparecida de Goiânia, 18% dos de Senador Canedo, 16% dos de Goianira e 11% dos moradores de Trindade trabalham ou estudam em outro município, certamente Goiânia (Arrais, 2005, p. 351).

Estas e inúmeras outras características levaram-nos a indagar: a) quais os processos, os atores e as etapas do processo de produção do espaço intra-urbano de Aparecida de Goiânia? c) quais as funções de Aparecida de Goiânia atualmente na RMG?; d) quais as implicações em sua forma espacial advindas de suas funções ou da sua relação com a RMG como um todo e especialmente com Goiânia?

A hipótese geral que lançamos é que a dinâmica apresentada por Aparecida de Goiânia, bem como pelos outros municípios da RMG é função direta do desenvolvimento e dinâmica urbanas da capital do estado. Goiânia, como uma metrópole regional (Chaveiro, 2001) exerce papel central na organização da rede urbana do centro-oeste. Se nas décadas de 1950/60/70 ela foi o alvo das migrações, no decorrer dos anos 1980, este vetor foi transferido e parte para os municípios do seu entorno e também para o entorno de Brasília.

Entretanto, o direito não faz a realidade, isto sabemos, porém, uma vez instituído o fato pela via do direito, este passa a ser reproduzido deste fato surgido. Ou seja, Goiânia engendra parte significativa da dinâmica dos municípios de seu entorno, mas uma vez instituídos, estes passam a criar seus próprios movimentos, suas próprias características, inseridos é claro no movimento da totalidade.

Assim, para responder tais questões, estabelecemos os seguintes objetivos:

- Analisar a produção do espaço da RMG em geral e o de Aparecida de Goiânia em particular;
- Periodizar e mapear a ocupação de Aparecida de Goiânia;
- Analisar os agentes sociais e os processos produtores deste espaço;
- Analisar as funções que Aparecida de Goiânia desempenha atualmente na RMG.
- Analisar a maneira como este espaço é valorado pelo conjunto da sociedade e mais enfaticamente pela produção jornalística em Goiânia;

Para efetivarmos esta pesquisa, do ponto de vista metodológico, dividimos nosso estudo em quatro etapas distintas, mas que se justapõem: a) revisão bibliográfica; b) levantamento e sistematização de material empírico e documental sobre a área de estudo; c) representação cartográfica dos dados obtidos; d) análise de conteúdo e de discurso de textos jornalísticos de grande circulação de Goiânia.

A revisão bibliográfica foi realizada utilizando autores que discutem o urbano em geral e nossa área de estudo em particular. Como os textos tratando especificamente de Aparecida de Goiânia são extremamente exíguos, nos baseamos basicamente em rápidas passagens em diversos autores que vez ou outra citam-no no que se refere à sua formação territorial.

Levando em consideração questões relativas às fontes de dados e ao surgimento, do ponto de vista cronológico, de nosso objeto de estudo, ou seja, o município de Aparecida de Goiânia e sua relação com Goiânia e demais municípios da RMG, tomaremos a década de 1960 como marco inicial. Embora tenha sido criada em 1922,

Aparecida de Goiânia, que no período era conhecida como arraial de Aparecida de Goiás, só foi reconhecida como município através da lei estadual 4.927 de 14 de novembro de 1963. Fecharemos nossos estudos, no que se refere aos marcos temporais, no ano de 2000, pois os dados produzidos pelo IBGE, derivados do último censo, encerram-se neste ano. O material documental necessário será obtido nos órgãos de planejamento de Goiânia e Aparecida de Goiânia, bem como os dados que neles estiverem disponíveis.

Para a realização dos produtos cartográficos, será utilizado o programa *arcview* e constará basicamente em espacializar dados relativos à criação de loteamentos, identificando, desta maneira, como historicamente foi se conformando o município de Aparecida de Goiânia. Cartografar o produto do processo de ocupação de Aparecida de Goiânia é uma necessidade premente para se compreender sua realidade sócio-espacial. Fruto de um vertiginoso movimento de incorporação à Goiânia, Aparecida só começa a adquirir uma realidade mais complexa, ou seja, atuação de agentes imobiliários, sua autonomização enquanto município etc. após o estabelecimento de uma lógica mais orgânica com Goiânia. Assim, um pressuposto se impõe: sua ocupação até 1960 deve ter marcas diferentes da realizada desta década em diante. Este é um dado que será pormenorizadamente exposto.

Por último, a análise dos textos jornalísticos visa determinar a maneira como é valorado o espaço intra-urbano de Aparecida de Goiânia. Consideramos que a luta de classes se desenvolve em todos os domínios da vida social. Inicia-se na esfera da produção, determinação fundamental do modo de produção, mas não pára por aí, generaliza-se para o conjunto da sociedade. Assim, os símbolos, valores, sentimentos, espaço, etc. como elementos estruturantes da sociedade compõem como um sistema a totalidade de uma dada organização social. Assim, uma análise do texto jornalístico permite aproximar uma leitura do processo de valoração diferencial do espaço intra-urbano. Para tanto, utilizaremos os jornais *O Popular* e *Diário da Manhã*. Faremos, no jornal *O Popular*, no período de janeiro 2007 a maio de 2008, uma análise de conteúdo somada a uma análise de discurso. No jornal *Diário da Manhã*, faremos análise de conteúdo em reportagens que abordem o município de Aparecida de Goiânia,

É seguindo este esquema de apresentação que dividimos esta dissertação em três capítulos. O primeiro, apresenta inicialmente um debate conceitual para precisar os termos da pesquisa; analisa os conceitos de metrópole, segregação, fragmentação do espaço intra-urbano etc. Em seguida analisa as periodizações mais correntes sobre o espaço intra-urbano de Goiânia com o intuito de compreender Aparecida de Goiânia no conjunto

do movimento e dinâmica da RMG. Finalmente, analisa particularmente o espaço de Aparecida de Goiânia à luz dos conceitos apresentados com o intuito de defender a tese segundo a qual Aparecida de Goiânia é uma *região geral multifuncional integrada da cidade*.

O segundo capítulo aborda o processo de produção do espaço intra-urbano do município de Aparecida de Goiânia. Periodiza a produção e ocupação deste espaço desde a constituição do povoado em 1922 até os dias atuais consolidando o que estamos chamando de *região geral multifuncional integrada da cidade*.

Por fim, no terceiro e último capítulo, analisamos a maneira segundo a qual este espaço é valorado. Sendo área prioritária para ocupação das camadas exploradas da sociedade, apresentando portanto um conjunto de problemas: falta de infra-estrutura urbana básica em várias regiões da cidade, alto índice de criminalidade etc., este espaço passa a ser “visto” negativamente pelo conjunto da RMG.

Assim, o percurso que seguimos, para que fique bem claro nosso método de exposição, foi uma apresentação de um método que consideramos adequado para a compreensão do município (primeiro capítulo); exposição sistemática do processo de produção do espaço intra-urbano de Aparecida de Goiânia (segundo capítulo); análise da maneira como este espaço é valorado devido ao seu processo de estruturação (terceiro capítulo).

A EMERGÊNCIA DA LÓGICA METROPOLITANA E A FRAGMENTAÇÃO DO ESPAÇO

1.1. Sobre metropolização e fragmentação: questões conceituais

Qualquer discussão sobre a cidade e sobre o urbano naturalmente invoca a necessidade de explicitação dos conceitos. É uma exigência premente precisar da maneira mais clara possível os conceitos e as categorias necessárias para compreendê-los. O fenômeno urbano adquire complexidade e dimensões astronômicas com a emergência da sociedade capitalista. Trata-se de fato de uma realidade aparentemente incompreensível, em que uma possível apreensão pelo saber não conseguiria abarcar toda a infinitude de seus elementos, processos, características, enfim, sua totalidade. É por isso necessário um pensamento rigoroso, que compreenda a historicidade de tal fenômeno, que o analise à luz de uma concepção teórica que vasculhe suas determinações a fim de explicitar seus fundamentos, seus limites, suas nuances.

Compreender que a cidade, bem como o urbano, são um produto historicamente determinado já é um primeiro princípio que norteia nossa análise. Tal como nos lembra (MUMFORD, 1998) toda sociedade produz a cidade que é a sua medida. A produção e reprodução espacial são inextricáveis dos tipos de sociedades que o produzem. Furtando-nos aqui a realizar uma antologia acerca das várias concepções sobre a definição de espaço, o tomaremos como a dimensão geográfica da sociedade. Sendo ele próprio um elemento da totalidade da realidade social. Ao se transformar tal realidade naturalmente que também ele se transformará e vice-versa. Tal concepção não aceita a afirmativa segundo a qual há uma realidade espacial e outra social. Não há a distinção entre sociedade e espaço. A sociedade não está dentro do espaço, não está fora do espaço, não está além nem aquém do espaço, é ela própria essencialmente espacial.

Tomando emprestado a expressão aristotélica segundo a qual o que não existe não está em nenhum lugar, podemos dizer que as sociedades não somente se localizam, mas se realizam espacialmente. Esta assertiva conduzirá nossa análise acerca do processo de constituição destas massas multiformes e polinucleadas que são as metrópoles contemporâneas.

Ao termo sociedade estamos considerando o conjunto formado pelo modo de produção e pelas formas de regularização das relações sociais (VIANA, 1997). A sociedade é uma totalidade. Considerando-a desta maneira, podemos apreender ou abstrair suas múltiplas determinações, identificando as formas como se relacionam os vários sujeitos sociais envolvidos, os processos existentes, enfim, o conteúdo das relações sociais.

A cada modo de produção determinado, há formas de regularização correspondentes. A cada tipo de sociedade, há formas espaciais correspondentes. A sociedade escravista produziu sua própria forma espacial, também a sociedade asiática produziu o espaço que lhe era necessário. A sociedade feudal realizou-se espacialmente de maneira distinta das que a precederam. A sociedade burguesa produziu e ainda produz também seu próprio espaço¹.

Sem sombra de dúvidas, um dos grandes legados que a sociedade burguesa deixará serão suas cidades, suas metrópoles, suas megalópoles, suas metápoles... Não há como fugir, não há como escapar à análise de tais realidades, pois se há uma certeza, é que a produção espacial na contemporaneidade se dá ou no sentido da metropolização (LENCIONI, 2003)² ou pela via, por meio das metrópoles (LENCIONI, 2006)³. Mas afinal, por que as metrópoles adquirem tanta importância? Ou melhor, há uma pergunta que antecede a esta, o que são as metrópoles? Em quais aspectos, os conceitos de metrópole e metropolização nos ajudam a compreender o processo de formação territorial de Aparecida de Goiânia?

Villaça (2001) argumenta que o conceito de metrópole “(...) entre nós, está por demais associado à importância social, econômica e cultural de um núcleo urbano. Por extensão, o mesmo ocorre com as expressões *área metropolitana* e *processo de metropolização*” (VILLAÇA, 2001, p. 49) (grifos meus). De fato, a valorização que os termos metrópole, metropolização, área metropolitana etc. recebem dos vários segmentos da sociedade é positivado. Tais expressões são ligadas a desenvolvimento, tecnologia, grande aglomeração urbana, dinamismo, modernidade, variedade de serviços etc.

¹ Para uma abordagem panorâmica da história da cidade cf. (BENEVOLO, 2001), (MUMFORD, 1999), (LEFEBVRE, 2002).

² “(...) compreender o novo fundamento do urbano transcende ao processo de urbanização e se coloca além dele, relativo a um novo movimento aí presente, que é o de *metropolização do espaço*. Nesse processo de metropolização do espaço é que reside a nova rede de relações que permite reconstituir, do ponto de vista teórico, a unidade entre cidade e região” (LENCIONI, 2003, p. 35). (grifos no original)

³ “Como determinação, a metropolização dos espaços *condiciona e produz* a história urbana dos dias atuais” (LENCIONI, 2006, p. 48). (grifos no original)

Entretanto, é justamente por isto que devem ser melhor precisados e não simplesmente abandonados.

Metrópole é um termo polissêmico e está presente tanto nos textos científicos, nos documentos governamentais de políticas estatais, no uso corrente da vida cotidiana etc. Trata-se de um conceito que surge em um período histórico determinado, no intuito de expressar uma realidade específica, particular. Etimologicamente, metrópole significa *cidade-mãe* e no período no qual foi criado expressava adequadamente a realidade. As cidades estados gregas de maior porte e importância tinham, sob a sua área de influência, várias outras cidades, que, por sua vez, tinham autonomia em relação à sua metrópole ou cidade-mãe. Mas de qualquer forma esta realidade na qual havia a cidade-mãe que colonizava várias outras cidades era adequadamente expressa pelo conceito de metrópole⁴.

O sentido atual do termo não tem qualquer ligação com sua origem etimológica. O significante *metrópole* expressa uma realidade completamente diferente daquela que lhe deu origem: trata-se de uma realidade geográfica e histórica completamente diferente. Isso demonstra que as palavras não são meros conjuntos de símbolos, que pronunciadas produzem um som e um significado. Na verdade, tal como todos os elementos que são inerentes à sociedade, as palavras têm um conteúdo histórico determinado. Para não se fazer um uso a-histórico deste termo, é necessário traçar, mesmo que em linhas gerais, o conteúdo deste novo processo histórico que este conceito expressa.

A cidade adquire novas formas, novas funções, enfim, transforma-se em outro *ser* qualitativamente distinto quando assume identidade metropolitana. Segundo Gottdiener:

Em lugar da forma compacta de cidade que outrora representava um processo histórico em formação há anos, existe agora uma população metropolitana distribuída e organizada em áreas regionais em permanente expansão, que são amorfas na forma, maciças no escopo e hierárquicas em sua escala de organização social (GOTTDINER, 1997, p. 14).

Denomina esta nova realidade de “região metropolitana polinucleada”. Embora suas análises sejam referentes aos Estados Unidos, para ele as regiões metropolitanas polinucleadas são uma característica da estruturação do espaço metropolitano estadunidense, penso que esta realidade amplie-se a outros espaços. É com base nesta premissa que buscaremos compreender o processo de estruturação espacial de Aparecida

⁴ Cf. (MUMFORD, 1999).

de Goiânia. Se de fato Aparecida é uma cidade formada em município vizinho, a dinâmica metropolitana de Goiânia forma um todo com esta cidade. Vem daí nossa tese segundo a qual a metropolização de Goiânia estrutura e organiza o espaço aparecidense.

Assim, o autor mencionado sintetiza suas concepções sobre as regiões metropolitanas polinucleadas:

(...) possuímos hoje uma nova forma de espaço de assentamento, que é *polinucleada e funcionalmente integrada* pela matriz tridimensional de organização social. (...) Prefiro o termo “região metropolitana polinucleada” para designar essa forma de espaço de assentamento, a fim de distingui-la das análises daqueles que persistem em encará-la simplesmente como uma versão mais ampla da cidade (GOTTDIENER, 1997, p. 17).

O que primeiramente emerge dessa concepção é a idéia de que a metropolização, enquanto processo, cria um espaço que vai além da cidade, a metrópole. A forma da cidade, as funções da cidade, a estrutura social como um todo são qualitativamente alteradas com o processo de metropolização. Desse modo, a metrópole não é uma cidade crescida, mas uma realidade histórico-geográfica ou sócio-espacial distinta. Qual seu conteúdo? Quais processos estruturam esta nova realidade? O que fundamentalmente diferencia uma da outra?

Alguns afirmam que a metrópole é a negação da cidade. À medida que a metrópole vai se estabelecendo, a cidade se desintegra. Alfredo (2003) cita as concepções de cidade e metrópole expressas por três autores clássicos dos estudos urbanos: Mumford, para quem a metrópole representa a dissolução da cidade, constituindo na verdade uma anticidade. Morse, para quem a cidade é uma etapa historicamente dada, marcada pela identidade e proximidade, já a metrópole tem como marca a abstração, perda desses sentimentos anteriores. E por último, cita Langenbuch, que compreende a metrópole como “um fenômeno areolar que parte da cidade”, mas que apresenta como elementos de sua estruturação as “racionalidades industrial, residencial e especulativa, associadas, resultando na própria metrópole” (ALFREDO, 2003, p. 54).

A metropolização surge nesta perspectiva como o processo sócio-espacial que aniquila a cidade. Está explícito nesta concepção uma leitura da metropolização a partir de uma premissa de cidade. A metrópole não é analisada pelos elementos imanentes à nova realidade sócio-espacial, mas pelas características que perdeu, ou seja, àquelas que eram imanentes à cidade. Assim, define-se a metrópole e o processo de metropolização pelo que

deixaram de ser e pelo que não apresentam mais, ou seja, é definido por uma negação. Entretanto, é necessário encontrar as nuances, os processos, as formas, as funcionalidades deste novo modo de estruturação do espaço.

Souza (2005) elabora uma tipologia⁵ da estruturação das áreas urbanizadas. Em que pese seu esquema seja por demais didático, portanto, bastante simplificador, esta tipologia é verdadeira. Interessa-nos aqui fundamentalmente o conceito de metrópole. Das características aventadas pelo autor, acrescentaremos outras que possibilitarão uma leitura mais adequada da Região Metropolitana de Goiânia em geral e de Aparecida de Goiânia em particular.

Ora, de fato Goiânia exerce uma centralidade, portanto uma polarização em relação aos municípios do entorno, seja no oferecimento de serviços, emprego, lazer etc.,. Esta assertiva é inegável. Goiânia e alguns dos municípios do entorno estabelecem uma intensa relação cotidiana, um entrelaçamento de fluxos, principalmente pela via da migração pendular. Isso pode ser observado facilmente: a dinâmica do transporte coletivo, por exemplo, evidencia esta relação. Durante a manhã um intenso movimento em direção a Goiânia; no período da tarde, após o fim do expediente normal de trabalho, o movimento se dá em direção contrária. Ou seja, esta migração pendular cria uma relação orgânica entre os municípios, na qual um está na inteira dependência do outro. Mas esta migração não se dá somente no que se refere ao deslocamento casa/trabalho, mas também à procura de serviços, como estudo, médico-hospitalar etc.

Goiânia é, dessa forma, perfeitamente caracterizável como núcleo metropolitano. Esta é uma verdade óbvia, ou seja, que não precisa ser provada, pois é evidente. Entretanto, a análise proposta por Souza (2005) limita-se muito a uma leitura do

⁵ Apresenta os seguintes tipos de espaço de assentamento: *centro isolado*, *aglomeração urbana* (com e sem conurbação), *metrópole* e *megalópole*. Os centros isolados são aqueles núcleos urbanos uninucleados, com pouca relação com outras cidades, geralmente apresentam baixo índice demográfico etc. As aglomerações já apresentam uma maior complexidade, possuem fluxos mais intensos de pessoas e objetos entre uma cidade e outra, podem ou não ser conurbadas. As metrópoles, e é sobre elas que nos dedicaremos mais, são caracterizadas pela inter-relação entre dois ou mais núcleos urbanos, entretanto diferencia-se das aglomerações urbanas por um destes núcleos exercerem uma certa centralidade, configurando-se como núcleo central metropolitano. As megalópoles, por sua vez caracterizam-se pelo fluxo e inter-relacionamento entre duas ou mais metrópoles (SOUZA, 2005). Pode-se acrescentar a estas, várias outras formas de interpretar os aglomerados urbanos: Metápolis (ASCHER, 1998), Cidade Global (SANSEN, 1998), Cidade-Região, Cidade-Região Global (GEIGER, 1999) etc.

espaço “intra-urbano” (para tomar emprestado expressão de Villaça (2001) das metrópoles. É necessário inserir esta análise numa leitura mais ampla do processo de constituição das metrópoles. Faremos isso de maneira mais detalhada no próximo tópico, analisando o caso específico de Goiânia e a formação de seu aglomerado metropolitano. Entretanto, não se trata de sair da análise do espaço intra-urbano e ir para uma leitura do espaço urbano-regional. São duas escalas distintas no processo de análise, mas que imbricam-se e determinam-se mutuamente.

As transformações urbano-regionais são simultaneamente determinadas e determinantes das transformações intra-urbanas, pois que uma está em inteira relação com a outra. Desse modo, a separação é analítica, ou seja, são separáveis no nível da consciência durante o processo de análise. Isso implica, portanto, em compreender que os processos urbano-regionais e os intra-urbanos compõem uma totalidade de relações e que não são mecanicamente separados na realidade. Concordamos com Villaça (2001) quando afirma ser completamente equivocado transportar os métodos adequados a uma análise dos processos urbano-regionais para o intra-urbano, posto que estas dimensões escalares exigem recursos analíticos distintos.

Enquanto os primeiros focam sua leitura nos movimentos de mercadorias, informações e deslocamento sazonal de mão de obra, portanto, da mercadoria força de trabalho; os segundos centram suas preocupações no deslocamento cotidiano da força de trabalho, as migrações pendulares, e na disputa encarniçada por “localizações” no espaço intra-urbano. Entretanto, isso não implica afirmar que a realidade urbano-regional é algo além, independente da intra-urbana e vice-versa.

Assim, a compreensão da metropolização de Goiânia, portanto da constituição de sua Região Metropolitana, com seus processos de conurbação, sua inter-relação via migração pendular, derivada da polarização que Goiânia exerce etc. configura a leitura do espaço metropolitano goianiense.

Esta leitura “intra-urbana” da RMG deve ser coadunada com uma leitura dos processos urbano-regionais para que a compreensão do processo seja totalizante. E esta por sua vez deve ser realizada dentro de um escopo conceitual mais amplo que permita compreendê-la dentro dos processos globais de transformações sócio-territoriais capitalistas. Este método permite compreender a metropolização de Goiânia, que estrutura de certa forma os espaços das cidades do entorno, de tal sorte que não dá vida própria, independente a Goiânia e sua Região Metropolitana numa perspectiva mais geral e Aparecida de Goiânia em particular.

Se Goiânia se metropoliza, e isso é inegável, qual é o conteúdo dessa metropolização no que diz respeito à estruturação do espaço? *A concepção que defenderemos aqui é que este espaço é estruturado de maneira fragmentada.* O que é fragmentação do espaço? Quais são os processos que fragmentam o espaço metropolitano? Como esta fragmentação materializa-se na RMG?

A produção do espaço urbano de Goiânia não é produto da ação consciente dos indivíduos e grupos que nela vivem e dela sobrevivem, mas da luta de classes e frações de classes que se digladiam cotidianamente. Como produto de um conflito, mas não conflito entre iguais, Goiânia é um espaço hierarquizado, no qual o exercício da violência através do uso do poder, dão as cores que vão pintar seu quadro urbano. Matizam a sua realidade sócio-espacial.

A produção de moradias, por exemplo, é na realidade a superposição sobre o espaço físico de hierarquias sociais. Temos que a cidade é um composto complexo de elementos que se inter-relacionam e determinam-se mutuamente. O lugar de morar, o lugar de trabalhar, a hora e o lugar do lazer, a forma de se locomover, o tempo gasto no processo de transporte etc. são a confirmação desta produção hierarquizada do espaço urbano.

No caso específico de Goiânia, desde a sua origem, esta contradição se manifesta no espaço, ou melhor, o espaço é produzido a partir dessa premissa. Já no período de sua construção, os operários que nela vieram trabalhar tinham seu espaço determinado, viviam em barracões fora do perímetro urbano determinado pelo plano urbanístico da nova capital (MOYSÉSS *et al*, 2004). A segregação já está na origem de Goiânia, não é algo que surgiu após seu exagerado crescimento que se deu principalmente após as décadas de 1950 e 1960.

Da segregação à fragmentação. Fragmentar quer dizer quebrar, estilhaçar, fracionar. A cidade capitalista é marcada por esta realidade. Entretanto, o sentido que emprestamos ao termo não se restringe somente à idéia de localização de determinadas funções no espaço, mas fundamentalmente à produção hierárquica de determinadas formas e funções materializadas nos lugares.

Embora seja fragmentado, isso não implica de modo algum que seja desconexo ou não-interligado. Muito pelo contrário, sua fragmentação se expressa numa intercomunicação entre os lugares que se realiza de maneira diferenciada de acordo com as classes sociais. Pessoas, objetos, informações etc., tudo circula e se acumula na metrópole. O trânsito desses elementos pelo espaço é uma questão de situação de classe. E também, evidentemente, uma questão de organização espacial.

Caldeira (2000), analisando o caso específico de São Paulo, divide o processo de segregação em três etapas distintas, embora não necessariamente sucessivas: 1) segregação por *distinção de residência*, na qual as classes se localizam em áreas específicas da cidade, aglutinadas pelo padrão de residência; 2) segregação segundo o *modelo centro-periferia*, no qual as classes dominantes localizam-se em áreas centrais dotadas de infra-estrutura e as classes exploradas localizam-se a grandes distâncias em periferias degradadas; 3) segregação que superpõe-se ao padrão centro-periferia e que tem como característica central a *superposição das classes em áreas “periféricas”*, mas que se separam pelos muros e técnicas de segurança.

Preferimos o conceito de fragmentação ao invés de segregação para discutir a estruturação do espaço intra-urbano de Aparecida de Goiânia, pois consideramos que este segue a esteira daquele. A fragmentação antecede e incorpora a segregação. A fragmentação espacial é o processo que materializado geograficamente produz a segregação. A fragmentação é uma relação social que se realiza espacialmente. Mas não se trata de qualquer relação, pois é antes de mais nada a geografização das lutas de classes. Se Villaça (2001) estiver correto quando afirma que a estruturação do espaço intra-urbano é uma encarnizada disputa por localizações, as classes dominantes localizam-se e criam áreas preferenciais na metrópole. O padrão de localização varia de acordo com cada período histórico e cidade específica. Os padrões de segregação propostos por Caldeira (2000) evidenciam bem esta afirmação. Contudo, elas não são lineares, como atesta a própria autora, pois compõem na realidade formas superpostas de segregação.

As áreas preferenciais das classes dominantes, localizadas por padrão de residências não desaparecem quando a dispersão periférica da cidade se generaliza, muito pelo contrário, chega, às vezes, a se afirmar. Da mesma forma, o padrão centro-periferia não deixa de existir e mesmo se expandir com o surgimento dos enclaves fortificados. Esse padrão se re-atualiza de acordo com a apropriação da renda fundiária urbana.

Também Souza (2000) traz importantes reflexões para se compreender a fragmentação sócio-espacial metropolitana. Sua leitura se dá através da produção de territórios fragmentados pelo surgimento do poder paralelo do crime organizado em São Paulo e principalmente no Rio de Janeiro. Sua interpretação é uma leitura territorial, ou seja, funda-se na referenciação do poder sobre o espaço metropolitano. Tal referenciação produz a territorialização de grupos específicos e no caso por ele analisado, o crime organizado.

Deste modo, para ele, a fragmentação é inerentemente política. A ação do crime organizado como um poder paralelo ao poder estatal cria uma situação de medo e insegurança na sociedade como um todo e isso é politicamente utilizado por tais grupos e também pelo estado. No caso do Rio de Janeiro, a territorialização do crime organizado nas favelas é a forma mais acabada desta dimensão política da fragmentação espacial metropolitana.

Esta situação gera como reverso da moeda a “auto-segregação”⁶ das classes dominantes nos condomínios exclusivos. É claro que esta não é a única determinação para o surgimento desta forma de fragmentação metropolitana, pois segundo argumenta, este escapismo das elites se configura como processo de fragmentação do espaço metropolitano através da auto-segregação, e esta se materializa no espaço, configurando paisagens singulares dentro das metrópoles e grandes cidades, através dos condomínios fechados. Os motivos que levanta para explicar esta forma de fragmentação são: 1) paisagem urbana marcada pela pobreza e informalidade, inclusive em áreas *gentrificadas* e centrais; 2) degradação das condições de habitabilidade e ambientais; 3) “busca por maior ‘exclusividade’ social”; 4) busca de espaços com amenidades naturais; 5) aumento efetivo da criminalidade violenta (SOUZA, 2000).

Também a generalização dos *shopping centers* é outra demonstração desta fragmentação *gentrificada* ou *emburguesada* do espaço metropolitano. Tanto Caldeira (2000), quanto Souza (2000) concordam que esta é uma nova forma de fragmentação do espaço metropolitano. Os espaços “semi-públicos” dos *shoppings* são uma realidade presente em qualquer metrópole brasileira, *quicá* do mundo inteiro. Mesmo não sendo verdadeiro afirmar que são utilizados exclusivamente pelas classes dominantes, os *shoppings* compõem um nó importante da rede de circulação das classes exploradoras e suas auxiliares: deste modo, por exemplo, a circulação condomínio fechado – escritório – *shopping* etc. configura um tipo de dinâmica urbana que imprime uma poderosa consciência (ou talvez inconsciência) da cidade. E esta *in-consciência* da metrópole é resultado de um intenso processo de cotidiana e profunda fragmentação.

Resumidamente, temos que a metrópole fragmenta-se ao longo da história de diferentes formas. Os processos pelos quais esta fragmentação se realiza são os mais

⁶ Concordamos com Gomes (2005) quando afirma que os condomínios exclusivos não são uma forma de “auto-segregação”, pois eles estão de fato agregados ao tecido urbano como um todo. Seus muros e seguranças privados não “auto-segregam” as burguesias em seus condomínios, mas pelo contrário, segregam aqueles que não fazem parte daquele universo.

variados e o resultado deste processo são espaços profundamente segregados que se intercomunicam de maneira muito tênue, embora cotidianamente. Como se deu este processo em Goiânia e sua região metropolitana? Como se constituiu o espaço metropolitano de Goiânia e de sua região como um todo?

1.2. O desenvolvimento de Goiânia e a formação do seu aglomerado metropolitano

Goiânia, capital do estado de Goiás, fundada em 1933, com pouco mais de 70 anos de história, já é uma cidade adulta com todos os problemas inerentes a uma metrópole capitalista. Habitação, transporte, trânsito, violência, poluição etc. figuram entre alguns temas de interesse social que se revelam como graves problemas. Tal como toda cidade, Goiânia é produto da ação conflituosa entre as classes sociais.

Nascida como projeto da modernidade, Goiânia é encravada num território cuja principal característica é a ruralidade. Baliza de conflitos tanto no interior do território goiano como fora dele, a capital goiana nasce, segundo as palavras de Bertran (1988), como um “burgo agrícola” ou como nos fala Chaveiro (2001), um projeto moderno, assentado num território da tradição.

Entretanto, sua existência introduz dinâmicas diferentes no território. Vila Boa perde paulatinamente sua influência e Goiânia passa a ser o novo pólo administrativo do estado. A população goiana aumenta entre 1920 e 1940 em 60% e entre 1940 e 1950, mais 40%. De 225.000 habitantes em 1900, passa para 1.000.000 em 1940. O setor de serviços cresce, devido à construção da nova capital de 25% em 1939 para 36 % em 1947 (BERTRAN, 1988). Esta nova dinâmica impressa no território devido à construção da cidade de Goiânia vai evidentemente se aprofundando e adquirindo características marcantes ao longo do século XX. As décadas de 1940/70 representam para o autor a transição de Goiânia de “burgo agrícola” para “capital comercial” porque há uma inversão na funcionalidade da nova capital.

Em 1940, apenas 3,8% dos estabelecimentos atacadistas sediavam-se em Goiânia. Em 1950 esse percentual subia 17% em 1970 atingia 40% dos estabelecimentos atacadistas sediados em Goiás, subindo para 45% em 1975. Estava consolidada a *capital comercial* do estado, 40 anos depois do previsto (BERTRAN, 1988, p: 98) (grifos nossos).

É justamente neste período que começa a surgir a aglomeração urbana de Goiânia. A análise realizada por Moysés (2004) revela de maneira muito clara o processo

de surgimento de Goiânia e sua metropolização. Divide o processo de urbanização da capital goiana em três períodos:

- *De 1933 a 1950: a cidade dos sonhos nasce de uma idéia*
- *De 1951 a 1979: do sonho ao pesadelo*
- *De 1980 a 1992: da fazenda Caveirinha à fazenda São Domingos*

O autor estabelece em cada período as principais características do que denomina “dinâmica urbana”. Define como dinâmica urbana os processos populacionais (crescimento demográfico, inversão populacional, população urbana e rural etc.), transformações sócio-econômicas no espaço urbano e crescimento e regulação territorial (MOYSÉS, 2004).

O primeiro período é caracterizado pela concepção e construção de Goiânia. Sua construção insere-se num contexto mais amplo do que meramente o estado de Goiás. A “revolução” de 1930, a Marcha para o Oeste dão a matriz nacional do contexto político da época. As disputas entre os Ludovicos e os Caiados cimentam o contexto político local, no qual os primeiros representam os “revolucionários” e os segundos os “conservadores”. Pedro Ludovico, representando os interesses das classes dominantes do sul do estado, retoma o colonial debate de transferência da capital e concretiza o plano, o qual, entre 1933 (lançamento da pedra fundamental) a 1938 (transferência da capital), foi materializado.

A dinâmica urbana deste período é caracterizada por um grande crescimento demográfico, aumento de edificações (o que pressupõe espraiamento territorial), dinamização da economia da região e após 1950, quando da revogação da antiga legislação urbana, inicia o processo de suburbanização da cidade.

O segundo período é marcado pela “evolução” do mercado de terras. Substituição dos antigos proprietários pelas imobiliárias e incorporadoras. Materialização do capital imobiliário no espaço da cidade. Divide-o em três fases:

“jucelinista de desenvolvimento interiorizado com grande oferta de capital estrangeiro; fase *janista e janguista*, mais voltada para o mercado interno e, portanto, de caráter nacionalista; fase *militarista*, que se alinhou ao grande capital financeiro e industrial, com um discurso nacionalista, mas na prática, com fortes compromissos internacionais” (MOYSÉS, 2004, p. 146). (grifos meus)

O autor defende a seguinte tese: neste período de 1950 a 1980, o estado foi submetido às vontades implacáveis do mercado imobiliário. A cidade ficou à mercê dos interesses inescrupulosos das grandes imobiliárias. “(...) a fragilidade do poder político (executivo, legislativo) diante da força do capital também fez parte do processo de submissão que o capital imobiliário, gradativamente, foi impondo (MOYSÉS, 2004, p. 151)”. Deste modo, o autor entende que:

- Há uma oposição entre os interesses do estado e do mercado imobiliário;
- O planejamento estatal do espaço urbano como forma adequada de intervenção; e
- O mercado imobiliário como responsável pela “subversão” do plano/planejamento⁷.

O mesmo autor divide a dinâmica urbana deste período em duas fases: 50/60 e 70. Na primeira fase, pode-se identificar: a) elevado crescimento populacional, b) aumento da população urbana em relação à rural. Tal aumento decorrente da migração inter e intra-estadual, movimento campo-cidade, valorização do imóvel urbano, oferta de serviços públicos etc.. c) crescimento exacerbado da periferia urbana em consequência tanto da revogação da legislação anterior a 1950, que regulava de maneira estrita a parcelização do solo urbano, e a prática da estocagem de terras. Na segunda fase, há um decréscimo no aumento populacional de Goiânia, ou seja, ela passa a crescer no seu entorno. A criação de loteamentos “legais” é reduzida, devido à promulgação da legislação de 1971, que exige uma certa infra-estrutura na implantação de novos loteamentos, porém, a esta “cidade legal” é contraposta uma “cidade ilegal”, para utilizar expressão de Maricato (1996), e loteamentos clandestinos e ocupações passam a compor a paisagem goianiense.

O terceiro período aprofunda a tendência iniciada na década de 1970. Goiânia passa a ser cindida em duas, a “cidade legal” e a “cidade ilegal”, as fazendas Caveirinha e São Domingos são o exemplo característico. Há também o crescimento exagerado dos municípios vizinhos e, portanto, o estabelecimento da lógica metropolitana.

Outro estudo que demonstra historicamente o processo de desenvolvimento e formação sócio-territorial de Goiânia é o Plano Diretor desta cidade elaborado em 1992. Divide o processo de ocupação em cinco períodos. São eles:

- Primeiro: desenvolvimento das idéias de mudança – 1727 a 1933

⁷ De nossa parte, consideramos que uma agenda de pesquisa deve ser estabelecida para se analisar melhor a tese do autor. Para iniciar, pesquisar a relação entre especulação imobiliária e estado, doação de terras urbanas pelo estado, favorecimento ou não de dadas imobiliárias e grandes proprietários, relação entre quadros do estado e grandes proprietários/imobiliárias. Somente após uma análise desta, poderemos melhor avaliar tal tese.

- Segundo: criação do lugar – 1933 a 1950
- Terceiro: ampliação do espaço – 1950 a 1964
- Quarto: concentração de lugares no espaço – 1964 a 1975
- Quinto: expansão urbana – 1975 até os dias de hoje

Interessa-nos aqui a análise do *terceiro período* em diante, pois é a partir das décadas de 1950/60 que Goiânia passa a adquirir uma lógica metropolitana ou de aglomeração urbana. Tal como nos estudos de (BERTRAN, 1988), (MOYSÉS, 2004), o Plano diretor (Goiânia, 1992) identifica neste período um intenso crescimento demográfico, uma vertiginosa criação de loteamentos, devido, segundo argumenta, à promulgação do novo código de Edificações de 1947 (Lei Municipal n. 574, de 12/05/47), que retirava da responsabilidade do empreendedor privado o ônus de arcar com os custos de implantação de loteamentos, como pavimentação, água, luz etc.

O *quarto período* caracteriza-se por dois processos básicos. A consolidação de Goiânia enquanto metrópole regional, passando a cumprir importante papel no oferecimento de serviços, deixando de ser simplesmente uma capital administrativa. E a criação de conjuntos habitacionais populares (Caiçara, Novo Horizonte, Vila redenção etc.) e a verticalização de alguns espaços: Setor Central, Sul entre outros.

Consideramos, entretanto, que falta a este documento, analisar a dinâmica que começa a se estabelecer nos municípios vizinhos a Goiânia, notadamente, Aparecida de Goiânia, que ganha o *status* de município, deixando de ser distrito de Goiânia, justamente na década de 1960, reflexo do crescimento que vivenciou no período e articulações políticas dos políticos locais⁸.

No *quinto período* verifica-se uma preocupação com o processo de expansão urbana, buscando identificar os atores ou sujeitos responsáveis por tal processo. Os investimentos estatais foram neste período importante vetor de urbanização da cidade de Goiânia. Também a ação dos grupos imobiliários ou empreendedores privados é de importância fundamental, pois sua articulação com o estado imbrica em grandes vetores de urbanização. Um terceiro agente aparece com força neste período, demonstrando as profundas contradições pelas quais passava a cidade de Goiânia. O Plano Diretor denomina a ação destes agentes de “Contribuição dos Excluídos”. De fato, a ocupação de terras em Goiânia já ocorria com certa frequência desde a década de 1960, entretanto, nos anos 1980, os posseiros passam a conquistar a opinião pública, obrigando o estado a regularizar vários

⁸ Para uma leitura do processo de emancipação do município Cf. (MELLO, 2002).

loteamentos surgidos a partir de ocupações, além de seu número aumentar vertiginosamente.

O PDIG de 1992 peca em não perceber e não analisar a lógica metropolitana ou de região metropolitana que Goiânia já adquirira naquele período. Goiânia é destino de migrantes de várias regiões do Brasil, além de inúmeras cidades do interior do estado de Goiás. Entretanto, ao chegarem na capital, estes migrantes são imediatamente forçados a irem para os municípios do entorno. Também moradores de baixa renda da capital vão sendo expulsos para o entorno. Esta “involução metropolitana”, verificada em todo território nacional, é percebida aqui também, ou seja, Goiânia passa a crescer em seu entorno. Aparecida de Goiânia é a prova viva deste processo. Está estabelecida uma lógica metropolitana.

Ora, vê-se claramente que a história intra-urbana de Goiânia é marcada pela ação constante e conflituosa das classes sociais e instituições: o estado, os agentes imobiliários, os proprietários fundiários e as classes exploradas em luta pela habitação. As frações da classe dominante (estado, imobiliárias etc.) exercem papel central neste processo de produção e gestão capitalista da cidade. As classes exploradas quando “vencem” suas lutas e territorializam-se, na grande maioria das vezes confirmam a lógica fragmentada da cidade.

A fragmentação do espaço municipal de Goiânia inicia-se na década de 1950, consolida-se nos anos 80 e permanece até hoje. Começa-se a perceber a formação de um aglomerado urbano na década de 1970, processo que culmina com a formação da RMG. Analisaremos agora como se deu o processo de formação da RMG, destacando Aparecida de Goiânia.

Goiânia começa a adquirir características de aglomeração urbana na década de 1970. Este fato é evidenciado na análise dos processos de crescimento populacional verificados nestes municípios principalmente após os anos 1970. Também o estabelecimento de movimentos pendulares, de processos de conurbação etc. vão configurando uma mancha urbana mais complexa no planalto central. Ao invés de pequenas cidades e vilarejos pontilhados pelo território, começa-se a observar uma lógica mais articulada de produção do espaço e de dinâmicas espaciais que vão estruturando esta nova realidade urbana.

Tomaremos os municípios que compõem a RMG de acordo com a lei nº 027 de dezembro de 1999 que definiu a Região Metropolitana de Goiânia (RMG) e a Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (RDIG). A RMG é composta pelos seguintes

municípios: Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Goianápolis, Goiânia, Goianira, Hidrolândia, Nerópolis, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo e Trindade; À RDIG acrescenta-se os municípios de Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Brazabrantas, Caldazinha, Caturai, Guapó, Inhumas, Nova Veneza e Terezópolis de Goiás.

Esta lei veio tornar jurídica uma realidade que já existia de fato. Neste caso a lei simplesmente expressou processos que são observáveis por via puramente empírica. Deste modo, discutir a RMG não é meramente colocar em evidência uma relação jurídica, mas muito pelo contrário, trata-se de avaliar, de compreender que espaço é este cujas características, formas, funções são tão importantes no contexto regional. Seus tentáculos transcendem o território goiano, alcançam realidades geográficas em escala regional, tal como atestam vários estudos (CHAVEIRO, 2001), (IPEA et al, 2001), (MOYSÉS, 2004b) etc.

Entretanto, seu processo de constituição foi lento e gradual. Desde uma realidade urbana caracterizada como “núcleo isolado” de acordo com a tipologia exposta em (SOUZA, 2005), que perdurou até aproximadamente a década de 1960, à formação de um “aglomerado urbano metropolitano”, ainda segundo a mesma tipologia, vai um processo de mais ou menos 40 anos. Se Goiânia torna-se um aglomerado urbano a partir da década de 1970, principalmente com Aparecida de Goiânia, é na década de 1980 que esta realidade é expressa juridicamente através da lei nº 8.956 de novembro de 1980, que estabeleceu o Aglomerado Urbano de Goiânia – AGLUG, constituído inicialmente por 10 municípios: Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Goianápolis, Goiânia, Goianira, Guapó, Leopoldo de Bulhões, Nerópolis e Trindade.

Este quadro foi alterado por diversas vezes. A entrada e saída de municípios dava-se de acordo com os interesses do momento, demonstrando uma certa incompreensão dos prefeitos sobre as vantagens ou não de se compor o AGLUG (MOYSÉS, 2004a). A última alteração ocorreu em 1998 através da lei complementar nº 23 de janeiro de 1998, que definiu os seguintes municípios componentes do AGLUG: Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Brazabrantas, Caturai, goianápolis, Goiânia, Goianira, Guapó, Hidrolândia, Inhumas, Nerópolis, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo e Trindade. Em 1999 é estabelecida a RMG através da lei citada anteriormente. A lei complementar nº 48 de 09 de dezembro de 2004 é a última alteração na composição da RMG (Mapa 1).

Esta descrição das leis serve aos nossos propósitos, pois confirma a lógica metropolitana que Goiânia adquire. Se analisarmos alguns dados relativos à história da

formação desta aglomeração, vamos compreender como ela se insere num processo muito mais amplo de transformações sócio-territoriais no Brasil como um todo e também mais especificamente em Goiás. A *tabela 1* mostra a evolução demográfica da RMG como um todo. Estes dados permitem que façamos algumas inferências acerca do seu processo de constituição e a sua maneira de inserção no território.

Os municípios acima de 50 mil habitantes são Goiânia, com 1.093.007 em 2000, seguido de Aparecida de Goiânia que no mesmo ano chegou a 335.392 habitantes. Na esteira destes dois segue trindade com 81.457 e por último vem o município de Senador Canedo com 53.105 também em 2000.

| TABELA 1 - Crescimento demográfico da RMG - 1960 a 2000 | | | | | | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|------------------|------------------|
| Mnicípios | 1960 | 1970 | 1980 | 1991 | 1996 | 2000 |
| Abadia de Goiás | --- | --- | --- | 2.860 | 3.343 | 4.971 |
| Aparecida de Goiânia | --- | 7.470 | 43.405 | 178.483 | 265.868 | 335.392 |
| Aragoiânia | --- | --- | --- | 4.910 | 5.713 | 6.424 |
| Goianópolis | --- | --- | --- | 10.710 | 10.191 | 10.671 |
| Goiânia | 153.505 | 381.055 | 738.707 | 922.222 | 1.001.756 | 1.093.007 |
| Goianira | 5.060 | 6.091 | 7.545 | 12.896 | 15.194 | 18.719 |
| Hidrolândia | --- | --- | --- | 10.254 | 11.199 | 13.086 |
| Nerópolis | 6.596 | 7.735 | 9.449 | 12.897 | 15.241 | 18.578 |
| Santo Antônio de Goiás | --- | --- | ---- | 1.988 | 2.437 | 3.106 |
| Senador Canedo | 2.928 | 2.717 | 3.090 | 23.905 | 44.266 | 53.105 |
| Trindade | 17.135 | 22.519 | 31.039 | 54.072 | 68.558 | 81.457 |

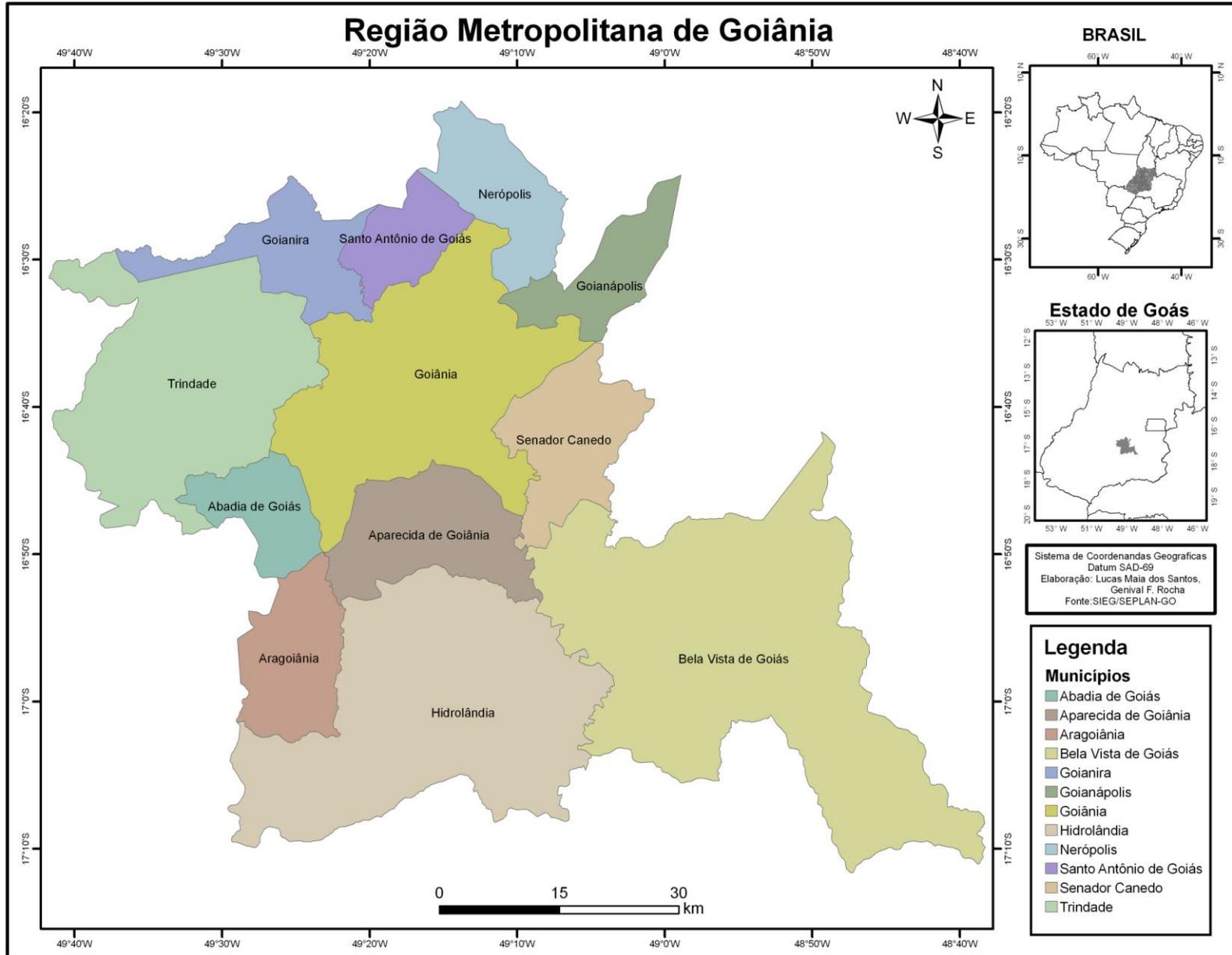
Fonte: IBGE (1960; 1970; 1980; 1991; 1996; 2000).

Já os municípios de Abadia de Goiás, Aragoiânia e Santo Antônio de Goiás apresentam todos menos de 10 mil habitantes com 4.971, 6.424 e 3.106 respectivamente. Entre 10 e 20 mil estão os municípios de Goianópolis, Goianira, Hidrolândia e Nerópolis com respectivamente 10.671, 18.719, 13.086 e 18.578 habitantes.

São justamente Aparecida de Goiânia, Trindade e Senador Canedo que apresentam uma relação mais intensa e orgânica com Goiânia, por isto o crescimento verificado nestes municípios. Aparecida, como podemos depreender da *tabela 1*, foi o município que apresentou maior crescimento demográfico. Como na década de 1960 este município ainda era distrito de Goiânia, não há dados censitários relativos a este período, entretanto, segundo afirmam estimativas não oficiais (MELO, 2002), o município totalizava em média 2000 mil habitantes em 1960. Em 1970, este número salta para 7.440; em 1980 já temos 43.405 mil habitantes, uma taxa anual de crescimento de 19,2%. Em

1991, este número mais que triplica, chegando a 178.483 com uma taxa de crescimento em torno de 13,7% ao ano, Em 1996 chega a 265.868 e em 2000 pula para 335.392 com taxas anuais de crescimento na ordem de 8,3 entre 91/96 e 6,0 entre 96/2000. Como veremos no *capítulo 2*, este crescimento demográfico não é gratuito nem muito menos pouco impactante, o espraiamento territorial, o crescimento exagerado de periferias degradadas etc. acompanham esta dinâmica demográfica.

Mapa 1



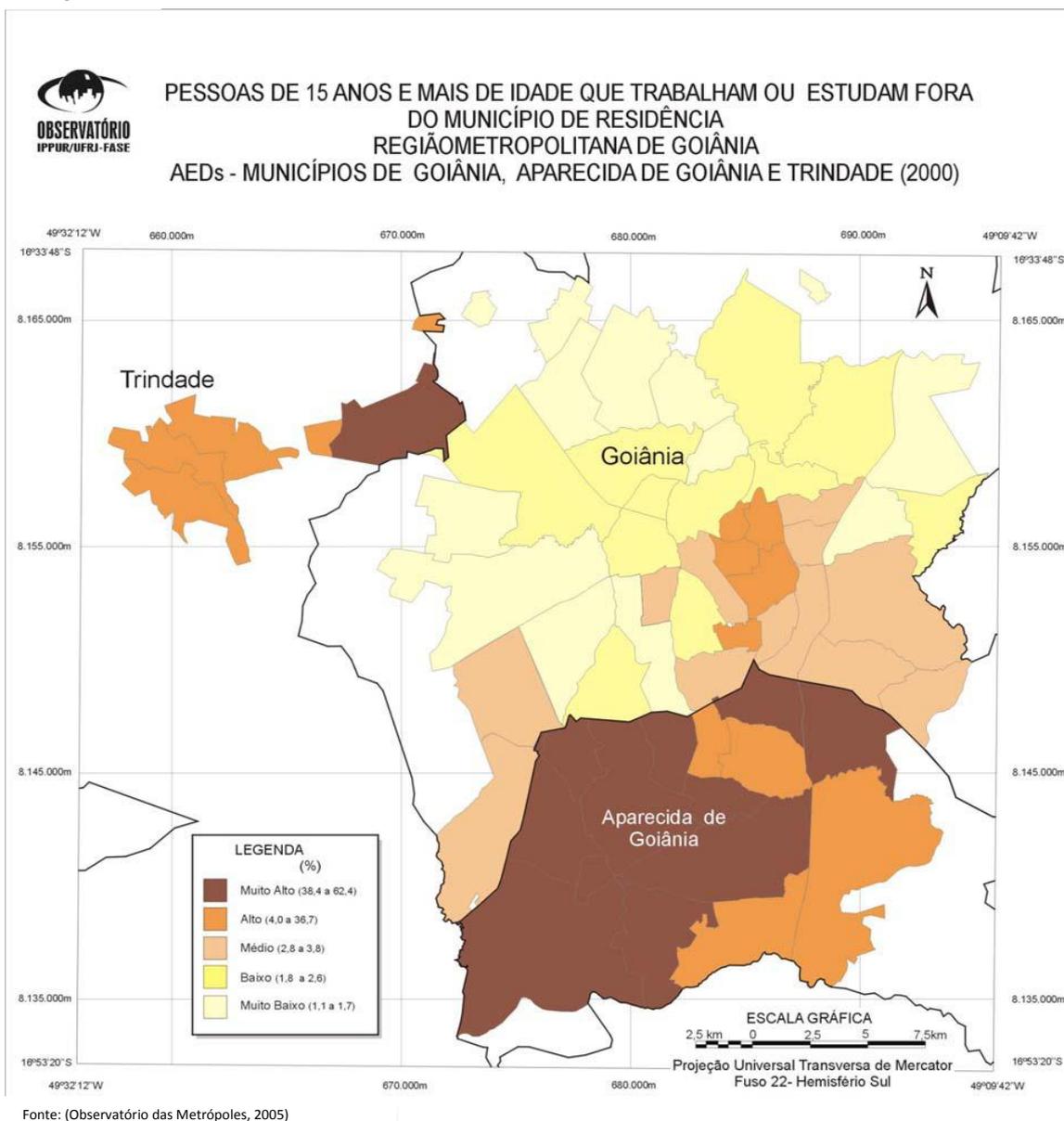
O município de Trindade apresenta padrão muito semelhante. Embora em números absolutos a quantidade de população migrante seja muito menor do que a presente em Aparecida - seu crescimento também é digno de nota. De 1960 a 1980 sua população quase dobra, de 17.135 vai para 31.039 habitantes. Diferentemente de Aparecida, que inicia sua explosão demográfica na década de 1970, Trindade tem nos anos 80 e 90 seu período de grande crescimento demográfico. De 1980 a 1991 sai de 31.039 e vai para 54.072 habitantes e chega em 2000 a 81.457.

E por último, Senador Canedo, que até a década de 1980 era bairro de Goiânia, tem também nos anos de 1990 seu *boom* demográfico. Até a década de 80 tinha apenas 3.090. Entretanto, nos anos de 1990 vemos um crescimento muito intenso no então recém criado município do aglomerado metropolitano de Goiânia, chegando nesta década a 23.905. Apresenta no período uma taxa de crescimento geométrico anual na ordem de 20,4%. Em 2000, sua população cresce para 53.105 habitantes.

Estes três municípios são justamente aqueles, como já ressaltamos, que apresentam uma vinculação metropolitana com Goiânia, o município pólo, muito mais intensa. Isto pode ser evidenciado no *mapa 2*, que demonstra a migração pendular tendo como base as AED's – Área de Expansão de Domicílios.

Em que pese o município de Senador Canedo não esteja incluído nesta metodologia segundo as AED's, o demonstrativo de Aparecida de Goiânia e Trindade sugerem que a RMG apresenta uma intensa vinculação cotidiana no que se refere à migração pendular. Tanto Aparecida de Goiânia como Trindade apresentam padrões de migração pendular classificados como muito alto e alto. Isso demonstra a relação orgânica ou de lógica metropolitana que já viemos debatendo ao longo deste texto.

Mapa 2



Goiânia se constitui como um aglomerado metropolitano. Em partes já lançamos algumas idéias motrizes sobre este aspecto, quando abordamos o desenvolvimento de Goiânia. Resta-nos complementar a análise agora que já temos claro sua dimensão metropolitana. Do projeto, plano, desenho ao complexo histórico-geográfico aglomerado metropolitano, Goiânia e a sua região metropolitana percorreram todo um processo que se articula em escala regional e nacional e mais recentemente, também em nível planetário.

Compreender a natureza dessa integração nos ajuda a deslindar a estruturação do espaço intra-urbano de Aparecida de Goiânia, já que este vige em inteira correlação

com Goiânia. Estevam (2004) analisa de maneira bem direta todo o conjunto de transformações sócio-econômicas e políticas que ocorreram em Goiás desde o período da mineração até os anos mais recentes. Sua tese, o *tempo da transformação* começa a ser verificada no período de 1930 a 1960, período denominado por ele de “Modificação das Estruturas” e consolida-se no período por ele denominado de “Transformação das Estruturas”, iniciado em 1970 e perdurando até os dias atuais.

A modificação das estruturas envolve vários elementos que se coadunam. Configuram um processo histórico e por que não dizer segundo Soja (1993), histórico-geográfico, já que as transformações históricas possuem uma dimensão geográfica e a dimensão geográfica é eminentemente histórica. No período entre-guerras, a construção de Goiânia, a criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás – CANG, a chegada da estrada de ferro em Anápolis (1935) etc. cria um padrão de organização sócio-espacial que vai articulando a pouco e pouco o território à lógica da acumulação capitalista propriamente dita. Estas modificações são o resultado de uma deliberada política de articulação do território nacional a qual recebeu o nome de “marcha para o oeste”.

Esta tentativa de construir um “Brasil Grande” é complementada ou continuada pela política de integração nacional de Juscelino Kubitschek com a idéia de “integração nacional”. A materialização geográfica mais eminente desta política foi a construção de Brasília ocorrida no final da década de 1950. Desse modo, pode-se dizer que o processo de integração econômica de Goiás necessitava de um projeto que articulasse o Brasil como um todo, econômica e territorialmente. A marcha para o oeste (Getúlio Vargas) e depois a integração nacional (Juscelino Kubitschek) são os esteios político-estatais que dão sustentação a tal processo. Goiás e Mato Grosso, pela posição estratégica são o alvo prioritário destas tentativas. Situando-se a meio caminho da Amazônia e de São Paulo, são as áreas “vazias” *par excellence* para o início do processo de articulação nacional.

A construção destas duas capitais, sendo uma nacional, conforma um novo processo de estruturação do espaço que vai culminar na década de 1970 num território articulado em escala regional e nacional. A compreensão acerca da constituição do sistema de transportes permite verificar a natureza desta integração. De acordo com Estevam (2004), a construção de Brasília foi muito importante para que o território goiano começasse a ser drenado por um sistema viário mais denso e articulado.

Kubitschek “optou” pelo sistema rodoviário, várias rodovias federais e estaduais foram criadas, também o sistema viário municipal foi amplamente aumentado. A construção da BR-116 que liga Brasília a São Paulo via Triângulo Mineiro foi importante

vetor de articulação do território. Em seguida, a BR-153 que corta de norte a sul o território nacional e também o estado de Goiás foi muito importante na re-estruturação regional pela qual passou o estado de Goiás criando cidades e extinguindo e diminuindo importância de outras, permitindo fluxo de pessoas, mercadorias, informações etc. A constituição do eixo Goiânia – Anápolis – Brasília também foi muito importante para interligar o território.

Mas antes mesmo da construção da capital nacional, Goiânia já esboçava uma articulação em nível regional, principalmente com Minas Gerais e São Paulo. A chegada da estrada de ferro Mogiana a Goiás é demonstrativo deste processo. De 1914, quando sai de Araguari – MG e chega a Roncador – GO, a 1950, quando seus trilhos partindo de Bulhões alcançam Goiânia, tem-se aí um intervalo de tempo, no qual as estruturas goianas, de acordo com a tese de Estevam (2004) começam a se modificar. A estrada de ferro inicia um conjunto de transformações sócio-territoriais nos quais é perceptível a articulação de um sistema viário que conflui para os trilhos. Deste modo, a “marcha para o oeste” com sua política de interiorização do Brasil vai se confirmando. O centro-sul do estado de Goiás já apresenta na década de 1950 uma grande vinculação econômica com Minas e São Paulo e isto é materializado no território através de uma malha viária já mais densamente articulada.

Quando despontam os anos de 1970, ou seja, chegando o período da “Transformação das Estruturas”, já é verificável um sistema viário articulado nacional, regional e localmente. Goiânia e Brasília são importantes entrepostos de comércio e serviços, Anápolis também aparece como centro atacadista de relevância⁹. Entretanto, como ressalta Estevam (2004), a estrutura produtiva goiana ainda era “fundada na fazenda goiana”.

Ainda nos anos 40 e 50 a pecuária mantinha muitas características tradicionais como a criação extensiva de gado, utilizando pastos naturais e transporte de gado vivo através das estradas boiadeiras. Houve uma forte tentativa do governo estadual em diminuir ao máximo a saída de gado vivo de Goiás, principalmente em direção ao triângulo mineiro. Isso implicava, entretanto, na construção de frigoríficos aqui no estado. Houve inclusive uma tentativa de se construir um frigorífico federal em Goiás por iniciativa de Getúlio Vargas, o que não ocorreu, pois a “era Vargas” terminou antes que o projeto tivesse sido efetivado.

⁹ De acordo com Estevam: “A construção de Goiânia, o projeto de colonização, o surto imigratório, a infraestrutura dos transportes e a implantação de Brasília fortaleceram o grau de articulação da região com o centro dinâmico do país” (ESTEVAM, 2004, p. 125).

A virada dos anos 1960 é para Goiás determinante dos caminhos que o estado vai começar a trilhar a partir de então. Inclusive sua urbanização, sua inversão demográfica, transformação nas estruturas produtivas etc. tem justamente este período como sendo de grande importância ou como sendo marcos de distinção entre os processos “tradicionais” e “modernos”. Não que haja rigorosa oposição entre formas de produção pré-capitalistas e capitalistas propriamente ditas. A articulação entre estas formas de exploração já é debatida há muito tempo, mas não custa ressaltar o seu caráter “conciliatório”.

Marx (1988) já havia identificado esta relação quando analisou o processo de subsunção formal e real do trabalho ao capital. Na primeira forma de conceber o processo de exploração, o capital não necessariamente transforma radicalmente formas pré-capitalistas de exploração em formas tipicamente capitalistas (ou seja, aquelas fundadas no assalariamento, expropriação dos meios de produção do trabalhador etc.). Esta forma de exploração é muito comum em áreas de fronteira, nas quais os capitalistas encontram formas organizativas do processo produtivo fundadas em princípios distintos, tal como a organização camponesa do processo de trabalho, por exemplo, onde há a propriedade da terra e meios de produção pelo trabalhador, uso da mão de obra familiar etc. Os capitalistas subordinam estas formas à sua lógica. Já na subordinação real do trabalho ao capital, ocorre algo completamente diferente. As relações de produção pré-capitalistas são alteradas na sua essência, transformando-se em relações capitalistas de exploração. Quando este processo ocorre, há a transmutação também das classes sociais. Se na subordinação formal o camponês se transforma em camponês explorado pelo capital, na subordinação real, o camponês se transforma em outra classe social, proletário (volante, bóia-fria etc.), lumpemproletário etc.

O estudo realizado por Oliveira (1977) também é enfático nesta questão. Baseado nas concepções de Marx, Francisco de Oliveira realiza toda uma análise da incorporação ou subordinação da região nordeste do Brasil ao capital urbano industrial do centro sul do país, notadamente São Paulo. Este processo de subordinação do nordeste deu-se inicialmente através da subsunção formal, nas quais permaneceram formas tipicamente pré-capitalistas, e só posteriormente houve de fato a alteração mais radical das formas de exploração tornando-se fundamentalmente capitalistas.

Foi precisamente esta a maneira de transformação das estruturas em Goiás. A década de 1960 representa o fim da instalação do parque industrial “pesado” brasileiro. A industrialização e, portanto, a consolidação do capital industrial no Brasil e sua reprodução

em larga escala não implicam objetivamente no fim do velho capital mercantil. Ambos coexistem de maneira mais ou menos conflituosa. Isto explica em grande medida a liderança e dominação exercida pelo sudeste ao longo da história da industrialização brasileira.

Este é também o período de industrialização da agricultura. Há dessa maneira a subordinação da “velha” agropecuária à agricultura industrializada. A produção de insumos e equipamentos agrícolas, notadamente no sudeste, passam a ditar os rumos e os ritmos da produção agrícola. Como atesta Estevam:

As atividades do campo passaram a ser balizadas por caracteres inerentes a um processo industrial de produção, ou seja, espírito de inovação, cálculo econômico, divisão tecnológica do trabalho, elevado capital técnico por trabalhador, produção em massa e alta produtividade do trabalho. *Não foi propriamente a agricultura que se industrializou, mas a indústria que industrializou a agricultura* (ESTEVAM, 2004, p. 149) (grifos meus).

Formou-se um complexo agroindustrial¹⁰, no qual a indústria cristalizou um todo com a produção agropecuária alterando profundamente as características desta. Tanto a montante (produção de insumos, maquinários, implementos), quanto a jusante (processamento/beneficiamento dos materiais produzidos). A industrialização da agricultura alterou profundamente também as relações de trabalho. O surgimento e generalização dos trabalhadores “volantes” (assalariados rurais), o empobrecimento dos “velhos” pequenos produtores etc. atestam este fato. Entretanto, a desigualdade do desenvolvimento capitalista no campo não se deveu à fraqueza do processo de industrialização, pois de fato não houve fraqueza alguma, mas a articulação, ou melhor, a subordinação de formas de produção pré-capitalistas à produção propriamente capitalista. Este mesmo fato, ou seja, aumento da pobreza e exploração é identificado por Oliveira (1977) no caso do nordeste brasileiro, pois a subordinação de relações pré-capitalistas a relações capitalistas propriamente ditas implica num aumento considerável da exploração e não na sua diminuição.

Ora, fica claro agora que a metropolização de Goiânia está inserida numa totalidade muito mais ampla do que meramente seu espaço metropolitano. As transformações ocorridas no intra-urbano de Goiânia são profundamente determinadas por

¹⁰ Para uma discussão sobre o conceito, características, elementos etc. do “complexo agroindustrial” Cf. (MÜLLER, 1989)

estas alterações que ocorreram em escalas diferentes. Desse modo, retomando a idéia já exposta anteriormente, as transformações intra-urbanas são simultaneamente determinadas e determinantes das alterações urbano-regionais.

A estruturação do espaço metropolitano ou intra-urbano de Goiânia está diretamente relacionada a essas alterações acima aludidas: a consolidação das estratégias territoriais da “marcha para o oeste”; a estruturação rodoviária de Goiás, articulando-se regionalmente e nacionalmente, articulação esta mais enfática com o sudeste do país; o projeto de “integração nacional” e sua materialização via construção de Brasília; a integração econômica de Goiás e a conseqüente alteração em sua estrutura produtiva, ou seja, industrialização da agricultura e a formação dos complexos agro-industriais etc.

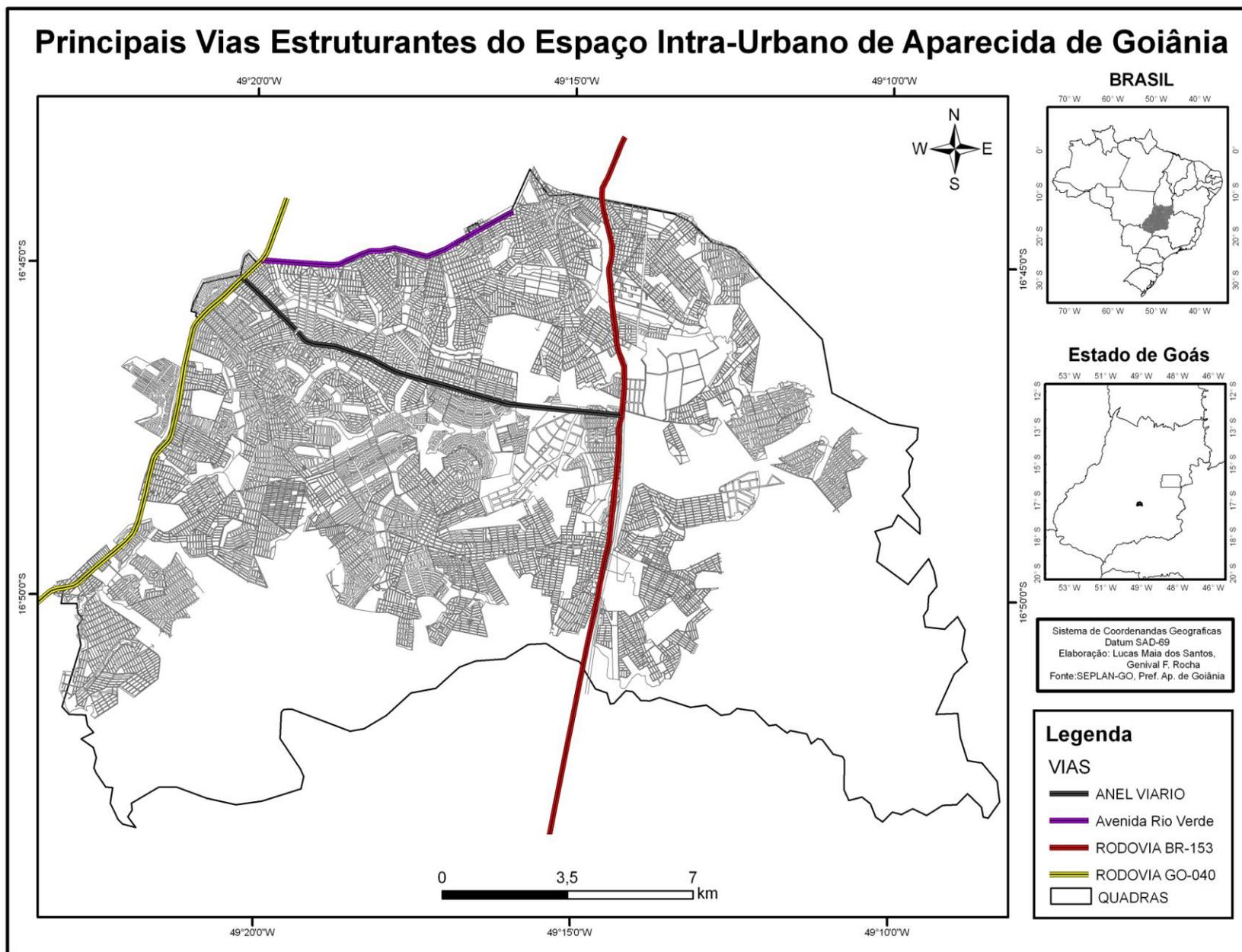
Essa compreensão histórico-geográfica permite analisar a fragmentação do espaço metropolitano incluindo, diretamente, Aparecida de Goiânia.

1.3. Aparecida de Goiânia: a fragmentação do espaço metropolitano

Dentro desse conjunto de processos, como compreendermos Aparecida de Goiânia? Ela forma um todo articulado e hierarquizado com Goiânia. De que maneira ela se articula territorialmente com a capital do estado? A concepção que defenderemos aqui é de que Aparecida é expressão da fragmentação do espaço metropolitano. Já lançamos algumas luzes sobre o conceito de fragmentação espacial, entretanto é necessário verticalizar um pouco mais a análise deste conceito para precisarmos melhor nossa compreensão da formação de Aparecida de Goiânia como expressão do espaço intra-urbano metropolitano.

Um polígono viário de importância nacional, regional e local articula este espaço (*Cf. mapa 3*). A Avenida Rio Verde, que divide os municípios de Aparecida de Goiânia e Goiânia, é uma importante via de acesso que interliga toda porção setentrional de Aparecida à capital goiana. É hoje uma das áreas mais *gentrificadas* deste município, constituindo uma centralidade de relevância, que reestrutura o espaço intra-urbano do município de Aparecida (CIRQUEIRA PINTO, 2006) e também parte considerável da porção meridional do município de Goiânia.

Mapa 3



A BR-153, de indiscutível importância nacional, tal como já observamos no tópico anterior, que além de representar uma reorganização regional das cidades no estado de Goiás, significou também a integração do estado, do ponto de vista territorial, à economia industrial do sudeste, principalmente de São Paulo etc. é, para Aparecida de Goiânia, um objeto geográfico importante para a compreensão da estruturação de seu espaço intra-urbano. Corta de norte a sul a porção leste do município. Configura ali toda uma área industrial às suas margens e também nas imediações mais próximas afastando-se a poucos quilômetros de suas margens. É inclusive marco interessante na repartição das áreas mais urbanizadas e áreas onde dominam paisagens tipicamente rurais. Na porção leste da rodovia, temos a maior concentração de zona rural do município, em que pese sua extensão em área seja consideravelmente menor que a parte oeste da rodovia.

Sem sombra de dúvidas, o processo de parcelamento do solo em Aparecida iniciou-se onde hoje é seu centro histórico no início da década de 1920. Depois, devido à centralidade de Goiânia, o parcelamento passa para as imediações da Avenida Rio Verde no final dos anos de 1940 e 1950 com os setores Vila Brasília, Jardim Luz, Helvécia etc. e depois nas décadas posteriores há um acelerado processo de parcelamento que paulatinamente vai recobrando todo o território do município¹¹. A BR-153 foi um importante marco definidor do constante espraiamento territorial de áreas urbanizadas no município de Aparecida de Goiânia. Naturalmente que esta via não é dotada de vida própria nem muito menos é sujeito no processo de estruturação intra-urbano de Aparecida. Este papel cabe única e exclusivamente às classes sociais e sua dinâmica espacial. Esta região da cidade acabou se tornando uma área especial no tipo de produção do espaço. Mais ao norte, na fronteira com Goiânia, predominam paisagens industriais e residenciais se mesclando, obviamente pelo poder de atração que Goiânia exerce sobre Aparecida de Goiânia. À medida que se dirige ao sul, as paisagens vão se tornando mais ruralizadas, demonstrando que esta não é uma área prioritária, ainda, para processos de parcelamento urbano do solo.

Isso é observável por via puramente empírica. Ao sul de Aparecida de Goiânia, onde as chácaras têm maior expressividade, a porção leste da rodovia é dominada por esta forma de produção do espaço. Entretanto, não nos enganemos com a observação da forma, pois procedendo assim talvez não compreendamos os processos que compõem o conteúdo destas paisagens. A população rural de Aparecida de Goiânia é praticamente nula. De

¹¹ Veremos com mais detalhes este processo de parcelamento e ocupação do município no próximo capítulo.

acordo com o censo (IBGE, 2000) 98% da população do município é urbana, restando somente 02% de população rural. Isso implica que o “rural” de Aparecida de Goiânia seja bastante urbanizado.

Se utilizarmos a contribuição de Lefebvre (2001) quando analisa o processo de extensão do urbano às aldeias¹², torna-se mais fácil compreender o que estamos afirmando. Lefebvre analisa a extensão da cidade industrial através do alargamento do “modo de vida urbano” às demais áreas da sociedade, às aldeias e aos campos propriamente ditos. Este processo se dá ao que denomina de extensão do “tecido urbano”, este tecido parte da cidade e a tempos e tempos vai englobando o “rural”, criando desta maneira o modo de vida urbano.

A cidade o faz com suas técnicas, suas vias de transporte e comunicação e principalmente com seus valores e mentalidade. Em que pese esta análise não possa ser totalmente transposta para compreender a distinção entre áreas “urbanas” e “rurais” em áreas já profundamente metropolizadas como Goiânia e Aparecida de Goiânia, pois seu rural é já uma função direta da cidade, considero que lança luzes para estudos que enfoquem particularmente esta questão.

Uma outra linha do polígono geográfico é o recente Anel Viário, que liga a BR – 153 à GO – 040. Esta via de escoamento rápido corta Aparecida de Goiânia em sua porção central no sentido leste/oeste, retirando em tese o transporte de carga pesada do centro da cidade, tanto de Goiânia, como Aparecida. Analisemos com cuidado a dimensão que este “objeto geográfico”, tal como nos fala Santos (1996), adquire no contexto da metrópole goianiense como um todo. À primeira vista é somente mais uma via que corta o território, entretanto, o Anel Viário drena uma região da cidade na qual predomina incontestavelmente o assentamento das classes exploradas. Desde a BR – 153 até a GO – 040 (Setor Garavelo), percebe-se uma configuração ocupacional que oscila entre áreas muito densamente ocupadas, outras com densidade muito baixa, a áreas plenamente “desocupadas”, destinadas à especulação. Em que pese o fluxo de automóveis ainda ser pouco expressivo, o fato é que esta via é um importante objeto no processo de estruturação do espaço intra-urbano de Aparecida de Goiânia, pois valoriza, do ponto de vista imobiliário, estas áreas e drena com muita rapidez o território.

¹² Aqui no Brasil é mais conveniente falar em Vilas, pois o termo aldeia é associado à aldeia indígena, significado radicalmente distinto do termo aldeia na Europa, o qual designa pequenos aglomerados humanos com uma dinâmica de vida eminentemente rural. As aldeias, na leitura de Lefebvre e Mumford estão na era do capitalismo super-desenvolvido, plenamente urbanizadas.

Por último, a GO – 040, que liga Goiânia e Aparecida de Goiânia a Aragoiânia, constitui hoje uma via de acesso muito importante para o espaço aparecidense. Da mesma forma que a BR – 153 funciona como centro de gravidade que atrai para seu “centro” uma quantidade enorme de indústrias, constituindo uma região altamente industrializada da RMG, a GO – 040 permite uma ligação rápida da porção mais a sudoeste de Aparecida de Goiânia com Goiânia. Dada a distância que esta região apresenta com relação a Goiânia, formou-se ali, notadamente no Setor Garavelo e imediações um subcentro que fornece um conjunto de serviços que até o início da década de 1990 era encontrado somente em Goiânia e em menor escala no centro histórico de Aparecida de Goiânia.

Deste modo, este quadrilátero de vias de importância nacional, regional e local são uma realidade fundamental para a compreensão do processo de estruturação do espaço intra-urbano de Aparecida de Goiânia. São vetores de processos geográficos, como “atrativos” para tipos especiais de ocupação: o caso da BR – 153; constituem pontos importantes na *gentrificação* de algumas áreas da cidade: a Avenida Rio Verde; são importantes na constituição de subcentralidades, como a GO – 040, ou mesmo a Avenida 22, que liga o bairro Colina Azul ao centro histórico de Aparecida, também a Avenida São Paulo, muito ligada à centralidade que a Avenida Rio Verde exerce etc.; E são também “objetos geográficos” que no processo de estruturação do espaço intra-urbano contribui para processos de valorização: como a anel viário, por exemplo.

Esta descrição serve-nos como primeira aproximação ao espaço aparecidense. Sua estruturação é um processo de longa data que se inicia em 1922 e prossegue até os dias atuais. Este espaço foi estruturado de maneira fragmentada? Sim. Qual o conteúdo dessa fragmentação?

Esclareçamos uma última vez um ponto central em nossa análise: o conceito de segregação tal como vem sendo desenvolvido não consegue explicar satisfatoriamente o espaço de Aparecida de Goiânia como um todo. Seja o modelo de Caldeira (2000), que apregoa três maneiras pelas quais se manifesta este fenômeno: segregação por diferenciação de residência; segregação de acordo com o modelo centro-periferia; e segregação por superposição das classes sociais na periferia, através dos “enclaves fortificados”.

Esta interpretação expressa muito bem a realidade sócio-espacial do município de Goiânia, se considerado separadamente. De fato, nas primeiras décadas de formação desta cidade, o primeiro tipo de segregação é facilmente identificado, a formação de bairros operários: Vila Nova, Ferroviário, Bairro Popular etc. o demonstram. O mesmo

ocorre com relação aos bairros da classe dominante, Setor Central, Oeste, Marista, Sul. Entretanto, com o vertiginoso processo de parcelamento do solo em Goiânia, fenômeno muito bem estudado por Moysés (2004), nas décadas de 1950 e 1960 e início dos 70, verifica-se o início do estabelecimento de um novo padrão de distribuição das classes no espaço urbano, o modelo centro-periferia começa a se estruturar. E por final, nos anos 1980 e 1990, o surgimento dos *shopping centers* e dos condomínios exclusivos confirmam o último padrão apresentado por Caldeira (2000).

Contudo, se formos transpor esta maneira de ler o espaço urbano “municipal” de Goiânia para o que hoje é RM como um todo, algumas dificuldades irão aparecer. Em primeiro lugar, é necessário ter em mente que este é um processo que assume formas diferentes ao longo do tempo. Durante um longo período, o modelo centro-periferia explicava satisfatoriamente a cidade de Aparecida de Goiânia. Esta se constituiu durante grande parte de sua história como sendo meramente uma periferia expandida de Goiânia. Não que esta realidade tenha se alterado radicalmente, mas elementos novos surgiram após a década de 1990.

A estrutura espacial de Aparecida apresenta novas realidades que conferem-lhe um *status* diferente do que mera periferia expandida¹³. Novas centralidades, áreas *gentrificadas*, surgimento de subcentros espalhados pelas áreas periféricas mais afastadas tanto do centro histórico da cidade, quanto da cidade pólo, diversificação do sistema de serviços, aumento de oferta de empregos, derivado da crescente industrialização de algumas áreas etc. Se em Aparecida aparece o terceiro tipo de segregação, ou seja, a superposição de classes na periferia, esta, entretanto, não dá conta de toda a realidade sócio-espacial que envolve esta cidade, explica-lhe em partes alguns pontos às margens da Avenida Rio Verde e algumas áreas às proximidades do setor Vila Brasília, Cruzeiro do Sul e imediações, nas quais há a existência de condomínios exclusivos.

O mesmo vale para a concepção apresentada por Souza (2000). Sua concepção de fragmentação infra-política do espaço urbano é bastante interessante, pois dá conta de uma gama de problemas que a realidade espacial das cidades após principalmente a década de 1970 começa apresentar. Sua leitura do crime organizado nas favelas e alguns bairros periféricos de São Paulo e Rio de Janeiro e seu reverso nos condomínios exclusivos e

¹³ Denominamos periferia expandida a realidade sócio-espacial derivada de processos de conurbação, no qual a cidade incorporada depende quase que exclusivamente dos serviços e empregos oferecidos pela cidade-pólo. Portanto, trata-se de uma outra cidade que é anexada a um complexo urbano maior. Esta anexação se dá de forma a tornar cada vez mais dependente a cidade anexada à cidade anexante.

shopping centers é correta. Em que pese parte de sua análise consiga esclarecer alguns elementos do espaço urbano aparecência, a totalidade de seus conceitos não o consegue. Isso se dá obviamente devido ao fato dele investigar uma realidade bem distinta da nossa. Dada a natureza do processo de estruturação do espaço de Aparecida de Goiânia, a leitura da fragmentação através das favelas não é válida, já que estas realidades não se apresentam aqui da maneira como se manifestam no Rio de Janeiro ou mesmo em São Paulo.

Este fato merece um estudo em separado, mas podemos lançar algumas hipóteses: o tráfico de drogas a varejo aqui não é territorializado da maneira como aparece no Rio de Janeiro. Não há grupos de traficantes dominando comunidades inteiras, como ocorre por lá, isto em si já é de tomar nota, pois de acordo com Souza (2000) este é o principal aspecto de fragmentação infra-política do espaço metropolitano no Rio de Janeiro e em São Paulo na contemporaneidade.

O aumento da violência criminal associado a um conjunto de outros fatores, como já observamos, determina o surgimento dos condomínios exclusivos, tal como observado também por Caldeira (2000) e inúmeros outros autores. Este modo de fragmentação do espaço é observado aqui em Aparecida de Goiânia, como já destacamos. Mas da mesma forma que a interpretação de Caldeira (2000) acerca dos modelos de segregação do espaço urbano, também a leitura de Souza (2000) a respeito da “fragmentação infra-política” explica parte, mas não a totalidade da estruturação espacial de Aparecida de Goiânia.

A teoria que mais se aproxima da realidade de Aparecida de Goiânia é o estudo desenvolvido por Villaça (2001), no qual aborda de maneira exaustiva e aprofundada as implicações do conceito de espaço “intra-urbano”. Esta obra expõe um método que considero adequado para se estudar a estruturação do espaço urbano, ou como prefere o autor, “intra-urbano”. Critica inicialmente as pesquisas sobre o espaço intra-urbano, argumentando que pouco contribuíram para uma compreensão de conjunto deste espaço. Produziram uma incontável quantidade de pesquisas atomizadas: preço da terra, localização industrial, comercial etc. É necessário, entretanto, que os estudos intra-urbanos avancem no sentido de compreender o conjunto da cidade, ou seja, “a articulação entre suas várias áreas funcionais, ou seja, sobre a estrutura intra-urbana” (VILLAÇA, 2001, p. 17).

Já ressaltamos em outro lugar, que para ele,

A estruturação do espaço regional é dominada pelo deslocamento das informações, da energia, do capital constante e das mercadorias em geral – eventualmente até da mercadoria força de trabalho. O espaço intra-urbano, ao contrário, é estruturado fundamentalmente pelas condições de deslocamento do ser humano, seja enquanto portador da mercadoria força de trabalho – como no deslocamento casa/trabalho – seja enquanto consumidor – reprodução da força de trabalho, deslocamento casa-compras, casa-lazer, escola etc. (VILLAÇA, 2001, p. 20)

Embora sua leitura esteja correta, é por demais rígida ao não conseguir compreender as maneiras como os processos urbano-regionais se articulam com os processos intra-urbanos. De fato, a estruturação do espaço intra-urbano é determinada pelos elementos que ele destaca, mas outros também entram neste processo, como os urbano-regionais. Por exemplo, em Aparecida de Goiânia, a construção do Anel Viário. Este constitui-se como já destacamos, um novo objeto geográfico que alterou a configuração intra-urbana de Aparecida de Goiânia. Suas implicações mais sérias ainda estão por se constituir, mas alguns aspectos já são observáveis, tal como maior fluidez de alguns bairros periféricos, intercomunicação rápida das porções leste e oeste de Aparecida, valorização de algumas áreas etc.

Entretanto, a construção desta via não se deve a demandas “intra-urbanas”, mas sim urbano-regionais. Ele não foi construído por causa de deslocamentos da força de trabalho, seja para trabalhar ou consumir, mas para retirar das áreas urbanas mais centrais tanto de Goiânia como de Aparecida e também contribuir para desafogar o tráfego da Perimetral Norte com o transporte de carga, ou seja, uma demanda urbano-regional. Em síntese, a leitura de Villaça é correta, mas peca por esta distinção mecanicista que não consegue explicar as demandas do real. De fato os processos urbano-regionais interferem fundo na estruturação do espaço intra-urbano.

Os processos de segregação são também determinantes na estruturação intra-urbana. De acordo com Villaça (2001), as classes de alta renda não buscam determinadas áreas por elas apresentarem boa estrutura viária e equipamentos públicos, mas pelo contrário, a presença da burguesia faz com que o estado desenvolva a região da cidade na qual estão. “Assim, elas controlam o estado para melhorar o sistema viário intra-urbano. Isso fez com que as burguesias ‘puxassem’ as melhorias viárias (vias intra-urbanas, note-se) na direção de seus bairros (...)” (VILLAÇA, 2001, p. 318). O mesmo se passa com tudo o mais na cidade, assim não são os escritórios, lojas, bancos, *shopings* etc. que puxam as classes dominantes para uma dada região da cidade. O contrário é que ocorre. É justamente

a presença destas classes em um dado período de tempo em uma dada região da cidade que faz com que lojas, *shopings* etc. vão para estes bairros.

Villaça traz à tona um elemento novo para se compreender a segregação como um elemento estruturante do espaço intra-urbano. Enquanto a maioria das leituras enfoca este processo, entendendo a segregação materializada nos bairros, em um ou em alguns especificamente, Villaça defende a tese de que esta se dá não por bairros ou setores, mas sim por “região geral da cidade”.

Esta idéia de macro-segregação teve sua confirmação clássica no padrão centro-periferia. Entretanto, como já foi por demais observado há muito centro na periferia e muita periferia no centro. Assim, esta elaboração inconsciente da idéia de formação de região geral da cidade através da formação de espaços divididos em centro e periferia não resiste a uma comprovação empírica.

A idéia fundamental deste autor é que durante um certo período, as classes dominantes vão se aglomerando em uma dada área da cidade, não em um bairro somente. Esta área passa a ser melhor vista e atendida pelas políticas estatais de urbanização. Desse modo, ela torna-se em pouco tempo uma área valorizada, tanto do ponto de vista imobiliário, quanto do ponto de vista dos valores dos indivíduos, grupos e classes sociais que vivem na cidade.

Esta área valorizada passa a ser a auto-imagem da cidade como um todo. “Todos” passam a identificar esta ou aquela cidade com esta ou aquela região da cidade. Entretanto este processo é determinado no tempo. Por inúmeros fatores, as classes dominantes vão paulatinamente migrando para outras áreas e isso vai tornando aquela ocupação pretérita cada vez mais degradada, transformando-se em assentamento das classes exploradas (os cortiços são seu maior exemplo). Deste modo, para ele: “(...) a segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em *diferentes regiões gerais* ou *conjuntos de bairros* da metrópole”. (VILLAÇA, 2001, p. 142) (grifos no original).

Aparecida de Goiânia é uma região geral da cidade? Desde o início deste trabalho, estamos tomando Aparecida de Goiânia e Goiânia como sendo um todo urbano estruturado de maneira hierarquizada. Embora sejam separados administrativamente compõem do ponto de vista dos processos metropolitanos uma única realidade. Há tempos e tempos se desenvolvem algumas escaramuças entre os poderes municipais destes dois municípios, como na disputa acerca da definição dos limites administrativos entre ambos, a qual chegou a bom termo em 2001 (Aparecida de Goiânia, 2001).

Para Villaça, a grande força propulsora da estruturação do espaço intra-urbano

é:

(...) o domínio, pelas burguesias, das condições de deslocamento espacial do ser humano enquanto consumidor. Como parte de um movimento que é fruto da interação de forças, o centro principal se deslocou e se transformou, os subcentros se formaram em função da inacessibilidade socioeconômica das camadas populares ao centro principal; certas regiões das metrópoles se tornaram maciçamente populares; o centro principal 'decaiu'; o sistema viário se aprimorou em determinada região... Enfim, foi-se formando e transformando o sistema de localizações que define o que é 'bom ponto' e o que é 'fora de mão' (...) para todos no espaço urbano.

Para nós o espaço intra-urbano de Goiânia envolve sua região metropolitana como um todo, mas principalmente Aparecida de Goiânia, Trindade, Senador Canedo e mais recentemente Goianira, temos de considerar esta afirmação de Villaça dentro deste conceito. Se tomarmos por ponto de partida o processo de estruturação da RMG como um todo, identificaremos historicamente Trindade e Aparecida de Goiânia em primeiro lugar são as localizações “fora de mão” e alguns pontos de Goiânia seriam os “bons pontos”, notadamente as áreas nobilizadas.

A dinâmica de reestruturação intra-urbana ocorrida na década de 1990 deve-se muito, sem dúvida nenhuma, aos movimentos que a burguesia desempenhou durante esta década. A considerável expansão dos condomínios exclusivos pela “periferia” da cidade vão conformando um novo padrão de estruturação do espaço municipal de Goiânia e também de Aparecida de Goiânia. Enquanto Trindade, Senador Canedo e Goianira vão cada vez mais se afirmando como regiões gerais da cidade, nas quais há o predomínio das classes exploradas, Aparecida de Goiânia além de apresentar também este padrão, pois a criação de loteamentos populares nesta década é considerável, começa a estabelecer um processo de *gentrificação* de sua porção setentrional. Este fato faz com que Aparecida adquira características ao mesmo tempo semelhantes e diferentes aos demais municípios da RMG.

Desse modo, *consideramos sim Aparecida de Goiânia como uma região geral da cidade* na qual haja o predomínio no assentamento das classes exploradas. Entretanto, é necessário que tomemos um cuidado redobrado com esta questão. Não podemos aceitar em hipótese alguma que ela seja considerada homogeneamente, pois a complexidade de seu espaço produzido nos conduz a esses cuidados. Em primeiro lugar, Aparecida não é meramente uma periferia expandida, como já ressaltamos, pois o surgimento de vários subcentros, complexificação dos serviços (universidades – privadas e estatais, hospitais,

serviços bancários etc.) bem o demonstram, consolidação de uma base de transformação industrial em duas zonas industriais (DAIAG – Distrito Agro Industrial de Goiás e DIMAG – Distrito Industrial Municipal de Aparecida de Goiânia) etc. nos confirmam esta característica.

Isso se deve evidentemente ao fato de a cidade de Aparecida de Goiânia situar-se em outra unidade administrativa diferente da cidade de Goiânia. Embora a lógica metropolitana imposta por Goiânia seja uma força motriz poderosa na produção do espaço metropolitano como um todo, não podemos desconsiderar a ação do corpo burocrático administrativo de Aparecida. Este, como mediador da burguesia no conjunto das relações sociais, adquire interesses próprios. Tais interesses são no sentido de manter sua reprodução enquanto classe burocrática. Desse modo, Aparecida de Goiânia, bem como os outros municípios da RMG, com seu corpo burocrático estatal buscam a todo momento sobressair no conjunto do aglomerado metropolitano. A industrialização de Aparecida, a construção da UEG – Unidade Aparecida, a construção do Hospital de Urgências de Aparecida de Goiânia etc. não são tão fortuitas assim.

Desse modo, é necessário destacar: o estado é um importante agente estruturador do espaço urbano. Ter em conta este fato é elemento imprescindível de uma análise do urbano. Ele é o “capitalista coletivo ideal” tal como já nos dizia Engels, ou em outras palavras: “O governo do estado moderno é apenas um comitê para gerir os negócios comuns de toda a burguesia” (MARX & ENGELS, 1987, p. 104). Esta frase célebre do *Manifesto do Partido Comunista* ilustra muito bem o papel desempenhado pelo estado capitalista. Como se tratava de um manifesto, não era objetivo dos autores desenvolver de maneira aprofundada esta questão. Marx tinha a intenção de escrever um capítulo de *O Capital* analisando o estado, entretanto tal tarefa não foi realizada, mas se analisarmos o conjunto de sua obra e extrairmos as passagens nas quais ele analisa a instituição estatal, verificaremos sua posição em relação aos significados e ao papel desta instituição em nossa sociedade. De qualquer forma, não desenvolveremos aqui uma teoria marxista do estado, para tanto, remetemos o leitor a alguns textos fundamentais neste debate¹⁴.

O estado é um dos principais fatores de “contratendência” à tendência declinante da taxa lucro, além deste, também o aumento do mercado consumidor, aumento

¹⁴ Cf. (OFFE & RONGE, 1984), (OFFE & LENHARDT, 1984), (VIANA, 2003), (LOJKINE, 1997), (BERNARDO, 1977; 1991) etc. E é claro a leitura da obra de Marx é indispensável. Citamos aqui alguns textos no qual aborda esta questão: *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, os capítulos de *O Capital* no qual analisa a legislação fabril inglesa, *O 18 Brumário*, *A Guerra Civil na França* etc.

da exploração etc. figuram entre as contratendências (MARX, 1988). Como elemento imanente à economia capitalista, o estado com sua prática demonstra a falsidade das afirmações liberais da “livre-concorrência”, nunca houve um regime de acumulação livre-concorrencial na história do modo de produção capitalista (HARVEY, 2005), posto que a instituição estatal entra fundo na essência de sua produção e reprodução, sendo sua principal forma de regularização (VIANA, 1997).

O seu grande objetivo é a reprodução da sociedade como um todo. Ele deve assegurar as condições para que isto ocorra. Desta maneira, a “estratégia mais geral do estado capitalista não visa em absoluto a uma proteção especial a um certo interesse de classes, mas sim ao interesse geral em todas as classes, *na base das relações de troca capitalista*” (OFFE & RONGE, 1984, p: 128). (grifos nossos)

O modo de produção capitalista é fracionado em classes sociais. Isso significa que ele é um sistema estruturado ou que se estrutura em antagonismos de classe. Desse modo, o estado, enquanto a maior e mais complexa organização da sociedade capitalista, visa a reprodução desta sociedade. A manutenção da ordem é expressão máxima da prática do estado, pois assegurá-la, significa manter-se também estável. É por isto que em momentos de convulsões sociais, o estado é a instituição responsável para o restabelecimento da ordem e “apaziguamento” dos conflitos.

Entretanto, isso não implica que ele seja um elemento de “coesão social” imprescindível. No modo de produção capitalista, o estado desempenha papel central na reprodução das relações burguesas de produção. Esta sociedade é alicerçada num tipo de relação que pressupõe indivíduos “livres”, que entrem em contato, numa relação de troca, na qual uma parte vende sua força de trabalho e a outra dispõe dos meios de produção (máquinas, matérias-primas, instalações etc.) necessários à produção dos bens materiais. Entretanto, não é uma relação entre iguais. Numa ponta está o capitalista, na outra, o proletariado. Um não é livre para escolher vender-se ou não no mercado de trabalho, pois suas condições materiais de vida o impelem a fazê-lo. Ao passo que o outro, o capitalista, dispõe de um considerável contingente de indivíduos, que concorrem entre si, para contratá-los ou não de acordo com as necessidades do mercado.

Esses indivíduos que estão em estado de assalariamento ou em potência de assalariar-se são um produto direto da *política social do estado capitalista*. Este aspecto foi analisado de maneira extensa e aprofundada por (OFFE e LENHARDT, 1984). Para eles “a política social é a forma pela qual o estado tenta resolver o problema da transformação duradoura de trabalho não assalariado em trabalho assalariado” (OFFE & LENHARDT,

1984, p. 15). Assim, escolas, hospitais, instituições sociais, previdência social, intervenções urbanísticas etc. são aspectos de uma mesma realidade, ou seja, produção e manutenção da força de trabalho. Como os capitalistas individuais não se responsabilizam por este tipo de ações, cabe ao estado, “o capitalista coletivo ideal”, não permitir que “as galinhas dos ovos de ouro morram”.

É neste sentido que Lojkin chega a afirmar:

Se (...) a intervenção estatal é a forma mais elaborada, mais desenvolvida, da resposta capitalista à necessidade de socialização das forças produtivas, será possível dar uma primeira definição das políticas urbanas dos estados capitalistas desenvolvidos: são “*contratendências*” produzidas pelo próprio MPC para regular, atenuar os efeitos negativos – no nível do funcionamento global das formações sociais – da segregação e da mutilação capitalistas dos equipamentos urbanos (LOJKINE, 1997, p. 190/191) (grifos nossos).

Mesmo tendo ficado imprecisa sua concepção de socialização das forças produtivas, pois o que ocorre de fato não é sua socialização, mas uma redistribuição ao nível global pela via do estado da mais valia extraída do proletariado. A construção de equipamentos urbanos coletivos não é, deste modo, socialização alguma, muito menos das forças produtivas, mas apenas redistribuição de parte da mais valia produzida. Este é na verdade o centro das intervenções estatais no que se refere à questão urbana.

Dessa maneira, temos que o estado é elemento imanente à produção e é instituição fundamental para que haja a reprodução do conjunto da classe trabalhadora, bem como da sociedade (capitalista) como um todo. Sua política urbana insere-se justamente neste conjunto. Se tomarmos a idéia lefebvreana segundo a qual o espaço é uma força produtiva, da mesma forma que é uma mercadoria e da mesma forma que é um equivalente de mercadoria: *design* etc., vê-se que produzir espaço urbano é reproduzir a sociedade em sua totalidade.

Assim, a ação da instituição estatal no que se refere à questão urbana é no sentido de assegurar a “normalidade” desta reprodução. Ao conseguir que a reprodução se dê num nível de normalidade aceitável, o estado reproduz-se também dentro desta normalidade, visto que sua materialidade não é outra coisa se não a classe social que lhe dá vida e sustentação, ou seja, a burocracia estatal (VIANA, 2003).

É dentro desta totalidade de ações, fenômenos etc. que devemos compreender Aparecida de Goiânia como sendo uma região geral da cidade. Entretanto, dada a heterogeneidade deste espaço, dada a complexidade que possui, dado o conjunto de

fenômenos, funções e formas que congrega, defini-lo como uma região geral da cidade é um pouco temeroso. Por mais que Villaça afirme que haja a entremeação das classes de alta renda nos interstícios das áreas de baixa renda e vice-versa e também que ele identifique a formação dos subcentros em determinadas áreas muito afastadas da cidade pólo, realidades estas todas verificáveis em Aparecida de Goiânia, definir a cidade inteira como sendo uma região geral da cidade, é desconsiderar alguns de seus principais agentes estruturadores do espaço, dentre eles, destaco o estado, no que se refere a algumas ações das políticas municipais. Voltaremos a esta questão no próximo capítulo.

Desta feita, para compreender a totalidade do processo de estruturação do espaço intra-urbano específico de Aparecida de Goiânia, proponho o conceito de *Região Geral Multifuncional Integrada da Cidade*. Enquanto o conceito de região geral da cidade tal como proposto por Villaça remete à idéia de segregação, o conceito de região geral multifuncional integrada da cidade remete à idéia de fragmentação.

A segregação tende a homogeneizar. A fragmentação tende ao estilhaçamento, à quebra, ao fragmento, portanto permite incorporar a natureza multifacetada do espaço urbano. Não pretendemos criar um modelo que seja aplicado a todas as realidades, mas pelo contrário, buscamos expressar uma realidade existente de fato, ou seja, a estruturação intra-urbana de Aparecida de Goiânia.

É uma *região geral* pois congrega toda uma seqüência, todo um conjunto de bairros configurando uma região dentro do espaço intra-urbano. É *multifuncional* na medida em que traz à baila a discussão acerca da natureza multifacetada do espaço urbano¹⁵. Não desconsideramos aqui as funções no sentido mais operacional do espaço, tal como zona de moradia, de indústria, de comércio, de especulação imobiliária etc. Na verdade, compreender o espaço como sendo multifacetado, é justamente analisá-lo na

¹⁵ Não estamos considerando aqui a idéia de função partindo da perspectiva funcionalista, que considera cada elemento da sociedade com uma função imanente a qual serve para reproduzir o todo. Para uma crítica desta concepção Cf: (GOTTDIENER, 1994), (MENDRAS, 1975). Pelo contrário, remetemos a idéia de multifuncional ao espaço como sendo multifacetado, ou seja, é ao mesmo tempo uma mercadoria, um equivalente de mercadoria e uma força produtiva. Isto permite incorporar à análise da “especialização” dos lugares a uma dimensão mais totalizante da reprodução social. Industrializar determinadas áreas do espaço urbano é simultaneamente torná-lo mercadoria, pois tanto as áreas construídas como as imediações são um produto direto do trabalho humano, é também concebê-lo como uma força produtiva, ou seja, como uma parte constituinte do processo produtivo: as aglomerações industriais, grandes ou pequenas, não são algo fortuito. Também é equivalente de mercadoria, pois a forma espacial, o *design* é vendido enquanto tal. Para uma discussão mais aprofundada sobre a idéia de espaço multifacetado Cf: (LEFEBVRE, 2001), (GOTTDIENER, 1994).

perspectiva da totalidade. Trata-se de fato, de incorporar na análise do processo de estruturação espacial intra-urbana as várias funções operacionais do espaço, bem como a natureza multifacetada deste mesmo espaço. É *integrada* na medida em que, embora seja uma região que expresse a natureza fragmentária do espaço intra-urbano, é interconectada em várias dimensões, principalmente através do fluxo cotidiano da força de trabalho. Estenderemos mais nestas questões analisando especificamente Aparecida de Goiânia como sendo uma região geral multifuncional integrada da cidade.

A ESTRUTURAÇÃO ESPACIAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA

2.1. Aparecida de Goiânia: de núcleo isolado a espaço fragmentado...

O debate que estamos propondo fazer refere-se à maneira pela qual foi se consolidando o espaço aparecidense. Historicizar para nós é apresentar as determinações que expliquem o processo de surgimento, constituição, consolidação e desenvolvimento de um dado fenômeno social. Assim, Aparecida de Goiânia surge no cenário goiano nos inícios do século XX, precisamente em 1922. Entretanto, da forma como viemos tentando compreendê-la até agora, Aparecida passa a destacar-se a partir do momento em que Goiânia se metropoliza e passa a constituir uma área mais ou menos contígua de influência dando origem ao que hoje denomina-se Região Metropolitana de Goiânia.

É por esta razão que apresentamos a seguinte periodização para o processo de estruturação do espaço intra-urbano de Aparecida de Goiânia:

- De 1922 a 1963 – De núcleo isolado à constituição de espaços segregados
- De 1963 a 1980 – Da estruturação do espaço metropolitano à produção de periferia expandida e segregada
- De 1980 a 1990 – Consolidando a segregação: o crescimento demográfico
- De 1990 aos dias atuais – A constituição de uma região geral multifuncional integrada da cidade

Tal proposta evidentemente não é definitiva. Ela parte de um pressuposto e busca comprová-lo. Tal pressuposto é a metropolização de Goiânia. A formação do aglomerado metropolitano de Goiânia é um fenômeno que reorganiza todo o território goiano e ao mesmo tempo deriva da reorganização deste território.

Assim, Aparecida de Goiânia começa a se despontar dentro do aglomerado. É justamente este processo que buscaremos esclarecer neste momento. Quais foram as determinações que levaram aparecida de Goiânia a adquirir as formas e funções que apresenta hoje? Se está claro que não podemos explicá-la tomando-a isoladamente, ou seja, Aparecida de Goiânia não se desenvolve nela por ela mesma, não está muito evidente quais são as características (formas e funções) de seu espaço intra-urbano e qual seu processo de constituição.

A evolução do parcelamento do solo nos dá uma primeira dimensão deste processo (*Cf. mapa 1*), pois a habitação é um dos vetores que configuram o espaço urbano. Entretanto, o parcelamento não se dá para satisfazer a necessidade de morar dos indivíduos, mas para produção de lucro. As relações sociais capitalistas transformam tudo em mercadoria ou em equivalente de mercadoria. Isto se dá também com a produção do espaço.

Aliado à evolução do parcelamento dos solos, demonstraremos como Aparecida foi se consolidando demograficamente. Deste modo, habitação e evolução demográfica são dois aspectos que nos permitem perceber ou revelar a dinâmica urbana do município ao longo de sua história.

De 1922 a 1963 – De núcleo isolado à constituição de espaços segregados

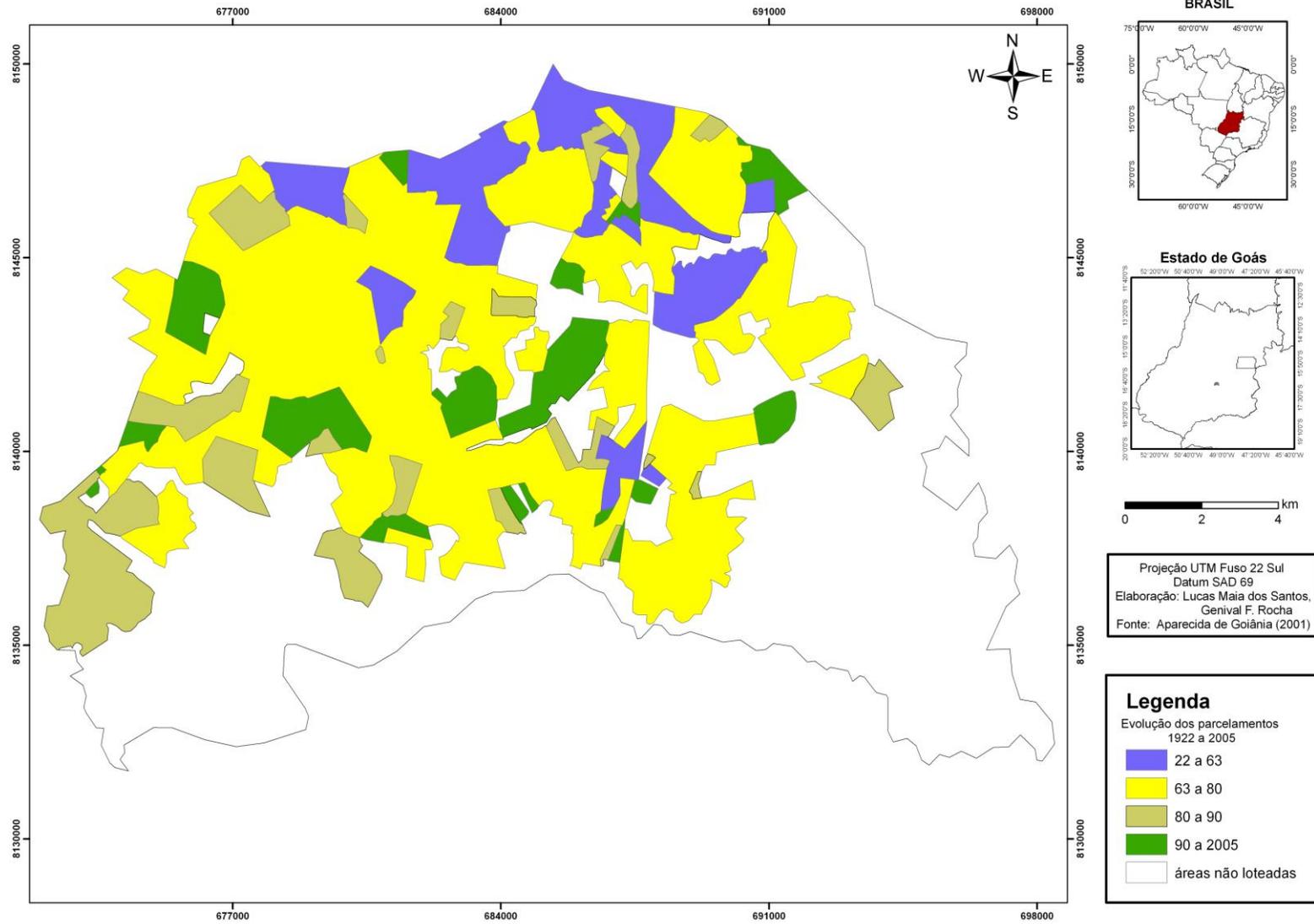
Aparecida de Goiânia se inscreve no território goiano no início dos anos de 1920, precisamente em 11/05/1922, quando alguns proprietários fundiários¹⁶ decidiram doar quatro alqueires de terra à Igreja Católica para que fosse erguido ali uma capela em devoção à Nossa Senhora Aparecida. Por esta razão o primeiro nome do povoado que se formou em volta da igreja foi Aparecida.

A década de 1930 é marcada pela movimentação gerada pela construção de Goiânia e a transferência da capital da antiga Vila Boa para a novíssima Goiânia. Inicialmente, tal fato não gera grandes transformações nem no núcleo urbano de Aparecida nem nas áreas de entorno que posteriormente vão compor seu território municipal. Na verdade, Goiânia só passa a exercer grande influência sobre Aparecida de Goiânia após sua metropolização (analisaremos este aspecto logo adiante). Deste modo, podemos dizer que Aparecida é um núcleo relativamente isolado de toda a agitação urbana que a nova capital passa a gerar.

¹⁶ Os proprietários doadores foram: José Cândido de Queiroz e esposa D. Maria Elias de Jesus, Abrão Lourenço de Carvalho e esposa D. Antônia Maria de Jesus e Antônio Barbosa Sandoval e esposa D. Bárbara Thomásia de Jesus. (Aparecida de Goiânia, 2001, p. 1).

Mapa 4

Evolução do parcelamento do solo em Aparecida de Goiânia - 1922 a 2005



Fundada com intenções religiosas, Aparecida começa a atrair os moradores das áreas rurais mais próximas para assistir às missas. Também fiéis, padres etc. vêm de Campinas montados a cavalo à nova capela construída. Durante as décadas de 1920/30/40 nenhum loteamento é criado na área que hoje é o município; também a sua condição demográfica parece modificar-se pouco, pois em 1963 (ano de emancipação do município) de acordo com o plano diretor (APARECIDA DE GOIÂNIA, 2001), estima-se que Aparecida tinha em torno de 7000 habitantes. Entretanto, de acordo com Melo (2002), quando descreve o processo de emancipação do município, afirma que para adequar o distrito às normas legais vigentes no período para que ele pudesse ser elevado à categoria de município, Tanner de Melo e Freud de Melo elaboraram um documento no qual afirmavam que Aparecida tinha 1082 habitantes na zona rural e 5994 habitantes no distrito, totalizando um quantitativo de 7076 habitantes, superando os 5000 exigidos pela legislação em vigor na época. Na verdade, segundo nos fala Melo (2002) a população de Aparecida não chegava a 2000 habitantes. Em que pese estes sejam dados não oficiais, demonstra com bastante clareza o que deveria ser o pequeno distrito.

Um outro fator que demonstra este relativo isolamento de Aparecida, refere-se à dificuldade em se deslocar de Aparecida a Goiânia devido à grande distância que era substancialmente aumentada pelas precárias ou inexistentes infra-estruturas de transporte. Andar a pé, a cavalo, carroça etc. era prática comum dos moradores de Aparecida de Goiânia quando precisavam de uma maneira ou de outra ir a Goiânia. Trilhas, pequenas estradas vicinais era por onde se realizavam os percursos. Esta realidade permaneceu por bastante tempo, na verdade só foi relativamente solucionada quando Goiânia consolidou seu crescimento urbano em direção ao sul de seu centro e Aparecida, por sua vez cresceu ao norte de seu centro, configurando uma das áreas mais conurbadas da Região Metropolitana de Goiânia.

Este problema era percebido ainda na década de 1960. É relatado em uma reportagem do Diário da Manhã, que demonstra a grande dificuldade que os moradores enfrentavam quando precisavam se deslocar para Goiânia:

Um velho saco de arroz era companheiro fiel na caminhada de quatro horas em direção ao Jardim América, bairro da região sul da Capital. Era lá que os moradores da Avenida Rio Verde – Hoje principal artéria do comércio varejista do município – em Aparecida de Goiânia, iam ao menos uma vez por mês em busca de mantimentos. O trajeto era percorrido em trilhas, que pareciam ser ainda mais longas na volta para

casa, tamanho era o peso que carregavam nas costas. Dentro do saco, arroz e feijão, querosene, açúcar e, entre outras coisas, as imprescindíveis velas. Corriam os anos 60. (DIÁRIO DA MANHÃ, apud CIRQUEIRA PINTO, 2006).

Se nas décadas de 1920 a 1940 não temos grandes transformações no território que hoje é Aparecida de Goiânia, algumas transformações começam a ocorrer nos anos 50, pois uma série de loteamentos vão surgindo principalmente nas proximidades da Avenida Rio Verde (cf. *quadro 1*). Se Goiânia consolida e expande suas áreas urbanizadas com um vertiginoso processo de parcelamento do solo durante as décadas de 1950 e 1960, Aparecida inicia por esta época um fenômeno que consolidará uma área cuja marca será a conurbação. Entretanto não podemos afirmar, tal como (APARECIDA DE GOIÂNIA, 2001), (CIRQUEIRA PINTO, 2006), que Goiânia e Aparecida de Goiânia já eram por esta época conurbadas¹⁷. De fato, havia somente alguns loteamentos segregados, ou seja, “separados” geograficamente e distantes socialmente tanto do centro de Goiânia como do centro de Aparecida de Goiânia.

O termo conurbação é criado por Geddes (1994) na década de 1920 para designar um fenômeno que a urbanização capitalista criara já pelo final do século XIX. Tal fenômeno consiste na aglomeração de alguns ou vários centros urbanos em uma única unidade urbana. Este grupo urbanístico colocava-se como um limitador dos conceitos gerados pela urbanização precedente. Tornava-se patente então que uma nova terminologia fosse engendrada para designar, nomear esta nova realidade que se colocava diante dos interessados em compreender o fenômeno urbano. Geddes assim se expressa:

Essas cidades-região, essas cidades-agrupamento pedem um nome. Não podemos chamá-las constelações; o vocabulário conglomerações parece mais próximo da realidade presente, mas ainda não é pertinente. E conurbações? Essa talvez seja a palavra necessária, a expressão dessa forma de agrupamento demográfico, que já está, subconscientemente, desenvolvendo novas formas de agrupamento social, e, em seguida, de governo e administração bem definidos (Geddes, 1994, p. 48).

¹⁷ “O distrito de Aparecida de Goiás crescia muito pouco nas proximidades de onde é hoje o centro histórico (...). O crescimento do distrito estava intimamente ligado à capital, sendo que após a emancipação de Aparecida de Goiânia em 1963 uma parte destes novos bairros que surgiam no extremo sul de Goiânia passou a compor a cidade de Aparecida de Goiânia, *que se emancipou já conurbada*” (CIRQUEIRA PINTO, 2006, p. 39). (grifos meus)

Sua abordagem evolucionista e empiricista o impede de compreender este fenômeno em suas nuances, particularidades, funcionalidade e dinâmica. Na verdade, ele cria uma palavra para denominar uma realidade que pulava aos olhos do mais comum dos observadores. Se as cidades já grandemente “explodidas”, para utilizar uma expressão de Lefebvre (2001;2002), começavam a se entremear umas nas outras, mais do que denominar o fenômeno, era necessário explicá-lo, encontrar as determinações que explicitem suas características, suas formas, estruturas e funções. Não desenvolveremos tal tarefa neste trabalho, que já foi sumariamente explanada no capítulo anterior. O que nos preocupa neste momento é a utilização da expressão “conurbação” para conceituar o processo de segregação dos espaços em Aparecida de Goiânia, por volta dos anos de 1950. O que Geddes denomina “conurbação” é o processo de aglomeração de sítios urbanos distintos. É o engolimento de pequenas cidades, vilas, povoados e/ou a justaposição de grandes cidades.

Também Villaça (2001) utiliza o termo em acepção muito semelhante. Mas ele faz tal uso para substituir os conceitos de metrópole, região metropolitana e área metropolitana. “Neste capítulo, particularmente, preferimos a expressão *conurbação* – fusão de áreas urbanas – por acreditarmos ser ela mais adequada aos nossos objetivos” (Villaça, 2001, p. 49) (grifos no original). Ou seja, abandona os conceitos de metrópole, região metropolitana e área metropolitana por considerá-los positivamente valorados pelos vários segmentos da sociedade, o que segundo ele pode impedir um conhecimento mais adequado da realidade a ser estudada. Desta maneira, para ele, o conceito de conurbação é utilizado para designar, mais do que a aglomeração, como preferia Geddes (1994), a “fusão de áreas urbanas”.

Diante disto, podemos dizer que Aparecida de Goiânia já nasceu, como município, conurbada? Não. Goiânia vivia, como já ressaltamos, nas década de 1940/50/60 um vertiginoso parcelamento de seu solo advindos da modificação da legislação anterior a 1941, que regulava muito rigorosamente a criação de novos loteamentos, e a criação de um mercado imobiliário poderoso e cada vez mais numeroso. Este mercado imobiliário estava em pleno crescimento, mas seus tentáculos não alcançavam o entorno da capital, posto que esta era o eldorado imobiliário. As cidades do entorno, que posteriormente vão se tornar sua região metropolitana, não despertavam o interesse deste segmento social que cumpre um papel de grande importância no processo de produção do espaço urbano.

Deste modo, não podemos falar ainda de engolimento, por parte de Goiânia do longínquo distrito de Aparecida de Goiás. Estes bairros que são criados nas proximidades da “estrada para Rio Verde”, que hoje é a Avenida Rio Verde, são na verdade a expressão do profundo processo de segregação residencial pelo qual Goiânia passava no período. Esta segregação cumpriu papel central na estruturação do espaço goianiense, como de qualquer grande cidade, pois tal como afirmam Lefebvre (2002), Lojkin (1997) e Villaça (2001) a segregação não é outra coisa que não uma forma de se manter e reproduzir as relações de exploração através de estratégias espaciais.

O *quadro 1* demonstra a criação de loteamentos no período de 1922 a 1963.

| Quadro 1 – Nome e ano de aprovação dos loteamentos em Aparecida de Goiânia de 1922 a 1963 | | |
|---|--------------------------------|-------------------|
| 01 | Nome do loteamento | Data de aprovação |
| 02 | Bairro Itapuã | 1957 |
| 03 | Bairro Nossa Senhora de Lurdes | 1953 |
| 04 | Bairro Santo Antônio | 1957 |
| 05 | Bairro Hilda | 1955 |
| 06 | Centro | 1922 |
| 07 | Chácara Marivânia | 1960 |
| 08 | Chácara São Pedro | 1960 |
| 09 | Cidade Satélite São Luiz | 1955 |
| 10 | Jardim Bela Vista | 1951 |
| 11 | Jardim das Esmeraldas | 1956 |
| 12 | Jardim Helvécia | 1955 |
| 13 | Jardim Luz | 1955 |
| 14 | Jardim Trans-brasiliano | 1957 |
| 15 | Parque Primavera | 1954 |
| 16 | Parque São Jorge | 1956 |
| 17 | Santos Dumont | 1954 |
| 18 | Vila Brasília | 1955 |
| 19 | Vila Mariana | 1953 |
| 20 | Vila Real | 1955 |
| 21 | Vila Santa | 1952 |
| 22 | Vila São Joaquim | 1955 |
| 23 | Vila São Jorge | 1956 |
| 24 | Vila São Tomás | 1955 |
| 25 | Vila Souza | 1952 |

Fonte: Seção de cadastro imobiliário de Aparecida de Goiânia (2008).

O que é evidenciado neste processo já é o padrão básico que vai dominar todo o processo de estruturação do espaço intra-urbano de Aparecida de Goiânia. A capital do estado, como um poderoso imã atrai para si o movimento territorial de seu

entorno. O centro histórico de Aparecida de Goiânia não tem força suficiente para polarizar a criação de loteamentos no território que posteriormente se tornaria o município. Enquanto Goiânia, com sua já intensificada dinâmica urbana representada pelas décadas de 1940 e 1950, expandia de maneira ainda sem precedentes no território goiano sua área urbanizada, as imediações do centro histórico de Aparecida de Goiânia, ainda gozava com uma dinâmica fundamentalmente rural.

De 1963 a 1980 – A produção de uma periferia expandida e segregada

Esta realidade criada por processos de segregação que culmina num conjunto de bairros distantes tanto do centro histórico de Aparecida de Goiânia, como do centro de Goiânia gera uma realidade sócio-espacial singular que é diretamente relacionada ao nível de desenvolvimento experimentado por Goiânia. A capital do estado gera um complexo de relações que influencia todo o território goiano e ao mesmo tempo é derivada da alteração deste território, temos de compreender esta fase da constituição de Aparecida de Goiânia dentro desta totalidade.

Como já ressaltamos no capítulo anterior, a década de 1960 é emblemática para o território goiano na medida em que insere-o numa dinâmica muito mais ampla e intensiva no que se refere à reprodução da relação-capital. De território subordinado às relações de produção capitalista, passa a ser ele próprio um típico reprodutor destas relações. Quando estas relações começam a dominar o conjunto dos processos que estruturam e organizam o território, temos obviamente a produção de um território distinto.

Antes *extensivo*, agora *intensivo*. A intensificação do território é o processo segundo o qual tende a concentrar-se e crescer dentro de suas fronteiras. A acumulação técnica é sua marca. A década de 1960 e precedentes são a preparação, do ponto de vista técnico, principalmente no que se refere à infra-estrutura de transporte e energia, ao processo de intensificação verificado a partir de 1970. Goiânia passa a ser o centro de gravidade “natural” destas modificações. É ela simultaneamente que cria as condições administrativas aos novos agentes, dando suporte logístico e de pessoal necessários a esta nova dinâmica que Goiás passa a apresentar, e o centro de atração populacional que absorve o contingente migratório abrupta e violentamente expulso do campo. Dada a sua dinâmica, passa a ser pólo atrativo também de migrantes vindos de outros estados, mas principalmente das cidades do interior de Goiás.

Em outras palavras, Goiânia inicia seu processo de metropolização. Uma questão que é largamente comentada e discutida, diz respeito à maneira pela qual Goiás se “moderniza”, ou seja, atualiza as relações de produção capitalistas em seu território. Ninguém duvida hoje em dia que este processo se deu pela industrialização do campo. Toda rearticulação urbano-regional que Goiás, bem como a região centro-oeste como um todo enfrenta, deve-se a este fenômeno. Goiânia vai a pouco e pouco despontando dentro do conjunto de cidades que compõe tal região até tornar-se uma metrópole regional. Se toda esta modificação que a cidade começa a passar pelos anos de 1960, mas principalmente a partir daí, não é responsável pelo processo de estruturação do espaço urbano, como ressalta Villaça (2001), não é entretanto negligenciável.

Goiânia, como um entroncamento nacional ou um ponto estratégico no que diz respeito à localização torna-se evidentemente um centro gravitacional fortíssimo que articula a região Centro-Oeste, ligando-a ao sudeste do país. Evidentemente que a localização não é uma dádiva, algo intrínseco ou natural. Trata-se, pelo contrário de um fenômeno produzido socialmente. Toda estratégia é uma relação social. Goiânia só é estratégica inserida dentro de um conjunto de relações territoriais as quais são produzidas dentro de um quadro dado de objetivos e intenções. Afinal de contas, por que Goiânia é construída? Dentre outras coisas, por que compõe uma estratégia, a saber: a ocupação do “sertão” do Brasil.

Ressalto deste modo, que o fato de Goiânia ser central, não é algo natural ou dado, mas sim uma relação social constituída territorialmente. E a construção de vias de acesso e infra-estrutura energética no território goiano só vão contribuir ou confirmar esta centralidade. Isto é importante para compreender o processo de metropolização de Goiânia? Como vimos no *capítulo 1*, sim. Se Goiânia se torna uma metrópole regional, significa que é alvo certo de migração, o que leva a crescimento demográfico e tudo o que isto implica; é suporte estratégico no oferecimento de bens e serviços; é responsável pela formação de mão de obra especializada etc.

Estas características derivadas de movimentos regionais interferem fundo na produção do espaço urbano. Mas ao mesmo tempo não determinam as direções, os sentidos, as localizações etc. dentro deste espaço. Neste aspecto, Villaça (2001) está correto, é necessário sair da dimensão regional para se analisar o espaço intra-urbano, não de maneira mecanicista como já ressaltamos (cf. *capítulo 1*), mas sim compreendendo as mediações entre o regional e o intra-urbano.

O que é, desta maneira, o período de 1963 a 1980 para Aparecida de Goiânia? Até 1963 era apenas um pequeno distrito de Goiânia e denominava-se Aparecida de Goiás. Através da lei nº 4.927 14 de novembro de 1963, cria-se o município de Aparecida de Goiânia. Tal mudança não representa muita coisa no que se refere à estruturação do espaço, pois está claro não é um processo sócio-espacial, mas tão somente uma medida administrativa. O passar dos anos, entretanto, altera profundamente esta estrutura. Mas os anos que correm de sua criação até o ano de 1970 não são expressão de grandes alterações. O censo do IBGE de 1970 nos dá o seguinte quadro da situação demográfica do recém criado município.

Tabela 2 - População total, urbana e rural em 1970 - Aparecida de Goiânia

| Discriminação | Total | População urbana | População rural |
|----------------------|--------------|-------------------------|------------------------|
| População residente | 7.476 | 888 | 6.588 |
| Homem | 3.997 | 432 | 3.565 |
| Mulher | 3.479 | 456 | 3.023 |

Fonte: IBGE (1970)

Somente em 1970, Aparecida de Goiânia adquiriu a população que foi anunciada quando de sua criação em 1963. Com 7.473 habitantes dos quais somente 888 viviam na sede do distrito ou nos bairros segregados aos quais nos referimos anteriormente, é fácil inferir uma dinâmica urbana bem isolada, tradicional, ou para utilizar uma expressão de Milton Santos, “um tempo lento”. Este espaço “opaco” possuía uma esmagadora maioria de população rural, 6.588 habitantes.

Esta característica populacional do município na época não era gratuita. Os dados econômicos deste período são reveladores no que se refere à ocupação da população. Se lembrarmos que nesta época Goiânia vivia o período denominado por Moysés (2004) de “pesadelo” ou pelo PDIG (1991) de “concentração de lugares no espaço”, ou seja, de rápido e intensivo crescimento físico da cidade, podemos inferir que uma construção civil ali se desenvolvia de maneira sem precedentes em Goiânia. E de fato era o que ocorria. Aparecida desenvolve então uma produção extrativa de minerais não-metálicos considerável para as dimensões do município. Tal extração era voltada para a efervescente construção civil da capital¹⁸.

¹⁸ Cf. IBGE (s/d) disponível na agência do IBGE em Goiânia. A produção de minerais metálicos e não-metálicos representava 65 % da arrecadação do município no que se refere à produção industrial, agrícola e pastoril. A produção pastoril representava 30,3% e a produção agrícola somente 4,7%.

Em seguida vem a produção pastoril e por último a agrícola. Até mesmo neste aspecto temos aí a importância que Goiânia exerce sobre o município de Aparecida de Goiânia, bem como do entorno como um todo, mas este não analisaremos aqui neste trabalho. Aparecida possuía três grandes empresas industriais: Pedreira Dona Izaira, PEDRIL – Pedreira Industrial Ltda e CINAL – Com. Ind. de alimentos Ltda¹⁹. Grandes danos ambientais foram gerados neste período no município. A Serra das Areias, localizada na porção sudoeste de Aparecida de Goiânia foi alvo de grande extração de areia nas décadas de 1970 e 1980. Sendo composta por quartzitos, disponibilizava quantidade enorme de areia para a construção civil que se desenrolava em Goiânia. Tal extração, efetuada por populares, mas principalmente por grandes empresas extrativistas, produziu um profundo assoreamento do ribeirão Santo Antônio e de sua bacia como um todo (OLIVEIRA, 2005).

Vemos esta realidade começar a alterar-se substancialmente no decorrer da década de 1970. Aparecida de Goiânia foi até então uma área constituída por espaços profundamente segregados, os quais eram caracterizados pelas grandes distâncias, pela precariedade de infra-estrutura urbana, pela constituição de uma vida entremeada de características rurais e urbanas, mas principalmente por um lento e gradual crescimento. Verifica-se na década de 1970, a permanência destas características, dentre as quais se destaca a falta de infra-estrutura urbana, mas acrescenta-se uma violenta reviravolta no ritmo de crescimento do parcelamento do solo. Por que ocorre tal modificação? Por que Aparecida de Goiânia passa a ser um dos municípios do estado que mais crescem em termos populacionais e também de extensão de sua malha urbana?

De acordo com o *mapa 4*, que demonstra o parcelamento do solo de Aparecida de Goiânia, no período de 1963 a 1980, verifica-se o maior número de loteamentos criados. Toda a mancha amarela que tinge o mapa expressa espacialmente estas modificações pelas quais passava o município. Quais as determinações que explicam esta modificação? Esta não é uma resposta fácil, como à primeira vista pode apresentar-se, entretanto, não é impossível de ser determinada.

Comumente, a primeira resposta que vem à boca dos especialistas é a promulgação da lei municipal nº 4.526 de 31/12/71 que voltava a regular de maneira mais rigorosa o parcelamento urbano da cidade de Goiânia, exigindo a implantação de infra-estrutura básica nos novos empreendimentos imobiliários. Mesmo sendo esta

¹⁹ *Idem.*

afirmação verdadeira, não é contudo completa. Somente o fato de se mudar a legislação urbanística do município de Goiânia não implica necessariamente o vertiginoso crescimento dos municípios do entorno, em especial Aparecida de Goiânia. Vejamos a *tabela 3*.

| Tabela 3 - Taxa média geométrica de crescimento anual da população da Aglomeração de Goiânia - 1970 a 1980 | | | |
|--|---|-------------|-------------|
| Municípios | Taxa de crescimento anual - 1970 a 1980 | | |
| | Total (%) | Urbana | Rural |
| Aparecida de Goiânia | 19,2 | 37,4 | 12,9 |
| Goiânia | 6,8 | 7,1 | -2,3 |
| Goianira | 3,2 | 12,3 | -4,9 |
| Nerópolis | 2,0 | 5,4 | -4,2 |
| Senador Canedo | 1,3 | -2,9 | 3,6 |
| Trindade | 3,3 | 5,1 | -0,4 |
| Total da aglomeração | 6,9 | 7,3 | 2,0 |

Fonte: IBGE – Censos Demográficos

Até 1970 não é possível determinar as taxas de crescimento de Aparecida de Goiânia, pois não havia ainda base de cálculo confiável, posto que o primeiro censo foi realizado no município somente na década de 1970. Entretanto, para termos uma noção do que era a lógica metropolitana ou de aglomeração verificada em períodos anteriores, basta comparar como se dava a taxa de crescimento dos outros municípios do entorno.

Goiânia apresentou uma taxa de crescimento populacional no período de 1950 a 1960 de 11,1%, de 1960 a 1970, de 9,5% e de 1970 a 1980, como mostrado na *tabela 3*, 6,8%. Ou seja, Goiânia não pára de crescer no período considerado, entretanto, trata-se de um crescimento progressivamente menor. A década de 1950 é sem sombra de dúvidas a que apresentou o maior crescimento e este coincide justamente com o período no qual a capital do estado vivenciou a maior expansão de sua malha urbana.

Nos períodos de 1950 a 1970, a capital goiana consegue absorver o crescimento da aglomeração, sendo a que apresenta maior taxa em todo o período, perdendo somente para Goianira que de 1950 a 1960 cresce 15,6%, ao passo que Goiânia cresce 11,1%. Entretanto, isto não é muito significativo, pois em termos absolutos, Goianira tinha em 1950 1.188 habitantes e em 1960 este número vai para 5.060. Goiânia, no mesmo período vai de 53.389 para 153.505. Além disto, desta população apresentada por Goianira em 1960, 86,8% era rural, ou seja, isto não implicou em grande crescimento da malha urbana do município, o que só vai acontecer com maior intensidade na década de 1990.

A virada dos anos 1970 é marco essencial para a interpretação do território goiano como um todo. Isto já assinalamos. É também importante ponto de inflexão para a compreensão do processo de estruturação da região metropolitana de Goiânia como um todo e em especial para Aparecida de Goiânia. Sendo a realidade social síntese de múltiplas determinações, não é procedimento correto encontrar uma única causa para explicar os fenômenos sociais, tais explicações caem com freqüência em determinismos.

De acordo com a *tabela 3*, Aparecida de Goiânia apresentou uma taxa de crescimento anual no período de 1970 a 1980 de 19,2%. Em termos absolutos, sua população aumentou de 7.470 habitantes em 1970 para 43.405 em 1980, ou seja, quase setuplicou seu contingente populacional. Trata-se de aumento não só relativo, mas também absoluto.

Os outros municípios crescem também, mas todos em número inferior à Goiânia e por conseqüência, à Aparecida de Goiânia. Goianira cresce somente 3,2%. Também em números absolutos não representa grande coisa: em 1970 tinha um contingente populacional formado por 6.091 habitantes; em 1980 apresenta 7.545. Nerópolis apresenta crescimento anual de 2,0%; sua população em 1970 conta com 7.735 habitantes e em 1980 9.449. Veja que em 1970, Nerópolis tinha população semelhante à Aparecida de Goiânia, entretanto, na década de 1980, Aparecida apresenta população quatro vezes maior. O que está acontecendo é que Goiânia cresce na direção sul de seu centro e Aparecida é seu eixo. Senador Canedo cresce somente 1,3%; em 1970 sua população é de 2.117 habitantes, em 1980 este número cresce para 3.090.

Diante deste quadro, tem-se claramente uma cidade sendo criada à velocidade galopante nas imediações de Goiânia. Trata-se da formação de uma periferia expandida. Como já dissemos, denominamos periferia expandida a realidade sócio-espacial derivada de processos de conurbação, nos quais a cidade incorporada depende quase que exclusivamente dos serviços e empregos oferecidos pela cidade-pólo. Portanto, trata-se de uma outra cidade que é anexada a um complexo urbano maior. Esta anexação se dá de forma a tornar cada vez mais dependente a cidade anexada à cidade anexante.

Aparecida de Goiânia consolida-se como uma grande periferia expandida e segregada. Os loteamentos pululam por todos os lados (*Cf. mapa 4*). A população cresce a passos largos, a malha urbana estende-se sobremaneira ao passo que as infra-estruturas urbanas ficam muito aquém da demanda. Como encontrar em meio a este

conjunto de observações umnexo estruturante que dê sentido a toda esta movimentação experimentada pelo município?

A mudança da legislação urbanística em Goiânia é antes uma consequência do que uma determinação fundamental. De fato, a promulgação da lei de 1971 é importante elemento para se compreender o processo de parcelamento do solo em Goiânia, pois como constata Moysés (2004), este fato provocou uma migração do mercado imobiliário, principalmente os destinados às classes de baixa renda, para o município de Aparecida de Goiânia. Antes, o eldorado imobiliário era Goiânia, agora um novo nicho imobiliário se abre e soma-se àquele.

O aumento demográfico? Este é sem sombra de dúvidas um importante elemento a ser considerado na análise do urbano. De fato Aparecida de Goiânia apresenta na década de 1970 um expressivo crescimento populacional, destaca-se em toda a Região Metropolitana de Goiânia. Mas também, o crescimento demográfico não pode ser tomado como a determinação fundamental para se explicar as transformações ocorridas no padrão espacial da cidade de Aparecida de Goiânia. Na verdade, a movimentação demográfica é derivada de processos que são mais profundos. Sendo Goiânia já uma capital que tem uma dinâmica urbana intensa, centro de gravidade de um estado e de uma região (Região Centro-Oeste do Brasil), que passa por intensas modificações, nada mais natural do que atrair para si um contingente populacional cada vez maior.

Desta maneira, a questão de saber quais as determinações dos processos de estruturação espacial de Aparecida de Goiânia, passa necessariamente pelo processo de metropolização de Goiânia. Esta é a determinação fundamental, que dará sustentação aos processos que se desenrolam por toda a Região Metropolitana e especialmente em Aparecida de Goiânia. É desta maneira que vemos novamente os processos urbano-regionais e os intra-urbanos se determinando mutuamente.

É somente dentro deste quadro que podemos aceitar a tese de Villaça (2001) segundo a qual o que é essencial na estruturação do espaço intra-urbano é o deslocamento de pessoas, principalmente da força de trabalho ao passo que o espaço regional é dominado pelo movimento de mercadorias. A formação do espaço de Aparecida de Goiânia é claramente uma estratégia espacial de segregação das classes exploradas. São elas que vêm do campo, do interior do estado de Goiás ou de outros estados para formar uma importante fonte de reserva de mão de obra, que muito vai alimentar a construção civil e os empregos em geral na cidade de Goiânia. Esta divisão

territorial intra-metropolitana do trabalho vai produzir dois espaço claramente distintos: Goiânia, cidade pólo, guarnecida de mercado de trabalho e serviços (não que Goiânia seja homogênea, tendo somente moradores pertencentes às classes exploradoras, pois em seu território há uma imensa classe pauperizada e segregada) e Aparecida de Goiânia, lócus preferencial de uma classe trabalhadora pauperizada, violentamente segregada e cada vez mais numerosa.

Este espaço que vai se consolidando durante a década de 1970 afirma-se a cada ano como uma periferia expandida. De acordo com IBGE (s/d), em 1970 a sede do município contava com 23 comerciantes varejistas e 14 prestadores de serviços. Todas as transações comerciais eram efetuadas na capital do estado. Com relação aos serviços de educação, o município possuía em 1971 dez estabelecimentos de ensino primário, dos quais dois eram estaduais e oito eram municipais. O número de alunos matriculados era de 993 (*tabela 4*). Possuía apenas 22 alunos no nível secundário (atual ensino médio) na única escola existente no município que disponibilizava este nível de ensino escolar. No município não havia por esta época o oferecimento de recursos hospitalares, os quais eram buscados em sua totalidade em Goiânia.

Tabela 4 - Ensino Primário em Aparecia de Goiânia – 1971

| Entidade mantenedora | nº de estabelecimentos | nº de salas de aula | Alunos matriculados |
|----------------------|------------------------|---------------------|---------------------|
| Estado | 2 | 6 | 532 |
| Município | 8 | 11 | 461 |
| Particular | - | - | - |
| TOTAL | 10 | 17 | 993 |

Fonte: IBGE (s/d)

Todo o percurso da década de 1970 inserida como já analisamos nas transformações globais pelas quais passava o estado de Goiás e a Região Centro-Oeste, cria uma nova realidade sócio-espacial. Aquele espaço tímido, pequeno em suas dimensões começa a ceder lugar a um verdadeiro crescimento exponencial. Aparecida de Goiânia já é em 1980 a que apresenta maior taxa de crescimento anual, é a que apresenta maior população, depois de Goiânia, dentro da aglomeração, é a que cria o maior número de loteamentos, só na década de 1970 foram criados 90 etc.

Esta periferia expandida e segregada formada nestes quadros no correr da década de 1970 criou uma realidade bastante conflituosa no que se refere à demanda e oferta de equipamentos urbanos. Como periferia da cidade de Goiânia, Aparecida era

um grande reservatório de mão de obra não qualificada, vivendo a grandes distâncias, mal servidas de transporte e em áreas, do ponto de vista urbano, degradadas.

De acordo com IBGE (1985), o município de Aparecida de Goiânia apresentava em 1980, na prestação de serviços, 14 hotéis (o tamanho dos mesmos não é especificado, mas dadas as circunstâncias, pode-se inferir que eram de reduzido tamanho e pouco sofisticados), 4 postos de gasolina e álcool, 180 bares; o documento aponta também que no mesmo ano no município havia 173 estabelecimentos comerciais e 1 estabelecimento bancário oficial. Infelizmente as localizações destes estabelecimentos bancários, comerciais e de prestação de serviços não são especificadas. Entretanto, pode-se inferir que os principais localizavam-se no centro histórico do município, visto que lá localiza-se sua sede administrativa, sendo desta maneira o local de moradia da burocracia administrativa e principais comerciantes.

Os serviços médicos estão a cargo de 1 único estabelecimento, que contava com 180 leitos. O ensino fundamental (antigo 1º grau) é oferecido por 30 unidades escolares atendendo 11.907 alunos, atendidos por 306 professores. O ensino médio (antigo 2º grau) era oferecido em 1 estabelecimento, contando com 2 cursos de habilitação profissional. O corpo discente era constituído por 43 alunos e o docente por 11 professores.

O *quadro 2* fornece informações sobre a criação de loteamentos no período de 1964 a 1980. Como pode-se depreender da observação deste quadro, é somente a partir de meados da década de 1970, que há um abrupto aumento da criação de loteamentos no município. Isto não é um processo fortuito ou casual, é na verdade a confirmação daquilo que viemos analisando ao longo deste trabalho. A determinação fundamental é a metropolização de Goiânia. A este elemento central soma-se outros, como: a) a mudança da legislação urbanística de Goiânia; b) o crescimento demográfico do estado de Goiás, mas principalmente de Goiânia e Aparecida de Goiânia; c) a ação da burocracia administrativa de Aparecida de Goiânia na aprovação de loteamentos; e c) a migração de uma parcela do mercado imobiliário de Goiânia para Aparecida de Goiânia.

É desnecessário dizer que não se trata de partes ou elementos estanques e isolados uns dos outros. A partir do processo de metropolização de Goiânia, que é uma rearticulação global do território goiano e também da região Centro-Oeste do Brasil, encadeia-se um conjunto de transformações intra-urbanas capitaneadas pelas classes dominantes possuidoras do poder de valorização e organização dos lugares no espaço

urbano. Isto é comprovado quando se observa a grande criação de loteamentos, todos com registro, ou seja, regulados pela instituição estatal. Trata-se de um crescimento muito acelerado, não diria desordenado, pois segue uma ordem bem estabelecida no que se refere à produção do espaço urbano de um ponto de vista capitalista.

A formação desta periferia expandida e segregada da cidade ou como diria Villaça (2001) “*região geral da cidade*” tem a conveniência da burocracia administrativa do município. Freud de Melo, prefeito do município de Aparecida de Goiânia no período de 1977 a 1981, assim se expressa em seu livro: *Aparecida de Goiânia: do zero ao infinito*:

Resolvi estimular a proliferação imobiliária em Aparecida de Goiânia, promovendo o seu crescimento demográfico, tal qual aconteceu com a capital na década de cinqüenta, propiciando ao município aparecidense crescer comercial, industrial e residencialmente. Então, decidi lotear quase todo o território municipal, no sentido de Goiânia à Aparecida, mais pelo seu lado direito, em sua parte constituída de cerrado, impróprios para exploração agropastoril, porém adequados a edificações de qualquer natureza, certo de que no futuro ali se assentaria o maior setor residencial do estado e, muito habitado, abrigaria uma farta mão de obra migrante, tão necessária a grandiosidade construtiva do próprio goianiense e mesmo aparecidense (MELO, 2002, p. 69 e 70)

Veja o processo de segregação sendo constituído como uma ação deliberada da organização estatal. A máxima de que a política do estado se dá no sentido de reproduzir a força de trabalho tal como exposta por (OFFE & LENHARDT, 1984) é confirmada nesta afirmação do ex-prefeito do município de Aparecida de Goiânia. A formação de Aparecida neste período deve ser considerada como uma estratégia das classes dominantes para manter e reproduzir as relações de dominação através de processos de segregação. A criação de loteamentos demonstra o que acabo de afirmar (Cf. quadro 2).

| Quadro 2 – Nome e ano de aprovação dos loteamentos em Aparecida de Goiânia de 1964 a 1980 | | |
|---|---------------------------------------|-------------------------|
| | Nome do loteamento | Ano de aprovação |
| 01 | Alvorada Oeste | 1979 |
| 02 | Alvorada Sul | 1978 |
| 03 | Bairro Cardoso | 1974 |
| 04 | Bairro Cardoso | 1974 |
| 05 | Bairro Independência | 1975 |
| 06 | Bairro Independência – 1º complemento | 1978 |

| | | |
|----|--|------|
| 07 | Bairro Independência – 2º complemento | 1976 |
| 08 | Bairro Independência – 3º complemento | 1976 |
| 09 | Bairro Itapuã | 1975 |
| 10 | Cidade Livre | 1976 |
| 11 | Bairro Vera Cruz | 1974 |
| 12 | Cidade Vera Cruz | 1975 |
| 13 | Colina Azul | 1977 |
| 14 | Colinas de Homero | 1978 |
| 15 | Condomínio das Esmeraldas | 1979 |
| 16 | Goiânia Park Sul | 1978 |
| 17 | Industrial Santo Antônio | 1972 |
| 18 | Industrial Santo Antônio | 1978 |
| 19 | Jardim Áurea | 1977 |
| 20 | Jardim Bel Dourado | 1977 |
| 21 | Jardim Bela Vista | 1975 |
| 22 | Jardim Boa Esperança | 1975 |
| 23 | Jardim Boa Esperança – continuação | 1976 |
| 24 | Jardim Bonança | 1978 |
| 25 | Jardim Buriti Sereno | 1976 |
| 26 | Jardim Casa Grande | 1978 |
| 27 | Jardim Cecília | 1976 |
| 28 | Jardim Colorado | 1977 |
| 29 | Jardim Copa Cabana | 1977 |
| 30 | Jardim Cristal | 1977 |
| 31 | Jardim Cristal – primeiro complemento | 1977 |
| 32 | Jardim Cristalino | 1977 |
| 33 | Jardim das Acácias | 1978 |
| 34 | Jardim das Cascatas | 1975 |
| 35 | Jardim Dom Bosco | 1978 |
| 36 | Jardim Dom Bosco – 2º Etapa | 1979 |
| 37 | Jardim dos Buritis | 1974 |
| 38 | Jardim dos Pomares | 1977 |
| 39 | Jardim Eldorado | 1975 |
| 40 | Jardim Eldorado Continuação | 1976 |
| 41 | Jardim Eldorado Continuação – 2º etapa | 1979 |
| 42 | Jardim Esplanada | 1976 |
| 43 | Jardim Himalaia | 1978 |
| 44 | Jardim Imperial | 1973 |
| 45 | Jardim Ipanema | 1976 |
| 46 | Jardim Ipanema – 1º Complemento | 1977 |
| 47 | Jardim Ipiranga | 1975 |
| 48 | Jardim Ipiranga – continuação | 1975 |
| 49 | Jardim Iracema | 1979 |
| 50 | Jardim Itaipu | 1979 |
| 51 | Jardim Maria Inês | 1974 |
| 52 | Jardim Maria Inês – complemento | 1975 |
| 53 | Jardim Maria Inês – modificação | 1976 |
| 54 | Jardim Miramar | 1979 |

| | | |
|-----|--------------------------------------|------|
| 55 | Jardim Mont Serrat | 1975 |
| 56 | Jardim Mont Serrat – complemento | 1976 |
| 57 | Jardim Monte Cristo | 1974 |
| 58 | Jardim Monte Líbano | 1978 |
| 59 | Jardim Monte Sinai | 1980 |
| 60 | Jardim Olímpico | 1974 |
| 61 | Jardim Palácios | 1978 |
| 62 | Jardim Palmares | 1978 |
| 63 | Jardim Paraíso | 1977 |
| 64 | Jardim Repouso | 1978 |
| 65 | Jardim Rio Grande | 1977 |
| 66 | Jardim Rosa do Sul | 1978 |
| 67 | Jardim São Conrado | 1980 |
| 68 | Jardim Tropical | 1978 |
| 69 | Jardim Veneza | 1976 |
| 70 | Mansões Paraíso | 1975 |
| 71 | Morada dos Pássaros | 1977 |
| 72 | Nova Olinda | 1977 |
| 73 | Nova Olinda – primeiro complemento | 1978 |
| 74 | Nova Olinda – segundo complemento | 1979 |
| 76 | Papillon Park | 1979 |
| 77 | Papillon Park – primeiro complemento | 1980 |
| 78 | Parque Atalaia | 1978 |
| 79 | Parque das Nações | 1975 |
| 80 | Parque Floresta | 1977 |
| 81 | Parque Hayala | 1978 |
| 82 | Parque Ibirapuera | 1978 |
| 83 | Parque Industrial Araguaia | 1977 |
| 84 | Parque Itamaraty | 1977 |
| 85 | Parque Itatiaia | 1978 |
| 86 | Parque Karajá | 1978 |
| 87 | Parque Montreal | 1977 |
| 88 | Parque Rio das Pedras | 1978 |
| 89 | Parque Veiga jardim | 1978 |
| 90 | Parque Village | 1977 |
| 91 | Parque Village – complemento | 1978 |
| 92 | Parque Village – continuação | 1978 |
| 93 | Pontal Sul - acréscimo | 1980 |
| 94 | Quinta da Boa Vista | 1978 |
| 95 | Real Grandeza | 1978 |
| 96 | Riviera Sul | 1977 |
| 97 | Rosa dos Ventos | 1978 |
| 98 | Setor Aeroporto Sul | 1977 |
| 99 | Setor Aeroporto Sul – 2º Etapa | 1978 |
| 100 | Setor Aeroporto Sul – 3º Etapa | 1979 |
| 101 | Setor Araguaia | 1975 |
| 102 | Setor Araguaia – acréscimo | 1976 |
| 103 | Setor Colonial Sul | 1978 |

| | | |
|-----|-------------------------------------|------|
| 104 | Setor Conde Dos Arcos | 1978 |
| 105 | Setor Conde Dos Arcos – Complemento | 1978 |
| 106 | Setor Continental | 1976 |
| 107 | Setor dos Afonsos | 1974 |
| 108 | Setor Bandeirantes | 1976 |
| 109 | Setor dos Estados | 1977 |
| 110 | Setor Fabrício | 1977 |
| 111 | Setor Franco | 1976 |
| 112 | Setor Garavelo | 1978 |
| 113 | Setor Marista Sul | 1980 |
| 114 | Setor Oeste | 1978 |
| 115 | Setor Pampulha | 1977 |
| 116 | Setor Rio Vermelho | 1977 |
| 117 | Setor Santa Luzia | 1975 |
| 118 | Setor Santo André | 1976 |
| 119 | Setor Serra Dourada – 1º Etapa | 1975 |
| 120 | Setor Serra Dourada – 2º Etapa | 1975 |
| 121 | Setor Serra Dourada – 3º Etapa | 1975 |
| 122 | Setor Tocantins | 1976 |
| 123 | Sítios Santa Luzia - residencial | 1975 |
| 124 | Solar das Candeia | 1977 |
| 125 | Terra do Sol | 1977 |
| 126 | Terra Prometida | 1978 |
| 127 | Vale do Sol – Gleba 1 | 1975 |
| 128 | Vale do Sol – Gleba 2 | 1975 |
| 129 | Vale do Sol – Gleba 3 | 1975 |
| 130 | Vale do Sol – Gleba 4 | 1975 |
| 131 | Vale do Sol – Gleba 5 | 1976 |
| 132 | Verde Vale | 1977 |
| 133 | Vila Adélia | 1979 |
| 134 | Vila Alzira | 1975 |
| 135 | Vila Brasília – acréscimo | 1966 |
| 136 | Vila Brasília – modificação | 1972 |
| 137 | Vila Brasília Sul | 1975 |
| 138 | Vila Cruzeiro do Sul | 1976 |
| 139 | Vila Maria | 1978 |
| 140 | Vila Santo Antônio | 1976 |
| 141 | Vila Santos Dumont – acréscimo | 1978 |
| 142 | Vila Sul | 1978 |
| 143 | Virgínia Parque | 1976 |
| 144 | Pontal Sul | 1980 |

Fonte: Seção de cadastro imobiliário de Aparecida de Goiânia (2008).

De 1963 a 1980 tem-se um período de grandes transformações no município. Cresceu demograficamente, teve sua área urbana estendida a limites antes inimagináveis para o velho distrito, deixou de ser um núcleo urbano isolado com alguns

espaços segregados e passou a ser uma periferia expandida de Goiânia. Enfim, este período é emblemático para o processo de estruturação espacial de Aparecida de Goiânia, visto que consolidou uma nova realidade espacial dentro da aglomeração de Goiânia.

De 1980 a 1990 – Consolidando a segregação: o crescimento demográfico

Goiás vivia por esta época a consolidação daquilo que Estevam (2004) denominou de “*transformação das estruturas*”, ou seja, o estabelecimento de um estado cuja principal marca não é a produção agropastoril de moldes tradicionais, mas sim um campo industrializado e mecanizado. É justamente esta modificação que irá gerar o tipo de urbanização no Centro-Oeste brasileiro. Se nos países capitalistas centrais ou mesmo nas maiores capitais brasileiras como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador etc. as indústrias (instaladas nas cidades ou sendo centros de posterior urbanização) foram o vetor de urbanização, o “*indutor*”, de acordo com expressão lefebvrea, em Goiás e também nos outros estados da Região Centro-Oeste, a urbanização se deu através da industrialização do campo.

O crescimento de Brasília e seu entorno, de Anápolis, de Goiânia e sua região metropolitana, de várias cidades no sul, sudoeste e sudeste de estado (Rio Verde, Jataí, Catalão etc.) demonstram esta faceta da urbanização goiana. O centro-sul do estado de Goiás é sem sombra de dúvidas a área com maior investimento em capitais, a área onde a dinâmica das classes dominantes mais se apresenta interligada ao mercado internacional, à movimentação das bolsas de valores etc. Deste modo, a urbanização ocorrida nesta área não é nem fortuita nem ocasional, obedece a um padrão de organização territorial ditado pelo capital no processo de apropriação e produção do espaço pelas classes dominantes.

É justamente neste período que ocorre a regularização do ponto de vista jurídico do Aglomerado Urbano de Goiânia – AGLUG, que posteriormente culminará com a criação da Região Metropolitana de Goiânia – RMG. Esta realidade de aglomeração ou de metropolização tem início na década de 1970 e é justamente por esta data que ocorre a grande transformação ou inflexão no território goiano. Não se trata de mera coincidência de datas, mas de processos que se determinam. A metropolização de Goiânia é a conseqüência fundamental da “*transformação das estruturas*” verificadas

no território goiano. Inversamente, estas transformações têm no processo de metropolização de Goiânia seu aporte necessário.

A dinâmica urbana vivenciada por Goiânia na década de 1980 é de grande complexidade e permeada por conflitos de ordem social os mais profundos. A crise de moradia vivida pela cidade, a existência de uma tendência nacional de articulação de movimentos populares, sem dúvida nenhuma como ressonância da grande movimentação operária vivenciada nos grandes centros industriais brasileiros, gerou um clima de conflito na cidade. Surge, de acordo com o PDIG (1991), a “*contribuição dos excluídos*” no processo de produção do espaço urbano de Goiânia. As ocupações de áreas de expansão urbana ou mesmo áreas rurais dá a tônica destes processos. Ora são ocupações reprimidas pelo estado, ora são capitaneadas e incentivadas por ele. De um modo ou de outro, à crise de moradia vão aparecendo alternativas que de fato nunca resolvem o problema, na verdade sempre o colocam em outro plano.

Aparecida de Goiânia é já agora uma cidade com dimensões muito grandes, incomparavelmente maiores do que aquelas da década de 1960. Basta olhar o *mapa 4* para se avaliar sua dimensão. As cores azul, amarela e bege representam todos os loteamentos criados até 1990. Não que todos os lotes estejam ocupados, pois há um grande número de lotes “ociosos” no município. De acordo com o Plano de Diretor de Aparecida de Goiânia (2001), somente 38% dos lotes existentes em Aparecida de Goiânia estão ocupados, restando 62% destinados, provavelmente, à especulação.

Entretanto, neste período, mais do que abrupto crescimento, que de fato ocorreu no período anterior, verifica-se a consolidação deste crescimento. Basta observar que o número de loteamentos criados no período é incomparavelmente menor, mas mesmo assim ainda razoável (cf. *quadro 3*). Outro dado que se pode extrair deste quadro é o fato de o número de loteamentos criados ser progressivamente menor à medida que a década avança. O fôlego da década de 1970 ainda pode ser observado até meados de 1980, sendo os últimos loteamentos criados em 1987 e somente um em 1988.

| Quadro 3 – Nome e ano de aprovação dos loteamentos em Aparecida de Goiânia de 1981 a 1990 | | |
|---|-----------------------------|-------------------|
| | Nome do loteamento | Data de aprovação |
| 01 | American Park | 1983 |
| 02 | Célia Maria | 1981 |
| 03 | Conjunto Residencial Storil | 1987 |

| | | |
|----|---|------|
| 04 | Garavelo Residencial Parque | 1984 |
| 05 | Internacional Park | 1981 |
| 06 | Jardim Alto Paraíso | 1981 |
| 07 | Jardim Bela Morada | 1981 |
| 08 | Jardim dos Buritis | 1983 |
| 09 | Jardim Canadá | 1982 |
| 10 | Jardim Helvécia - complemento | 1982 |
| 11 | Jardim Ipê | 1987 |
| 12 | Jardim Riviera | 1985 |
| 13 | Parque Flamboyant | 1985 |
| 14 | Parque Flamboyant – complemento | 1985 |
| 15 | Parque Santa Cecília | 1986 |
| 16 | Parque Santa Cecília – 2º Etapa | 1990 |
| 17 | Residencial Storil | 1987 |
| 18 | Residencial Village Garavelo | 1986 |
| 19 | Residencial Village Garavelo – 2º Etapa | 1986 |
| 20 | Setor Ana Rosa | 1988 |
| 21 | Setor Buenos Aires | 1981 |
| 22 | Setor Buenos Aires – 2º etapa | 1981 |
| 23 | Setor Planície | 1985 |
| 24 | Vila Del Fiore | 1981 |
| 25 | Vila Real | 1981 |
| 26 | Vila Romana | 1981 |
| 27 | Vila São Manoel | 1981 |

Fonte: Seção de cadastro imobiliário de Aparecida de Goiânia (2008).

Entretanto, o mesmo não ocorre com a questão demográfica, que no período considerado continua aumentando sobremaneira. Considere a *tabela 5*, que demonstra as taxas médias anuais de crescimento anual no período de 1980 a 1991. Aparecida de Goiânia e Senador Canedo são as cidades da aglomeração que apresentam maior crescimento. Aparecida cresce 13,7%; sua população urbana cresce 21,2%, já a população rural apresenta crescimento negativo de -16,8%. Ou seja, este aspecto também corrobora a tese de que Aparecida de Goiânia é o *locus* de uma população migrante cada vez maior, que em linhas gerais serve para alimentar o mercado de trabalho da capital do estado, confirmando mais uma vez que os processos de segregação que produziram Aparecida de Goiânia são na verdade o uso de estratégias espaciais para manutenção e reprodução da dominação e exploração.

Outro município que começa a se despontar em termos de crescimento é Senador Canedo. Apresenta taxa de crescimento anual no período considerado de 20,4%, sendo que sua população urbana cresceu 23,5% e sua população rural 19,0%. Ou seja, diferentemente de Aparecida que cresce somente no que diz respeito ao aumento

da população urbana, Senador Canedo apresenta um grande crescimento da população rural, o que significa formas diferentes de produção do espaço metropolitano. Enquanto Aparecida afirma-se como uma periferia expandida e segregada, ou seja, tendo uma população trabalhadora fundamentalmente urbana, Senador Canedo apresenta ainda uma grande quantidade de trabalhadores “fixados” ou com ligação com o campo (Cf. tabela 6).

Tabela 5 - Taxa média geométrica de crescimento anual da população da aglomeração de Goiânia de 1980 a 1991

| Municípios | Total | Urbana % | Rural % |
|-----------------------------|-------------|-------------|--------------|
| Aparecida de Goiânia | 13,7 | 21,2 | -16,8 |
| Goiânia | 2,0 | 2,1 | -4,2 |
| Goianira | 5,0 | 7,1 | -0,1 |
| Nerópolis | 2,9 | 4,2 | -2,8 |
| Senador Canedo | 20,4 | 23,5 | 19,0 |
| Trindade | 5,2 | 7,3 | -4,4 |
| Total | 3,4 | 3,7 | -3,2 |

Fonte: IBGE – censos demográficos

Goiânia é a que apresenta menor taxa de crescimento no período considerado, somente 2,0%. Isto confirma uma lógica de organização dos processos de metropolização que dominam até hoje, ou seja, o fato de Goiânia crescer no seu entorno.

Tabela 6 - População da aglomeração de Goiânia em 1980 e 1991

| Municípios | 1980 | | | 1991 | | |
|-----------------------------|---------------|--------------|-------------|----------------|-------------|-------------|
| | total | urb. % | rur. % | total | urb. % | rur. % |
| Aparecida de Goiânia | 43.405 | 48,09 | 51,1 | 178.483 | 98,4 | -1,6 |
| Goiânia | 738.717 | 98,1 | 1,9 | 922.222 | 99,1 | 0,9 |
| Goianira | 7.545 | 63,0 | 37,0 | 12.896 | 78,6 | 21,4 |
| Nerópolis | 9.449 | 75,8 | 24,2 | 12.987 | 87,1 | 12,9 |
| Senador Canedo | 3.090 | 27,8 | 72,2 | 23.905 | 36,6 | 63,4 |
| Trindade | 31.039 | 72,9 | 27,1 | 54.072 | 90,5 | 9,5 |
| Total | 832.645 | 93,8 | 6,2 | 1.204.565 | 97,0 | 3,0 |

Fonte: IBGE - Censos demográficos

A *tabela 6* demonstra em termos absolutos a evolução demográfica do aglomerado de Goiânia no período. Veja que Aparecida apresenta vertiginoso crescimento, pulando em 1980 de 43.405 habitantes para 178.483 em 1991. Apresentando já neste ano uma população urbana de 98,4%. Senador Canedo, em 1980 apresenta população de 3.090 habitantes, em 1991, este número alcança a marca dos 23.905 habitantes. Deste quantitativo, em 1991, 63,4% da população era rural

corroborando de certa maneira o que dissemos linhas acima. Neste período, Goiânia vai de 738.717 habitantes em 1980 para 922.222 em 1991. Neste último ano, sua população urbana era de 99,1%. Um outro município que também apresenta certa expressão neste período é Trindade que em 1991 chega a 54.072 habitantes, sendo que destes 90,5% vivem na cidade. Trindade é um caso interessante dentro da Aglomeração de Goiânia que merece estudo em separado, tal qual este que estamos desenvolvendo para Aparecida de Goiânia. Tanto ela como Goianira e Senador Canedo desempenham papel muito semelhante, na década de 1990 até os dias atuais dentro da divisão intra-metropolitana do trabalho. Goiânia não se industrializa, mas industrializa os municípios do entorno, principalmente estes três. Analisaremos melhor esta situação para Aparecida de Goiânia no próximo tópico.

De 1990 aos dias atuais – A constituição de uma região geral multifuncional integrada da cidade

Já apontamos alguns elementos que caracterizam uma região geral multifuncional integrada da cidade no capítulo anterior. Entretanto, é necessário deter-se um pouco mais sobre este conceito para melhor precisar esta nova etapa na qual o município de Aparecida de Goiânia irrompe na década de 1990. Trata-se de um período de reconfiguração espacial de várias áreas da cidade, de movimentação das classes sociais no interior do espaço intra-urbano, de re-articulação ao nível regional da produção industrial no município etc.

A idéia de periferia expandida e segregada não abrange mais a totalidade da cidade. De fato, Aparecida de Goiânia é composta por inúmeros espaços segregados, é ainda local de assentamento preferencial das classes exploradas, configura-se portanto, dentro da estratégia de classes no processo de produção do espaço urbano como uma *região geral da cidade*, a qual serve para reproduzir relações de dominação utilizando estratégias espaciais de segregação residencial.

O ritmo de crescimento da cidade ainda é frenético, não alcança o padrão de criação de loteamentos da década de 1970 nem o grande crescimento demográfico da década de 1980, mas é um crescimento considerável, ainda um dos maiores da RMG. Completa-se a mancha urbana do município (*cf. mapa 4*), alguns loteamentos são criados espalhados por várias regiões. Neste período são criados somente 20 loteamentos (*cf. quadro 4*).

| Quadro 4 – Nome e ano de aprovação dos loteamentos em Aparecida de Goiânia de 1991 a 2007 | | |
|---|--|-------------------|
| | Nome do loteamento | Data de aprovação |
| 01 | Águas Claras | 1998 |
| 02 | Cidade Vera Cruz (Jardins Vienas) | 1994 |
| 03 | Conjunto Habitacional Madre Germana 1º etapa | 1994 |
| 04 | Conjunto Habitacional Madre Germana 1º etapa | 1994 |
| 05 | Distrito Agro-Industrial de Aparecida de Goiânia | 1998 |
| 06 | Jardim das Hortências | 1998 |
| 07 | Jardim dos Girassóis | 1998 |
| 08 | Jardim Florença | 1997 |
| 09 | Jardim Tiradentes | 1993 |
| 10 | Parque Trindade | 1995 |
| 11 | Parque Trindade II | 1996 |
| 12 | Recanto dos Emboabas | 1995 |
| 13 | Residêncial Caraíbas | 1992 |
| 14 | Residencial Alvaluz | 2007 |
| 15 | Residencial Araguaia | 1999 |
| 16 | Residencial Brasicon | 1994 |
| 17 | Residencial Cândida de Queiroz | 1994 |
| 18 | Residencial Goiani | 1997 |
| 19 | Setor Residencial Campos Elíseos | 1991 |
| 20 | Setor Comendador Walmor | 1992 |

Fonte: Seção de cadastro imobiliário de Aparecida de Goiânia (2008).

Na década de 1990, ocorre a regularização jurídica da RMG através da lei complementar 027 de 31 de dezembro de 1999. A instituição do aglomerado urbano de Goiânia como sendo uma região metropolitana é expressão legal de uma realidade concreta que se afirmava. O estado de Goiás, agora como todos os outros, inserido na dinâmica do capital em escala internacional é palco de consolidação das estruturas engendradas nas décadas de 1970 e 1980. Com as “estruturas transformadas”, o estado entra numa nova etapa de desenvolvimento territorial.

A corrida desenfreada do estado para se inserir competitivamente na economia internacional levou-o a direcionar grandes investimentos na esfera produtiva, principalmente nas áreas mais dinâmicas do ponto de vista do capital. Isto naturalmente gera um tipo de organização do território regionalmente desequilibrado, ficando regiões inteiras com grandes dificuldades em colocar suas potencialidades produtivas em pleno

crescimento²⁰. Claro está que também as regiões fruto do investimento estatal e privado de grandes corporações começam a reproduzir os problemas inerentes à produção capitalista dos países de capitalismo periférico.

Sobre isto, Moraes (2005) ao analisar a “inserção ampliada da economia goiana”, ou seja, a dinâmica que o capital empreende em sua reprodução ampliada almejando sempre maiores rendimentos na circulação global da economia capitalista, afirma que:

As políticas elaboradas e aprovadas pelo estado contribuíram sobremaneira para o processo de industrialização da agropecuária em Goiás, mas ao mesmo tempo, acarretaram dolorosos estrangulamentos sociais, na qual o inchaço urbano vivenciado e a desigualdade regional são as maiores expressões (MORAES, 2005, p.30)

As desigualdades regionais presentes no estado de Goiás tem neste processo de industrialização do campo um importante catalisador no que se refere à acentuação de desigualdades já históricas, como também o surgimento de novas formas espaciais, como entorno de Brasília e a RMG. Este crescimento acelerado e incontrolável das cidades, produzindo estas duas regiões²¹ dentro do estado de Goiás imprimiu marcas profundas no território. A Região Metropolitana de Goiânia só pode ser compreendida dentro deste conjunto de transformações globais do estado de Goiás. Sendo metrópole regional, ou seja, importante centro que polariza uma considerável região do Brasil: Centro-Oeste, parte da Região Norte e uma pequena parcela da Região Nordeste tornou-se naturalmente um centro gravitacional fortíssimo de atração de migrantes. O crescimento populacional já analisado atesta esta afirmação.

Já a dinâmica intra-metropolitana imprime os rumos, as direções e as formas de tal crescimento. As taxas de crescimento populacional verificadas até 1991 são dificilmente alcançadas ao longo da década de 1990. A *tabela 7* apresenta a população total dos municípios da RMG nos anos de 1991, 1996 e 2000, bem como suas respectivas taxas geométricas anuais de crescimento.

²⁰ Tal crescimento e desenvolvimento são sempre do ponto de vista do capital, únicas formas possíveis na sociedade capitalista.

²¹ Para uma interpretação de todas as regiões do estado de Goiás cf. (MORAES, 2005), (ESTEVAM, 2004), (ARRAIS, 2002). A atual divisão regional do estado de Goiás consiste nas seguintes regiões: Noroeste Goiano, Norte Goiano, Centro Goiano (ao qual pertence a RMG) , Leste Goiano (ao qual pertence o Entorno de Brasília) e Sul Goiano.

Em que pese Aparecida de Goiânia não seja a que apresente maiores taxas, como nas décadas de 1970 e 1980, ainda se destaca dentro do conjunto da RMG. Entre 1991 e 1996 apresentou taxa de crescimento de 8,3%, ficando aquém somente de Senador Canedo, que cresceu 13,1%. Entre 1996 e 2000 apresentou taxa de crescimento de 6,0%, ficando atrás somente de Abadia de Goiás, que no período cresceu 10,4%. E considerando a década inteira, ou seja, de 1991 a 2000, apresentou também a segunda maior taxa de crescimento, 7,3%, perdendo somente para Senador canedo, que cresceu no período 9,3%. Entretanto, em termos absolutos, Aparecida de Goiânia continua se destacando dentro da região metropolitana, pois sua população fica atrás somente do município pólo: Goiânia. Em 2000, Aparecida chega à marca de 335.392 habitantes e Goiânia alcança 1.093.007.

Tabela 7 - População total por município da RMG e taxa de crescimento anual em 1991, 1996 e 2000

| municípios | 1991 | 1996 | 2000 | Taxa de crescimento anual % | | |
|-----------------------------|------------------|------------------|------------------|-----------------------------|------------|------------|
| | | | | 91-96 | 96-00 | 91-00 |
| Abadia de Goiás | 2.860 | 3.343 | 4.971 | 3.3 | 10.4 | 6.3 |
| Aparecida de Goiânia | 178.483 | 265.868 | 335.392 | 8.3 | 6.0 | 7.3 |
| Aragoiânia | 4.910 | 5.713 | 6.424 | 3.1 | 2.9 | 3.0 |
| Goianápolis | 10.716 | 10.191 | 10.671 | -1.0 | 1.1 | -0.1 |
| Goiânia | 922.222 | 1.001.756 | 1.093.007 | 1.7 | 2.1 | 1.9 |
| Goianira | 12.896 | 15.194 | 18.719 | 3.3 | 5.4 | 4.2 |
| Hidrolândia | 10.224 | 11.199 | 13.086 | 1.8 | 3.2 | 2.4 |
| Nerópolis | 12.987 | 15.241 | 18.578 | 3.3 | 5.1 | 4.1 |
| St. Antônio de Goiás | 1.988 | 2.437 | 3.106 | 4.2 | 6.2 | 5.1 |
| Senador Canedo | 23.905 | 44.266 | 53.105 | 13.1 | 4.6 | 9.3 |
| Trindade | 54.072 | 68.558 | 81.457 | 4.9 | 4.6 | 4.8 |
| Total RMG | 1.235.293 | 1.443.766 | 1.638.516 | 3.2 | 3.2 | 3.2 |

Fone: IBGE - Censo Demográfico e contagem populacional - Dados organizados pela Prefeitura de Goiânia/Secretaria Municipal de Planejamento/Departamento de Ordenação Sócio-Econômico/Divisão de Estudos Sócio-Econômicos

Desta maneira, mesmo tendo diminuído seus ritmos de crescimento, tem-se ainda um município que cresce muito rapidamente dentro da RMG. Entretanto, o que realmente interessa nesta nova etapa que o município de Aparecida de Goiânia atravessa é seu processo de reestruturação intra-urbana. Como vimos, de acordo com os quadros 3 e 4, o número de loteamentos aprovados vem diminuindo a cada década. De 1981 a 1990 foram 27 e de 1991 a 2007 foram 20. Isto é uma tendência, que pode alterar-se com os conflitos de classes, com os interesses dos agentes imobiliários, com as políticas estatais etc.

Do antigo núcleo isolado de 1922 não resta outra coisa senão as “rugosidades” da paisagem do centro histórico. Existe agora uma cidade profundamente integrada à lógica de reprodução metropolitana da cidade de Goiânia, com formas e funções muito bem definidas dentro da divisão intra-metropolitana do trabalho. É justamente esta divisão que lhe confere uma estruturação peculiar de seu espaço. À década de 1990 corresponde o período de implantação do Distrito Municipal Industrial de Aparecida de Goiânia – DIMAG, Distrito Agro-Industrial de Aparecida de Goiânia – DAIAG, Pólo Empresarial Goiás, Cidade Empresarial e Distrito Industrial de Aparecida de Goiânia. É também o período de criação dos condomínios horizontais fechados no município. É o período de criação de inúmeros subcentros: Jardim Garavelo, Avenida Rio Verde, Cidade Livre, Vila Brasília, reavivamento do centro histórico, criação de pólo de serviços e empregos na BR 153 e Santa Luzia. Em outras palavras, trata-se do processo de reestruturação do espaço intra-urbano do município de Aparecida de Goiânia.

O conceito de reestruturação intra-urbano que será utilizado aqui é muito preciso. A idéia de reestruturação remete a um conjunto de transformações nas formas e nas funções que os lugares exercem no conjunto do espaço intra-urbano. Soja (1993) coloca a idéia de reestruturação em dois planos, que só podem ser separados do ponto de vista analítico, já que completamente entremeados um no outro nas práticas sociais. Trata-se da idéia de reestruturação social e reestruturação da forma urbana. Na verdade trata-se de uma única reestruturação, pois os processos sociais são simultaneamente históricos e geográficos.

Interpretando Harvey, afirma:

(...) a cidade, o meio ambiente urbano construído, é inserida na paisagem geográfica irrequieta do capital e especificada como parte de uma espacialização societária complexa e cheia de contradições, que ao mesmo tempo favorece e inibe, fornece um novo espaço e aprisiona, oferece soluções, mas logo acena para ser destruída. *A história da crise e da reestruturação, da acumulação e da luta de classes torna-se, necessária e centralmente, uma geografia histórica localizada* (SOJA, 1993, p. 127) (grifos meus)

Assim, analisando a realidade que emerge com a crise do fordismo, a qual compreende como um fenômeno de reestruturação, apresenta uma terminologia que busca expressar estas novas realidades (e as permanências) existentes. Utiliza o prefixo *pós* para designar este processo de reestruturação. Esta se dá em três facetas da

realidade social: no aspecto teórico de interpretação, do historicismo vamos para o pós-historicismo; no processo de produção e reprodução capitalista, do fordismo, vamos para o pós-fordismo; e por fim uma dimensão cultural a cerca da interpretação da modernidade, da modernização e do modernismo, assim, pulamos do modernismo para o pós-modernismo²².

Todo este processo de rearticulação global do modo de produção implica necessariamente em reestruturação da cidade e do urbano. Soja analisa como isto se deu nas cidades estadunidenses, principalmente em *Los-Angeles*. Para ele, as reestruturações são cumulativas. As formas herdadas do passado permanecem na nova reconfiguração ou reestruturação. Deste modo, o processo de reestruturação é simultaneamente uma mudança e uma permanência. Conclui: “a reestruturação é (...) uma combinação seqüencial de desmoronamento e reconstrução, de desconstrução e tentativa de reconstituição, proveniente de algumas deficiências ou perturbações nos sistemas de pensamento e ação aceitos” (SOJA, 1993, p. 193).

Em que pese sua leitura esteja correta, não consegue revelar em sua totalidade os processos de reestruturação intra-urbana. É Villaça (2001), que em nossa concepção consegue demonstrar de maneira mais clara toda a problemática que a questão envolve. Critica Castells (2000) por considerar estrutura urbana como sendo sinônimo de espaço urbano. Para Villaça, pelo contrário:

Estrutura, quando se refere a espaço urbano, diz respeito à localização relativa dos elementos espaciais e suas relações, ou seja, dos centros de negócios (não só o principal, mas também os demais) das áreas residenciais segregadas e, finalmente, das áreas industriais (Villaça, 2001, p. 33).

A esta localização, soma-se as formas e as funções dos lugares. Para que haja reestruturação não basta somente que ocorra mudança nas formas, transformações epidérmicas em suas paisagens. É necessário que ocorra uma rearticulação dos lugares e uma refuncionalização de seus papéis no conjunto da realidade intra-urbana considerada. Isso quase sempre implica em substanciais mudanças na paisagem.

²² Em que pese tenha acertado na constatação de algumas mudanças e nas suas implicações geográficas, peca em reproduzir o léxico dominante. Ao não criar uma terminologia nova que expresse adequadamente a realidade que busca analisar, acaba por reproduzir, através da linguagem, as interpretações conservadoras que emergem com a noção de pós-modernismo. Para uma crítica ao pós-modernismo (cf. EAGLETON, 1998).

Verificaremos este processo no próximo tópico, analisando o caso específico de Aparecida de Goiânia.

2.2. A reestruturação intra-urbana de Aparecida de Goiânia

Chegamos agora ao ponto de analisar a estruturação intra-urbana de Aparecida de Goiânia na contemporaneidade. Já produzimos um conjunto de análises empíricas e demonstrações conceituais que nos dão as condições necessárias de ousar revelar os elementos que compõem sua estruturação, ou seja, formas e funções intra-urbanas inseridas dentro do conjunto da RMG, mas principalmente sua vinculação orgânica com Goiânia.

De núcleo isolado à periferia expandida e segregada, a cidade de Aparecida percorreu todo o movimento de metropolização de Goiânia, especializando de tal forma seu espaço que tornou-se uma região geral da cidade caracterizada por profundos processos de segregação residencial. *De periferia expandida e segregada a região geral multifuncional integrada da cidade*, Aparecida já completamente engolida pelo movimento da região metropolitana apresenta-se como espaço estruturado de tal maneira, que novas formas lhe dão um caráter peculiar. Esta reestruturação a insere de maneira diferenciada na região metropolitana do que fora até final da década de 1980.

Dentro desta nova estrutura intra-urbana que, como já ressaltamos de acordo com (SOJA, 1993), continua permeada de permanências, o fenômeno que mais se destaca é sem sombra de dúvida o processo de criação de subcentros, de gentrificação de algumas áreas e a especialização industrial de outras. O movimento das classes sociais em sua busca por “melhores” localizações é um dos principais condicionantes no processo de estruturação intra-urbano (VILLAÇA, 2001). As classes dominantes são o agente determinante na valorização de áreas e na criação de áreas preferenciais dentro do espaço urbano. A sua localização cria uma dinâmica de instalação de infra-estrutura, de criação de acessibilidades, de atração de serviços dos mais simples aos mais sofisticados etc. É justamente esta dinâmica da cidade engendrada por esta movimentação das classes exploradoras e suas classes auxiliares que gera o processo de reestruturação intra-urbana.

Foi justamente este processo que se deu na RMG durante as décadas de 1980 e 1990. A “saída” do centro e a criação de novas centralidades no município de Goiânia bem atestam este aspecto. O estudo desenvolvido por Paula (2003), que analisa os

setores Marista, Oeste e Bueno, demonstra que estes configuram uma nova centralidade na cidade destinada às classes dominantes. Também no contexto da RMG, verifica-se estas transformações e modificações de localizações das classes exploradoras. A área conurbada dos municípios de Goiânia e Aparecida de Goiânia, cuja divisão político-administrativa se dá pela presença da Avenida Rio Verde, tornou-se uma importante área da cidade destinada à localização das classes dominantes. Só que isto se deu através do tipo de auto-“isolamento” residencial proporcionado pelos condomínios horizontais fechados/exclusivos ou de luxo. A este fato fundamental é necessário acrescentar que todo o conjunto de modificações na paisagem e nas funções deste “lugar” são alteradas. A construção e sucessivas ampliações do *Buriti Shopping*, a instalação de um sofisticado comércio, o oferecimento de serviços especializados etc. são a comprovação empírica deste processo. A localização das classes dominantes é deste modo um centro gravitacional atrativo de elementos que modificam as paisagens e as funções dos lugares. O que ocorreu foi um claro processo de *gentrificação* ou *aburguesamento* da Avenida Rio Verde²³. Entretanto, pode ocorrer processos de reestruturação em menor escala, alterações que não modificam ou interferem no conjunto da cidade, mas somente em pequenas regiões localizadas. É o caso da formação de inúmeros subcentros.

A idéia de subcentro remete imediatamente ao conceito de centro. Este é complexo e apresenta inúmeras dificuldades de ser precisado teoricamente. Cada concepção ou tendência dentro dos estudos urbanos lhe deu um qualificativo ou significado diferenciado. Não vamos aqui fazer uma antologia, pois foge ao escopo deste trabalho e ficaria no conjunto da pesquisa que estamos desenvolvendo um tanto quanto pedante²⁴. O centro não é a mediana das distâncias geográficas de uma dada região, é antes de mais nada a localização preferencial dos elementos mais importantes na estruturação do espaço intra-urbano. Esta localização tem como referência o conjunto do aglomerado urbano considerado. O centro é desta maneira um processo social e não somente uma localização. É evidente que tudo no espaço urbano deve localizar-se em algum lugar, mas quando nos referimos ao centro urbano, não o tornamos equivalente ao centro de um círculo, por exemplo, que é equidistante às suas extremidades.

²³ Para uma análise mais detalhada das conseqüências deste processo na Avenida Rio Verde (cf. CIRQUEIRA PINTO, 2006).

²⁴ Para uma discussão acerca das várias concepções do conceito de centro cf. (CASTELLS, 2000) e (GOTTDIENER, 1997).

Para melhor precisar esta idéia, citamos Castells que afirma:

O centro urbano então não é uma entidade espacial definida de uma vez por todas, mas a ligação de certas funções ou atividades que preenchem um papel de comunicação entre os elementos de uma estrutura urbana. Quer dizer que não podemos *assentar* o centro urbano, e sim que é necessário defini-lo com relação ao conjunto da estrutura urbana (CASTELLS, 2000, p. 314).

Ou seja, o centro não é uma entidade natural, que sempre existiu e sempre existirá. É sempre o centro de uma dada realidade considerada; ele não pré-existe a esta realidade. Deste modo, o desenvolvimento das áreas centrais ocorre com o processo de estruturação do espaço intra-urbano. Na sociedade capitalista, o centro emerge como uma forma espacial de uso do poder. Na verdade, a constituição da centralidade se dá de modo a fazer com que as classes dominantes tenham um maior controle sobre o tempo e menor dispêndio de energia nos deslocamentos. Villaça (2001) está correto quando afirma:

Dominar o centro e o acesso a ele representa não só uma vantagem material concreta, mas também o domínio de toda uma simbologia. Os centros urbanos principais são (...) pontos altamente estratégicos para o exercício da dominação (VILLAÇA, 2001, p. 244).

O centro produz simultaneamente o não-centro. Este, na sociedade capitalista, é percebido na dispersão, na segregação. Deste modo, as relações de dominação se desenvolvem em sofisticadas estratégias de produção espacial, nas quais a relação centro-segregação desempenha papel fundamental. Entretanto, os centros começam, principalmente a partir da década de 1970 a perder um pouco do *status* que tivera até então. Villaça (2001) explica este fenômeno, mais conhecido como “decadência dos centros”, analisando o movimento das classes exploradoras e suas auxiliares. A presença destas classes no centro, tornava esta parte da cidade a própria auto-imagem de todo o aglomerado urbano. A sua fuga para as imediações da antiga área central produziu o fenômeno dos *centros novos*, presente em várias metrópoles brasileiras entre as décadas de 1930 a 1960. Com a advento do automóvel, as classes dominantes obtiveram grande mobilidade no que se refere à questão dos transportes. Isto possibilitou que pudesse “abandonar” definitivamente esta parte da cidade e fosse

habitar em outras áreas, mas que de qualquer forma desse-lhe total e rápido acesso ao velho centro.

Deste modo, o que comumente é denominado de “decadência do centro” é na verdade o abandono deste por parte das classes dominantes na localização de suas habitações e inversamente a sua ocupação pelas classes exploradas. Grande paradoxo:

Na década de 1980, os centros principais já estavam quase totalmente tomados pelas camadas populares. Aquilo a que se chama ideologicamente de “decadência” do centro é tão-somente sua tomada pelas camadas populares, justamente sua tomada pela maioria da população. Nessas condições, sendo o centro realmente maioria, ele é centro da *cidade* (VILLAÇA, 2001, p. 283) (grifos no original).

O centro é, desta maneira, *locus* preferencial de aglomeração e conflitos. Em que pese tenha apresentado esta “decadência”, ainda no que se refere ao oferecimento de empregos, serviços, comércio é bastante importante. Mas contraditoriamente, a realidade intra-urbana das metrópoles contemporâneas apresenta uma realidade que é bastante interessante: os subcentros ou como denomina Castells (2000) *centros periféricos e/ou minicentros*. Estes não interferem no conjunto da aglomeração, mas somente em regiões específicas desta. Um subcentro consiste:

(...) portanto, numa réplica em tamanho menor do centro principal, com o qual concorre em parte sem, entretanto, a ele se igualar. Atende aos mesmos requisitos de otimização de acesso apresentados anteriormente para o centro principal. A diferença é que o subcentro apresenta tais requisitos apenas para uma parte da cidade, e o centro principal cumpre-os para toda a cidade (VILLAÇA, 2001, p. 293).

Um último aspecto geral para se compreender a reestruturação intra-urbana de Aparecida de Goiânia é a formação de uma área ou zona industrial. A localização industrial dentro das áreas metropolitanas alimenta intenso debate dentro dos estudos urbanos. A presença da BR-153 é elemento fundamental para a compreensão do papel que a localização industrial desempenhou no espaço intra-urbano de Aparecida de Goiânia.

A influência da antiga BR-014, atual BR-153, foi importante na localização do antigo povoado que deu início ao município. Durante o processo de metropolização de Goiânia e portanto do profundo processo de transformações espaciais pelas quais Aparecida de Goiânia passou, esta via, que proporciona a integração de grandes regiões do país, é marco essencial na estrutura intra-urbana do município. Como Goiânia é sem

sombra de dúvidas um “ponto denso” que atrai para si os processos urbanos desenvolvidos em suas imediações, as áreas limítrofes entre os dois municípios apresentam desde muito cedo padrões espaciais que vão se confirmar com o desenvolvimento histórico da aglomeração.

Na porção mais ao norte da BR-153, nas imediações da fronteira com Goiânia, o padrão de ocupação é residencial e é bastante adensado. À medida que se direciona para o sul, entrando mais no município de Aparecida, o padrão começa a se modificar. A BR começa a “olhar” já em direção ao sudeste do país e a concentração industrial é a forma espacial necessária da produção do espaço neste tipo de direcionamento.

Deste modo, não se trata de dar vida própria às vias regionais, mas sim de compreender como os processos intra-urbanos e regionais se inter-relacionam e produzem o espaço urbano. A ligação que a BR-153 faz entre a porção norte do país com a região sudeste cria uma “situação geográfica” favorável à localização industrial, pois cria a possibilidade de fácil escoamento dos produtos e simultaneamente por estas indústrias estarem localizadas às margens de uma região metropolitana do porte da de Goiânia tem à sua disposição uma incontável mão de obra com um generoso “exército industrial de reserva”.

É neste plano que analisaremos o processo de reestruturação intra-urbana de Aparecida de Goiânia. A constituição de uma centralidade no município, caracterizada por processos de gentrificação, que de certa maneira interfere na configuração do espaço do município inteiro, inclusive na valoração que este passa a ter no conjunto da RMG. A emergência de inúmeros subcentros no espaço intra-urbano do município representa uma realidade nova que reconfigura várias áreas, dando-lhes novas funções e estas por sua vez alteram significativamente as paisagens. E por último, a consolidação de uma área industrial na cidade, que sintetiza de maneira mais explícita as escalas intra-urbanas e regionais. São estes os dados novos da cidade de Aparecida de Goiânia, os quais buscaremos esmiuçar um pouco mais de perto a partir de agora.

A avenida Rio Verde – o Buriti Shopping e a gentrificação do espaço

Dois elementos fundamentais estão na raiz do processo de reestruturação intra-urbana de Aparecida de Goiânia no que se refere a esta área da cidade. Situada ao norte do município, divisa entre Goiânia e Aparecida, a Avenida Rio Verde articula dois

agentes importantes na produção do espaço urbano: o poder de localização das classes dominantes e os *shopping centers*. A antiga estrada para Rio Verde, daí a origem do nome da avenida, pois era eixo de ligação entre Goiânia e a cidade do sudoeste do território goiano, apresentava nos anos iniciais da criação do município de Aparecida, bem como até princípios dos anos de 1980 precária infra-estrutura urbana e apenas a presença de alguns bairros segregados, tal como já analisamos no decorrer deste capítulo.

Entretanto, a década de 1990 vivencia uma substancial transformação desta área. A construção do Buriti Shopping é o pontapé inicial desta reestruturação. Tal como demonstra Cirqueira Pinto (2006), dialogando com Villaça (2001), os processos de reestruturação intra-urbana não se dão somente através da localização das classes dominantes e seu poder de atração de infra-estruturas, serviços, comércios etc. Também a localização de “objetos geográficos” como um *shopping Center* é elemento determinante nestas transformações. A sua pesquisa prova justamente como este processo ocorre na Avenida Rio Verde.

Instalado em 1996 com dimensões ainda reduzidas, tendo um *status* de *shopping popular*, o Buriti Shopping rapidamente começa a ser agente impulsionador de transformações naquela área. Sucessivas ampliações, aumento do número de área locável e diversificação das lojas e serviços oferecidos pelo Shopping dão-lhe o status de *shopping regional*. A *tabela 8* apresenta as sucessivas expansões com o aumento no número de lojas, sua área locável e área construída. Veja que de 1996 a 2004, a quantidade de lojas existentes passa de 40 para 250, um aumento de mais de 500%.

| Expansões | ano | nº de lojas | área bruta locável (m2) | área construída (m2) |
|------------------|------------|--------------------|--------------------------------|-----------------------------|
| inauguração | 1996 | 40 | 5.896 | 7.300 |
| 1º expansão | 1998 | 100 | 10.100 | 15.200 |
| 2º expansão | 2002 | 176 | 19.548 | 41.500 |
| 3º expansão | 2004 | 230 | 32.000 | 55.280 |

Fonte: (CIRQUEIRA PINTO, 2006)

A presença do Shopping provocou valorização imobiliária da área, aumento na quantidade e diversificação do comércio e serviços, enfim, refuncionalizou o lugar. Forma e conteúdo foram modificados nesta região da cidade. Entretanto, não foi somente a presença deste shopping que contribuiu para refuncionalizar esta área,

contribuindo para o processo de reestruturação intra-urbano de Aparecida de Goiânia, também houve significativa migração das classes exploradoras para lá.

A presença de dois condomínios horizontais fechados (Jardins Mônaco e Viena) comprovam esta afirmação. Localizados à extremidade oeste da avenida, mais próximos à GO – 040, estes condomínios expressam a profunda contradição no que se refere à questão da habitação vivenciada pelas nossas cidades. Construídos ou encravado em meio a bairros populares de Aparecida de Goiânia, como Jardim Helvécia, Bairro Hilda, Conjunto Estrela do Sul etc., estes dois condomínios, confirmando a concepção de Villaça (2001), modifica ou reestrutura o lugar. A instalação de um condomínio fechado só para empresas (Cidade Empresarial), a instalação de Galerias comerciais de luxo, a instalação de infra-estrutura urbana básica etc. são a confirmação desta tese.

Também a valorização imobiliária vivenciada é de se tomar nota. Esta região da cidade começou a presenciar profundos processos de modificação da paisagem, que, na verdade revelam as modificações ocorridas no conteúdo ou na maneira de se produzir aquele espaço. A verticalização verificada nas proximidades do Buriti Shopping são elementos que comprovam esta valorização do espaço. Villaça (2001) defende a tese segundo a qual a presença de shopping centers do porte do *Buriti Shopping* subordinam o capital imobiliário ao comercial, pois este passa a ser o motor de valorização da área. Ora, de fato não há uma contradição ou oposição entre ambos, o que ocorre é uma relação simbiótica na qual um consegue valorizar-se na esteira do outro. Ou seja, o capital comercial derivado da ação dos grupos destinados à troca dos produtos muito se beneficia da ação do capital imobiliário, resultado da ação de determinados agentes que vivem da especulação de parcelas do espaço geográfico.

As fotos 1, 2 e 3, 4, 5 e 6 mostram a diferencialidade espacial da Avenida Rio Verde. De sua extremidade oeste, na GO – 040 até sua porção limite a leste, na Avenida Tapajós, a Avenida Rio Verde apresenta diferentes paisagens derivadas fundamentalmente da localização das classes sociais dentro do espaço urbano. Do Jardim Helvécia, à cidade Empresarial e aos condomínios horizontais fechados até o Buriti Shopping, temos uma paisagem que se ajusta adequadamente às classes sociais que se localizam nestas áreas. A avenida Rio Verde sintetiza bem o que é Aparecida de Goiânia na contemporaneidade. Apresenta simultaneamente aspectos de áreas destinadas às classes exploradoras, bem como às classes exploradas.

Foto 1 – Rua sem pavimentação – Jardim Helvécia, Aparecida de Goiânia - 2008



Fonte: Foto tirada pelo autor em trabalho de campo realizado em fevereiro de 2008.

Foto 2 – Galeria comercial de luxo – Bairro Hilda, Aparecida de Goiânia - 2008



Fonte: Foto tirada pelo autor em trabalho de campo realizado em fevereiro de 2008.

Foto 3 – Condomínio Horizontal Fechado Jardins Viena – Aparecida de Goiânia - 2008



Fonte: www.fgr.com.br/hotsite.do?idArtigo=335, acesso em 04/03/2008.

Foto 4 – Condomínio Horizontal Fechado Jardins Mônaco – Aparecida de Goiânia - 2008



Fonte: www.fgr.com.br/hotsite.do?idArtigo=518, acesso em 04/03/2008.

Foto 5 – Terminal Cruzeiro do Sul – Aparecida de Goiânia - 2008



Fonte: Foto tirada pelo autor em trabalho de campo realizado em fevereiro de 2008.

Foto 6 – Buriti Shopping – Aparecida de Goiânia - 2008



Fonte: www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=560487, acesso em 04/03/2008.

O centro histórico – a especialização institucional do espaço

Denominar o centro histórico ou “tradicional” de Aparecida de Goiânia de sub-centro parece até um contra-senso, na medida em que este é o núcleo pioneiro e sede administrativa do município. Entretanto, como já demonstramos, Aparecida é uma cidade cindida, estilhaçada ou fragmentada. Esta fragmentação é a marca geral de seu processo de estruturação intra-urbana. Devido à sua formação estar inserida no movimento global de metropolização de Goiânia com todas as derivações vindas daí, seu centro, na verdade nunca foi o centro da cidade como um todo.

Grande parte dos moradores da cidade, talvez nunca foram ao centro histórico da cidade, pois não necessitam dele para que suas vidas cotidianas se desenvolvam. O centro de Goiânia é o centro mesmo da RMG. É ele quem polariza de fato as cidades do entorno, seus serviços, seu comércio, seus símbolos são o ponto de atração de toda a aglomeração. Aparecida de Goiânia, de certa maneira, gravita com os outros municípios em torno deste centro. Em uma palavra, o centro de Goiânia é centro principal da RMG.

O centro histórico de Aparecida de Goiânia é uma realidade paradoxal. É simultaneamente um subcentro, ou seja, desempenha importante papel no cumprimento de certas atividades e funções tal qual o centro principal de Goiânia, mas não o faz para toda a cidade de Aparecida, cumpre-o somente para suas imediações: para toda a porção leste e sudeste da BR 153, polariza Hidrolândia, polariza os bairros que estão próximos a si e também aqueles que estão mais distantes, mas ao mesmo tempo possuem mais acessibilidade ao centro histórico que aos outros subcentros, como Garavelo, Vila Brasília, Cruzeiro etc.. Entretanto, é o lócus da especialização institucional do espaço de Aparecida de Goiânia, cumprindo o papel de poder e controle sobre o município inteiro.

Esta realidade do centro histórico do município de Aparecida torna-o uma área da cidade que merece uma discussão em separado, a qual não desenvolveremos. Limitar-nos-e-mos a apresentar hipóteses que deverão ser investigadas em trabalhos futuros.

O ar interiorano da paisagem, resquício ainda de sua origem do início do século XX, a praça da Matriz com a Igreja Nossa Senhora Aparecida, aspectos de arquitetura colonial, com as janelas das casas se encontrando direto com as ruas, as várias lojas de produtos agropecuários, demonstrando que este subcentro polariza toda a área rural das imediações, entram em contato com objetos mais sofisticados, a moderna

clínica de olhos instalada recentemente, a instalação de uma loja “Casas Bahia” adaptando uma casa, mas mantendo parte da arquitetura original, a criação de galeria de lojas etc. são alguns exemplos.

O serviço médico-hospitalar conta com dois estabelecimentos públicos: um posto de saúde e o Hospital São Silvestre, além da referida Clínica de olhos, que é privada, bem como vários laboratórios, óticas etc. Os serviços bancários são prestados por três agências: uma do Banco do Brasil, outra do Itaú e mais uma do Bradesco além de uma agência lotérica. Vários bares, restaurantes, lojas etc. compõem o comércio do local.

Entretanto, o que explica este “re-avivamento” do centro histórico de Aparecida de Goiânia? É o processo de re-estruturação intra-urbana vivenciada pelo município como um todo. O centro histórico entra no movimento de rearticulação vivenciada pelo município, só que como uma realidade especial, pois além de se configurar como um importante sub-centro, é também o lócus da administração municipal. Este aspecto lhe dá uma importância ainda maior, pois embora não polarize a cidade como um todo, ele cumpre papel fundamental na produção deste espaço em sua totalidade. Autoriza ou não a criação de loteamentos, incentiva ou não a vinda de indústrias para o município, cria áreas preferenciais de localização destas indústrias etc. Deste modo, vemos que o centro histórico é simultaneamente um sub-centro, pois só polariza parte da cidade, e um centro propriamente dito, pois cumpre papel importante na estruturação do espaço como um todo.

As *fotos 7, 8, 9, 10 e 11* demonstram os aspectos mais importantes para caracterizar a função paradoxal do centro histórico de Aparecida de Goiânia. A *foto 7* contrasta a arquitetura inicial da cidade com o oferecimento de serviços e comércio (ao fundo da foto identifica-se o Banco Bradesco e várias lojas comerciais). A *foto 8* apresenta um hospital particular, o qual tem em frente uma clínica especializada em exames laboratoriais, que somam no Centro histórico de Aparecida um total de duas clínicas de grande porte especializadas neste tipo de serviço, além de quase uma dezena a mais de clínicas menores. As *fotos 9 e 11* demonstram a diversificação comercial do Centro, que vai desde lojas especializadas em produtos agropecuários, a lojas de móveis, galerias comerciais, até lojas maiores como a *Casas Bahia*, que adapta a arquitetura inicial da cidade ao comércio de seus produtos. E por fim a *foto 10* apresenta a Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia, que concentra em seu Centro Histórico todo o aparato burocrático e administrativo do município.

Foto 7 – Praça Matriz de Aparecida de Goiânia - 2008



Fonte: Foto tirada pelo autor em trabalho de campo realizado em fevereiro de 2008.

Foto 8 – Hospital de olhos – Centro Histórico de Aparecida de Goiânia - 2008



Fonte: Foto tirada pelo autor em trabalho de campo realizado em fevereiro de 2008.

Foto 9 – Lojas comerciais – Praça Matriz de Aparecida de Goiânia - 2008



Fonte: Foto tirada pelo autor em trabalho de campo realizado em fevereiro de 2008.

Foto 10 – Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia - 2008



Fonte: Foto tirada pelo autor em trabalho de campo realizado em fevereiro de 2008.

Foto 11 – Loja Casas Bahia, Centro Histórico de Aparecida de Goiânia - 2008



Fonte: Foto tirada pelo autor em trabalho de campo realizado em fevereiro de 2008.

Estas são as áreas da cidade que poderíamos denominar de subcentro no sentido mais preciso deste conceito. Caracterizam-se fundamentalmente pela prestação de serviços e oferecimento de comércio concentrados em um dado lugar da cidade com o intuito de abastecer uma determinada porção desta que de certa maneira encontra-se distante do centro principal ou tradicional. O espraiamento horizontal desmedido das metrópoles acaba inevitavelmente jogando para as franjas da cidade uma considerável parcela da população, o que nas metrópoles brasileiras são via de regra as classes exploradas.

Tal situação acaba por colocar este conjunto da sociedade numa situação de difícil deslocamento, o que é agravado em nossas cidades pelas péssimas condições do transporte coletivo²⁵. O distanciamento do centro principal é a determinação fundamental para explicar a emergência destas realidades espaciais intra-urbanas. Em outras palavras, a acessibilidade aos equipamentos urbanos é sem sombra de dúvidas a questão essencial para o desenvolvimento dos subcentros.

Castells (2000) identifica o surgimento dos minicentros ou centros comerciais periféricos alegando que o centro principal se especializa cada vez mais nos processos de gestão e administração da cidade. Tais realidades intra-urbanas se desenvolvem, de acordo com sua leitura principalmente às margens dos pontos de conexão dos trens suburbanos e a partir da criação de *shopping centers* em áreas periféricas da aglomeração. Em que pese esta concepção seja verdadeira, não consegue revelar em sua totalidade o fenômeno, pois também há a emergência destes subcentros em regiões da cidade cujas funções são eminentemente residenciais e nas quais não há a existência nem de *shoppings* nem estações ferroviárias suburbanas. Deste modo, o centro principal passa a exercer a função de controle sobre o espaço, cedendo lugar a outras áreas da cidade no oferecimento de serviços, comércio e lazeres, ao passo que

²⁵ Para uma discussão sobre o transporte coletivo da RMG cf. (SANTOS, 2005). Nesta pesquisa, defendo a tese de que o transporte coletivo acaba por se configurar como um importante agente na geração da violência urbana na cidade de Goiânia e sua Região Metropolitana. Esta violência revela-se sob dois aspectos: como uma imposição das classes dominantes sobre o conjunto dos usuários do transporte e como uma violência reativa, realizada por estes usuários contra as más condições do transporte e contra as classes exploradoras e suas classes auxiliares.

estas áreas, os centros comerciais periféricos, tornam-se cada vez mais importantes no oferecimento destes aspectos urbanos.

No caso das metrópoles brasileiras não podemos afirmar categoricamente que os centros principais tenham perdido ou mesmo diminuído sua importância no que se refere à questão comercial e oferecimento de serviços. Obviamente que podemos dizer o mesmo da RMG. O centro histórico de Goiânia continua muito importante na geração de empregos, no oferecimento de serviços e comércio e além de tudo cumpre papel importante na gestão municipal e estadual.

Em Aparecida de Goiânia, vivenciamos a formação de subcentros desde os anos de 1990. A instalação do *Buriti Shopping* acabou por configurar não um subcentro, mas uma centralidade²⁶, como já destacamos. Entretanto, mesmo sem a construção de shoppings e mesmo não existindo estações ferroviárias em Aparecida de Goiânia, começou a se desenvolver com bastante intensidade por todo o município vários subcentros. Alguns são mais antigos, como Vila Brasília, que já na década de 1980 era importante, mas todos os outros são produtos diretos da década de 1990.

Aparecida de Goiânia encontra-se de tal maneira ligada à Goiânia, que sua morfologia dá a impressão de que todos os seus “caminhos” levam à capital do estado. Como já destacamos no capítulo 1, as vias que cortam o município no sentido norte/sul servem ao propósito de interligar as duas cidades. A BR-153 a leste e a GO-040 a oeste são as principais. Também nas áreas centrais do município, as avenidas São João e Veiga Vale ligam o subcentro Cruzeiro do Sul ao Papillon e Veiga jardim, que por sua vez dão acesso ao Subcentro Cidade Livre. Da cidade Livre, o acesso ao centro histórico é possibilitado pela Avenida Independência, que também cria as condições de acessibilidade aos bairros Independência Mansões, Tiradentes e daí até o Garavelo.

Desta maneira, pode-se perceber que Aparecida de Goiânia está interligada territorialmente através das vias que possibilitam o acesso a qualquer região do município. Entretanto, devido a seu processo de constituição ter sido resultado de movimentos fragmentadores que resultaram no crescimento horizontalizado da cidade, mas principalmente na segregação de imensas áreas e populações, estas vias são na verdade, não para o uso da cidade como um todo pelos aparecidenses, mas pelo contrário, servem de eixos que ligam áreas da cidade a Goiânia, bem como a alguns pontos que oferecem empregos, principalmente a área industrial da BR-153.

²⁶ Cf. (CIRQUEIRA PINTO, 2006)

Assim, é de se tomar nota que os principais subcentros encontram-se justamente próximos ou nestas vias de articulação territorial do município. O mais importante deles é o subcentro Vila Brasília, que se encontra às margens da Avenida Rio Verde. Este bairro surge na década de 1950 e vai se consolidando como uma importante área da cidade no oferecimento de comércio e serviços. As Avenidas Tapajós e São Paulo se destacam como as vias principais deste subcentro. Enquanto a primeira se especializa no oferecimento de comércio ligados a lojas de produtos novos e usados (os conhecidos pregos), a Avenida São Paulo se caracteriza pelo oferecimento de serviços e comércios mais diversificados (*Cf. foto 12*).

Neste subcentro, encontra-se a presença de uma maternidade, clínicas, óticas, escolas, cursos pré-vestibulares etc. Atende a uma grande área da cidade e é de certa maneira uma porção do espaço aparecidense que goza de certo prestígio entre os moradores do município. Isto quer dizer que a maneira como se dá o processo de estruturação do espaço urbano, implica na construção de imagens ou para ser mais preciso, leva a maneiras distintas de valorar determinadas áreas do espaço (discutiremos melhor esta questão no próximo capítulo).

Foto 12 – Pregos localizados na Avenida Tapajós, Aparecida de Goiânia - 2008



Fonte: Foto tirada pelo autor em trabalho de campo realizado em fevereiro de 2008.

Nas proximidades deste subcentro, também um outro de grande importância dentro do município se desenvolve formando com aquele um conglomerado de grandes proporções dentro da cidade. Situado também às margens da Avenida Rio Verde, o subcentro Cruzeiro do Sul desenvolve-se ao longo das avenidas São João, via principal e também no comprimento da Rua Alvorada, via comercial sub-principal. Criado na

década de 1970, este bairro conta com um diversificado comércio, além de ser área que proporciona fácil escoamento para Avenida Rio Verde, através da Avenida São João.

Se formos nos distanciando desta região da cidade através da Avenida Rio Verde em sua direção leste até seu entroncamento com a GO-040 e encaminharmos na direção sul nos depararemos com um outro importante subcentro de Aparecida de Goiânia, localizado no Setor Garavelo. Este bairro criado na década de 1970, devido à sua grande distância em relação ao centro de Goiânia, bem como do centro histórico de Aparecida, começa já no final dos anos de 1980 a desenvolver um pequeno comércio local que abastecia as populações das imediações e também do setor. Entretanto, ainda não de fato um subcentro, pois faltava elementos ainda que o caracterizassem como tal, como por exemplo, diversificação comercial, oferecimento de serviços etc.

Da mesma forma que em outras áreas da cidade, tal como na Cidade Livre, Centro Histórico etc. a emergência dos anos de 1990, que testemunham a reestruturação intra-urbana do município como um todo, este bairro começa a adquirir forma de um verdadeiro subcentro. Ao longo da Avenida Igualdade (*Cf. foto 14*) desenvolve-se a principal área deste subcentro. Há a presença de um grande supermercado (Tatico); como este bairro situa-se na fronteira político-administrativa de Goiânia, no bairro que ladeia a GO-040 no lado de Goiânia foi instalado recentemente um outro supermercado de grandes proporções (Bretas), no bairro Andréia Cristina em Goiânia. Obviamente pelo poder de atração gerado pelo subcentro Garavelo.

O oferecimento de serviços médico-hospitalares, através do cais Garavelo, de clínicas particulares e clínicas especializadas em exames laboratoriais etc. abastecem esta área, ou seja, toda a porção sudoeste da cidade. Também serviços relacionados à educação, como escolas, cursos pré-vestibulares etc. marcam esta região de Aparecida como sendo importante pólo no oferecimento de serviços.

Isto necessariamente gera uma grande quantidade de empregos no local, que é via de regra ocupado pelos próprios moradores do bairro ou das áreas circunvizinhas. Áreas que oferecem serviços e comércios, obrigatoriamente oferecem empregos também, deste modo, empregos e serviços são um importante elemento estruturador do espaço intra-urbano. Os moradores do Garavelo e imediações não necessitam do centro de Goiânia, nem muito menos do centro histórico da cidade para resolver questões de sua vida cotidiana. Isto pode ser verificado em qualquer conversa informal com os moradores do local, que nem sequer nunca foram ao centro histórico da cidade de Aparecida de Goiânia.

Foto 13 – Vista panorâmica da Avenida Igualdade no Setor Garavelo em Aparecida de Goiânia - 2008



Fonte: Foto tirada pelo autor em trabalho de campo realizado em fevereiro de 2008.

Saindo do Setor Garavelo e dirigindo-se em direção oeste rumo ao Jardim Tiradentes e de lá rumo ao Independência Mansões, duas áreas de Aparecida de Goiânia marcadas por profundos processos de segregação residencial, chega-se ao subcentro menos diversificado e menos sofisticado de Aparecida de Goiânia, localizado no Setor Cidade Livre. Sua principal área desenvolve-se ao longo da Avenida Independência, que liga em linha reta em direção oeste o Centro Histórico de Aparecida de Goiânia. Este é um subcentro que de certa maneira ainda é polarizado pelo Centro Histórico da Cidade.

Devido à sua localização, uma espécie de mediana entre o subcentro Garavelo e o Centro Histórico, este subcentro não consegue se desenvolver além dos limites que já alcançou. A instalação de serviços bancários, por exemplo, é uma reivindicação constante dos moradores que são de certa forma polarizados por seus serviços e comércios. Mas dada a existência de agências bancárias tanto no Centro Histórico como no Garavelo, que são relativamente próximos a esta área, as agências nunca são instaladas.

Fique claro desde já, para que não reste qualquer margem para interpretação equivocada do que estou afirmando, não se trata de dizer que a distância geográfica ou melhor, geométrica, seja “causa” de qualquer fenômeno no que se refere aos processos de estruturação intra-urbana. Esta é uma condicionante que deve ser levada em conta na análise, entretanto, a determinação fundamental refere-se ao poder de atração que

determinados grupos e classes sociais desempenham dentro da cidade. Se os grupos dominantes que estão atualmente na área, como por exemplo, a rede Super Store de supermercados, grandes lojas comerciais etc. se articularem com este intuito, não demorará muito para que este serviço seja instalado no setor.

A avenida Independência (*Cf. foto 15*) é a principal via comercial e de serviços como odontológicos, óticas, escola de idiomas, cursos pré-vestibulares etc. Entretanto há outras áreas das imediações do bairro que são diretamente ligadas a este subcentro, que oferecem também serviços médico hospitalares, como no bairro Colina Azul, que conta com um Cais e nas imediações deste desenvolve-se um conjunto de clínicas e laboratórios particulares.

Foto 14 – Vista panorâmica da Avenida Independência no Setor Cidade Livre em Aparecida de Goiânia - 2008



Fonte: Foto tirada pelo autor em trabalho de campo realizado em fevereiro de 2008.

Nas imediações deste subcentro uma área começa a se destacar. A construção do hospital de urgências de Aparecida de Goiânia, do centro olímpico do município e de uma unidade da Universidade Estadual de Goiás no Jardim Pontal Sul só vem a confirmar a idéia de que este subcentro tende a se ampliar, pois já começam a ser visíveis as transformações na paisagem advindas da instalações destes “objetos geográficos” no local. A avenida Diamante, que dá acesso à Avenida Veiga Vale que por sua vez conecta a Avenida São João, que deságua seu fluxo na Avenida Rio Verde, já foi pavimentada e duplicada. A valor imobiliário dos imóveis também já sofreu

alterações. Imóveis que antes custavam em média 5 mil reais, estão hoje no valor mínimo de 15 mil.

O que buscamos demonstrar com esta exposição do espaço intra-urbano aparecidense, é que qualificá-lo como mera cidade dormitório já não é mais representativo da totalidade das funções de seu espaço²⁷. Aparecida de Goiânia não é somente uma periferia expandida e segregada como já o fora décadas atrás. Consolidase agora uma região *geral multifuncional integrada da cidade*.

Ainda carrega consigo as marcas do espaço que lhe deu origem, dos processos de segregação que lhe estruturaram nas décadas de 1970 e 1980, mas também apresenta novas dimensões que devem ser levadas em consideração na análise. Seu espaço agora é multifuncional, não é somente mais o depositário da mão de obra pouco qualificada expulsa da capital do estado. É também um espaço próprio, com suas próprias marcas e contradições, mas simultaneamente não pode ser compreendido além da sua relação orgânica com Goiânia.

A BR 153 – espaço industrial e área moteleira: uma região peculiar da cidade

Resta uma ultima região da cidade de Aparecida para ser analisada. Por ter características singulares não a colocamos no conjunto dos subcentros e centralidades que marcam a nova paisagem aparecidense. Trata-se da área que margeia a BR-153. Esta região da cidade apresenta duas características que lhe dão uma forma toda especial no conjunto da cidade: concentração de motéis e de indústrias. Esta forma certamente deriva das funções do lugar. Estas funções foram se consolidando ao longo do processo histórico de estruturação espacial do município.

Castells (2000) defende a tese segundo a qual o que determina a localização industrial são três fatores: a) a produção de um “meio industrial” satisfatório, ou seja, que apresente uma certa diversificação industrial, oferecimento de serviços necessários ao bom andamento da produção, enfim, a existência de um meio técnico que gere as condições necessárias à produção; b) presença de mão de obra, tanto no que se refere à sua abundância quanto à sua qualificação; e c) “aspectos psicológicos” e “razões pessoais” dos proprietários ou administradores das empresas.

²⁷ Cirqueira Pinto (2006) defende a mesma idéia.

Villaça (2001) critica Castells argumentando que as concepções que este defende não conseguem explicar a localização industrial na escala intra-urbana, ou seja, consegue-se determinar com a interpretação de Castells o porquê desta ou daquela cidade na escolha da localização industrial, contudo, não é possível dizer onde e porque nesta ou naquela região da cidade. A localização das empresas no espaço urbano é determinada por condições do meio técnico, mais que propriamente pelas condições “naturais”. Excetua-se aqui as empresas extrativistas e mineradoras, que dependem efetivamente da localização dos recursos que extraem do meio físico. Castells compreendeu muito bem esta característica, mas não conseguiu aprofundar suas análises na maneira como estas empresas desempenham papel importante na estruturação intra-urbana.

Villaça (2001), analisando o fenômeno da localização industrial, principalmente no que se refere à influência que as vias regionais desempenham afirma: “(...) as principais zonas industriais se desenvolveram junto às vias regionais mais movimentadas, ou seja, aquelas que estabeleciam as ligações regionais mais importantes” (Villaça, 2001, p. 135). Contudo, para ele, não é a demanda regional que estrutura a metrópole, mas sim as questões intra-urbanas, como acessibilidade ao emprego e ao centro, por exemplo.

Esta afirmação só é verdadeira em partes, pois de fato as questões intra-urbanas são fundamentais no processo de estruturação da cidade, entretanto, como já estamos afirmando ao longo deste trabalho, a dimensão regional interfere na estruturação deste mesmo espaço. Naturalmente que o deslocamento de mercadorias e mão de obra em períodos sazonais não interferem de maneira decisiva no modo como a cidade é estruturada, pois seus movimentos transcendem a lógica cotidiana da cidade. Da mesma forma, a acessibilidade ao centro, a localização das classes dominantes e exploradas etc. também não são fundamentais para a determinação da localização industrial, na medida em que o sistema de transportes na cidade possibilita, com maior ou menor dificuldade, com maior ou menor tempo de deslocamento etc. a interconexão dos lugares dentro da escala temporal de uma jornada de trabalho.

Assim, a fluidez no escoamento da produção e principalmente o incentivo estatal gerando as condições técnicas e logísticas são fundamentais na escolha desta ou daquela área da cidade. Isto é facilmente observável em Aparecida de Goiânia. A presença da BR-153 gera as condições de fácil escoamento da produção, mas o que é fundamental na análise é o papel que as gestões municipal e estadual desempenham,

pois são grandes incentivadoras das empresas industriais se localizarem nesta região de Aparecida.

A BR-153 historicamente no município de Aparecida de Goiânia vem desempenhando papel importante na atração de empreendimentos industriais, pois sua “situação geográfica” acaba por gerar as condições de fluidez e fácil escoamento da produção. Isto pode ser observável na presença de inúmeras indústrias localizadas à margem da rodovia. Entretanto, somente esta questão é insuficiente, pois a atuação do organismo estatal na construção do Distrito Agro-industrial de Aparecida de Goiânia – DAIAG, do Distrito Municipal de Aparecida de Goiânia – DIMAG, do Pólo Empresarial Goiás e do Parque Industrial de Aparecida de Goiânia, todos à margem desta rodovia bem confirmam que acabamos de afirmar.

Vejamos a *tabela 9*:

Tabela 9 - Relação das empresas e empregos gerados no DAIG, DIMAG, Pólo Empresarial Goiás e Parque Industrial de Aparecida de Goiânia

| PÓLO EMPRESARIAL GOIÁS | | | |
|--|------------|------------|-------|
| FUNCIONANDO | CONSTRUÇÃO | EM ANÁLISE | |
| 70 | 46 | 25 | |
| TOTAL DE EMPRESAS | | | 141 |
| EMPREGOS (DIRETOS E INDIRETOS) | | | 6.020 |
| EMPREGOS A GERAR (DIRETOS E INDIRETOS) | | | 3.763 |
| TOTAL DE EMPREGOS | | | 9.783 |
| DAIAG | | | |
| FUNCIONANDO | CONSTRUÇÃO | EM ANÁLISE | |
| 38 | - | - | |
| TOTAL DE EMPRESAS | | | 38 |
| EMPREGOS (DIRETOS E INDIRETOS) | | | 1786 |
| EMPREGOS A GERAR (DIRETOS E INDIRETOS) | | | - |
| TOTAL DE EMPREGOS | | | 1.786 |
| DIMAG | | | |
| FUNCIONANDO | CONSTRUÇÃO | EM ANÁLISE | |
| 66 | 16 | 3 | |
| TOTAL DE EMPRESAS | | | 85 |
| EMPREGOS (DIRETOS E INDIRETOS) | | | 2.046 |
| EMPREGOS A GERAR (DIRETOS E INDIRETOS) | | | 589 |
| TOTAL DE EMPREGOS | | | 2.635 |
| PARQUE INDUSTRIAL APARECIDA | | | |

| FUNCIONANDO | CONSTRUÇÃO | EM ANÁLISE |
|--|------------|---------------|
| 3 | 8 | 38 |
| TOTAL DE EMPRESAS | | 49 |
| EMPREGOS (DIRETOS E INDIRETOS) | | 189 |
| EMPREGOS A GERAR (DIRETOS E INDIRETOS) | | 2.989 |
| TOTAL DE EMPREGOS | | 3.178 |
| TOTAL GERAL DE EMPRESAS | | 313 |
| TOTAL GERAL DE EMPREGOS | | 17.382 |

Fonte: Secretaria de Indústria e Comércio de Aparecida de Goiânia - 2008

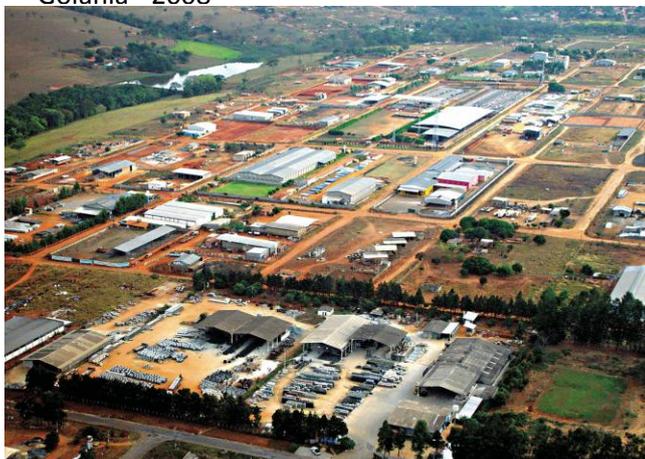
O total de empresas instaladas é de 313, mas o número de empresas em construção e em análise dão a dimensão de que a tendência é aumentar. Desta maneira, esta é uma região da cidade que muito emprega, pois os 165 mil trabalhadores residentes no município, ainda segundo dados da Secretaria de Indústria e Comércio de Aparecida de Goiânia, tem nesta área da cidade um importante local de geração de empregos. Isto remete novamente à idéia de que Aparecida não mais pode ser qualificada como uma cidade-dormitório, pois somando-se a estes empregos também os gerados pelos vários subcentros da cidade, bem como as empresas que não se localizam nestas áreas específicas criadas pela instituição estatal, temos uma quantidade de empregos razoável gerados no próprio município. Isto, entretanto não elimina a migração pendular gerada pela cidade pólo.

Soma-se à sua função industrial, a concentração de motéis, que de certa forma é um outra “especialização” deste lugar no conjunto do aglomerado. Mas uma questão deve ser levantada. Retomando novamente a tese segundo a qual o município pólo da aglomeração (Goiânia) desempenha papel muito importante na maneira como a morfologia espacial dos municípios do entorno de estruturam, pois ela atrai para si os fluxos que constituem os movimentos intra-urbanos destes municípios. A concentração de motéis se dá justamente na região nordeste da cidade, principalmente nas imediações da Região Administrativa Santa Luzia, que é a área conurbada com o município de Goiânia. À medida que se afasta em direção ao sul da cidade de Aparecida, a paisagem vai se tornando cada vez mais especializada no que se refere à função industrial.

Assim, o município de Aparecida de Goiânia é uma realidade sócio-espacial muito mais complexa do que á primeira vista pode parecer. Não é simplesmente uma área destinada à habitação das classes exploradas, embora o seja verdadeiramente. Não é um simples espaço homogêneo, mas complexo e diversificado: sub-centros, áreas

gentrificadas, concentrações industriais etc. são formas deste espaço que revelam funções diversas.

Foto 16 – Distrito Industrial de Aparecida de Goiânia - 2008



Fonte: (SEPLAN, 2003)

Foto 17 – Pólo Empresarial Goiás em Aparecida de Goiânia - 2008



Fonte: (SEPLAN, 2003)

A história de um determinado espaço, portanto de uma dada sociedade, cria uma importante forma de consciência sobre este espaço. Os seres humanos são essencialmente sociais e valorativos (VIANA, 2008), por isto valoram também o seu espaço. Aparecida de Goiânia, por ter sido e ainda ser um importante espaço na estratégia de dominação das classes dominantes, sendo lócus preferencial das classes exploradas, produziu uma forte consciência a seu respeito nos diferentes grupos sociais. Abordaremos, no próximo capítulo, a maneira como este espaço é valorado e concebido.

APARECIDA DE GOIÂNIA: IDEOLOGIA E AXIOLOGIA NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

3.1. Ideologia, axiologia e axionomia

Acreditamos ter apresentado uma leitura mais ou menos pormenorizada acerca do processo de estruturação intra-urbano de Aparecida de Goiânia. Abordamos as dinâmicas regional e intra-urbana, bem como as mediações que existem entre uma e outra de modo que se determinam mutuamente. Resta entretanto, um último aspecto da leitura do espaço que ainda nem de perto o tangenciamos: o aspecto “imaterial” da estruturação intra-urbana.

A abordagem que propomos fazer a respeito desta dimensão do espaço girará em torno fundamentalmente da questão dos valores. Julgamos que esta é uma interpretação negligenciada dentro dos estudos urbanos. Quando é de certa forma discutida, aparece ou *periféricamente* no conjunto do texto, sendo portanto secundária dentro das análises, ou *inconscientemente*, ou seja, o autor coloca a questão sem tê-la na verdade formulado-a conscientemente. Colocá-la como sendo um fenômeno tão importante na estruturação do espaço como qualquer outro, é o objetivo desta parte de nossa pesquisa.

Não podemos fugir, quando vamos discutir a questão dos valores, do debate em torno da ideologia. As discussões acerca da ideologia urbana são amplamente debatidas. Já há vários bons trabalhos que abordam a questão urbana a partir de seus pressupostos ideológicos. A ideologia é um conjunto de idéias sistematicamente organizadas que emerge das entranhas das relações sociais. As idéias não são um algo além, um processo a parte, uma força que vem de outras esferas e domina o homem comum no conjunto de sua vida cotidiana. Ela está profundamente enraizada no conjunto das relações concretas que a produziu.

A ideologia como um conceito teoricamente formulado apresenta uma longa história dentro das ciências sociais e da filosofia. Um debate pormenorizado da constituição histórica deste conceito tomaria demasiado espaço neste trabalho e não cumpriria os objetivos a que nos propomos. Para tanto, há um conjunto de obras às

quais o leitor encontrará uma sistemática abordagem²⁸. O termo “ideologia” apresenta as mais variadas definições. A que empregaremos aqui insere-se num universo conceitual mais amplo e dá uma acepção precisa ao conceito.

Trata-se da concepção marxista do conceito de ideologia. Não é obviamente a interpretação fornecida pelo pseudo-marxismo de cunho leninista e suas variações (trotskismo, stalinismo, grancianismo etc.), que em linhas gerais abordou o conceito de ideologia da maneira como Lênin o formulou, ou seja, como “visão de mundo” para tomar emprestado uma expressão de Goldmann (1967, 1980). Há em nossa sociedade, de acordo com esta interpretação, duas visões de mundo fundamentais: a burguesa e a proletária, constituindo-se assim, duas ideologias antagônicas. Esta concepção tem o grande inconveniente de naturalizar a ideologia, além de lhe retirar o caráter crítico que Marx e Engels lhe deram na *Ideologia Alemã* e escritos posteriores.

Marx e Engels quando encontraram pelos jornais e textos filosóficos esta palavra buscaram no texto que entregaram à “crítica roedora dos ratos” dar-lhe uma precisão conceitual da qual carecia. Deste modo, analisando as filosofias de Bauer, Stirner e Feuerbach, atribuíram a estes autores o qualificativo de um pensamento ideológico, ou seja, falso. Bauer, Stirner e Feuerbach acreditavam, com suas filosofias, que estavam desenvolvendo um verdadeiro processo revolucionário, quando na verdade expressavam simplesmente o atraso alemão no que se refere ao desenvolvimento capitalista. Com suas idéias fora do lugar, ou melhor, com seus sistemas filosóficos distantes da realidade concreta, produziram toda uma elaboração conceitual complexa que não conseguia explicar satisfatoriamente a realidade nem muito menos seu movimento de transformação.

Em escritos posteriores, Marx expressou esta mesma concepção. Em *O Capital*, quando expõe os limites do que denominou de *economia clássica*, demonstrou como esta simplesmente conseguia expressar em termos científicos a realidade colocada pela sociedade capitalista. Também, quando critica a *economia vulgar*, ou seja, aquela que abandonou qualquer preocupação científica ficando somente no nível da apologia do capital, demonstra a mesma concepção de ideologia: falsa consciência sistematizada.

²⁸ Para uma discussão sobre o conceito de ideologia, na perspectiva que vamos abordá-lo aqui Cf. (VIANA, 2007), (LÖWY, 1985), (TRAGTENBERG, s/d), (MARX & ENGELS, 1976, 2002), (KORSCH, 1966).

Esta falsa consciência sistematizada variou ao longo da história. Na antiguidade clássica, estava representada pela filosofia, na Idade Média, pela teologia e na sociedade capitalista pela ciência. Os positivistas, quando discutem a ideologia tomam-na como sendo o saber dotado de pré-noções (DURKHEIM, 1973), ou seja, aquele que não está isento de juízos de valor. Como veremos posteriormente, esta definição não tem o menor sentido, na medida em que não existe qualquer forma de saber que não seja perpassada por todo um sistema de valores, dominantes ou não.

A consciência não pode ser desvinculada do ser. Não há ser sem consciência e da mesma forma, não há consciência que não seja consciência de um determinado ser²⁹. Ou seja, a ideologia é um produto historicamente determinado. Não podemos explicar o mundo partindo da ideologia, pois o contrário é que se dá, só podemos compreender a consciência invertida da realidade, analisando as relações concretas que lhe dão existência.

Assim, para compreendermos o essencial da ideologia urbana, o caminho necessário a ser percorrido é o próprio desenvolvimento do “urbano” como um processo social histórica e concretamente determinado. O melhor exemplo da ideologia urbana é sem sombra de dúvidas o urbanismo. Esta ideologia, entretanto, não é o produto arbitrário de um conjunto de técnicos especializados. Sem sobra de dúvidas, que é produto da especialização do saber derivada da divisão social do trabalho característica das sociedades de classes e principalmente da sociedade capitalista. Mas não se trata de uma criação livre destes técnicos. Os próprios dilemas da cidade capitalista criam a demanda social necessária para o desenvolvimento desta ideologia.

A crítica melhor formulada à ideologia do urbanismo foi realizada por Henri Lefebvre. Em vários de seus trabalhos teóricos, a demonstração rigorosa dos limites e vinculações de classe do urbanismo ocupam papel importante. O urbanismo é simultaneamente uma *ideologia*, ou seja, uma falsa consciência sistematizada que utiliza uma linguagem complexa e uma *prática institucional* que se materializa na cidade. Os urbanistas têm uma auto-ilusão ao considerarem que sua prática consegue apreender a totalidade do urbano, sendo o supra-sumo da síntese dos conhecimentos sobre a cidade

²⁹ “A consciência nunca pode ser mais do que o Ser consciente; e o Ser dos homens é o seu processo da vida real. E se em toda a ideologia os homens e as suas relações nos surgem invertidos, tal como acontece numa câmara obscura, isto é apenas resultado do seu processo de vida histórico, do mesmo modo que a imagem invertida dos objetos que se forma na retina é uma consequência do seu processo de vida diretamente físico”. (Marx & Engels, Lisboa, 1976, p: 23/24).

e o urbano. São entretanto, mais um conjunto de especialistas e técnicos vinculados às classes dominantes na sua prática institucional, geralmente estatal, de esquadriñar a cidade respondendo à *command* ou demanda da classe dominante.

Para Lefebvre: “O urbanismo estaria mais próximo da economia política vulgar, como foi considerada pela análise econômica marxista” (LEFEBVRE, 2002, p. 148/149) do que propriamente aos grandes ideólogos, Smith, Ricardo, Hegel, Sanit-Simon etc. Trata-se de uma apologética da cidade capitalista. De acordo com seu sistema interpretativo, a sociedade passou fundamentalmente por três fases: o rural, o industrial e o urbano. Na realidade, o urbano se coloca como “virtualidade”, na medida em que ainda não é uma realidade existente empiricamente. O urbanismo representa a ideologia do declínio da cidade industrial. Todos os remédios necessários à cura das chagas sociais criadas pela cidade capitalista provém das práticas do urbanismo.

De Hausman a Le Corbusier. De Le Corbusier a Benevolo e Mumford, há uma linha de continuidade muito forte que é a ideologia urbanística. Uns mais críticos, outros nem tanto. O fio condutor que une estas disparatadas perspectivas é a confiança na prática do urbanismo como uma solução necessária para os problemas criados pela cidade produzida pelo modo de produção capitalista. O interessante a se notar é que os urbanistas de um modo geral conseguem compreender e mesmo analisar as transformações ocorridas na cidade em termos históricos, ou seja, a produção da cidade como sendo mais um elemento de reprodução total da sociedade. Se há mudanças históricas significativas, naturalmente que a maneira de se produzir as cidades também se modificará.

Entretanto, à medida que se dedicam à análise da cidade capitalista, impregnados como estão pela ideologia do urbanismo, só conseguem ver as transformações nesta cidade como derivadas das ações institucionais dos urbanistas. Deriva daí o fetiche que as cidades-jardins exercem no pensamento de Benevolo (2001). É neste plano que a crítica lefebvrea é bastante ácida, ou seja, para ele o urbanismo representa os últimos suspiros do pensamento sobre a cidade de um ponto de vista capitalista.

Sua idéia é apresentar uma alternativa marxista à leitura da cidade. Articula num todo coerente o pensamento revolucionário marxista da transformação radical da sociedade com uma particular interpretação da transformação da cidade e portanto do urbano. O processo revolucionário passa a ser denominado por ele de *revolução urbana*. A passagem da fase industrial para a urbana é a realização da estratégia urbana, que

consiste em linhas gerais na materialização do direito à cidade. Este se dá através do retorno à centralidade, da tomada do centro pelas classes exploradas e na subordinação da indústria ao urbano.

Em que pese trate-se de uma tese bastante original, não deixa de ser também bastante exótica. Se as apreciações diagnósticas, ou seja, de crítica à cidade industrial estão plenamente corretas, sua prospecção é ideológica, ou seja, falsa de um ponto de vista revolucionário. A retomada do centro pelas classes exploradas é uma tese abstrata, cuja materialização não é visível no plano histórico. Na verdade, acaba por se constituir numa estratégia conservadora, pois as vias de sua concretização não são claras. No final, sua concepção segundo a qual o “urbano” subordinará a “indústria” como tudo o mais na vida social é meramente uma construção ideal, que não apresenta as possibilidades de sua concretização.

O conjunto de ideologias que ao mesmo tempo derivam e alimentam o urbanismo (ecologia humana, economia política urbana, geografia urbana etc.) são satisfatoriamente abordadas por Gottdiener (1997) e Castells (2000). Em que pese haja discordâncias entre as concepções defendidas por cada um, no geral, a crítica às diversas ideologias urbanas por eles apresentadas, e com as quais compartilhamos, estão de acordo. Por esta razão não analisaremos cada uma das ideologias criticadas por eles, o que tornaria nosso texto pedante, à medida que tais críticas já foram realizadas por estes autores.

O que nos preocupa neste momento, entretanto, não é discutir ou criticar as ideologias tomadas isoladamente. É necessário demonstrar qual a relação entre ideologia e valores e mais especificamente entre ideologia e axiologia. As ideologias já foram sistematicamente criticadas. A expressão no nível da consciência das relações sociais é um fenômeno naturalmente humano. Necessariamente apreendemos por meio de nossa consciência os processos existentes concretamente. Isto ocorre em qualquer tipo de sociedade, desde as sociedades simples mais homogêneas, até às sociedades divididas em classes sociais, portanto heterogêneas no que se refere à produção de consciência e valores.

A produção da ideologia deriva do processo histórico e portanto das relações sociais que produzem aquelas idéias. Entretanto, como vimos, a ideologia é uma consciência invertida da realidade. A inversão da consciência é um processo extremamente complexo de interpenetração de processos. A base fundamental sem sombra de dúvidas é existência de interesses conflitantes no seio de uma mesma

sociedade. A classe social que detém o poder econômico, político e social exerce também uma hegemonia cultural sobre as demais classes. Assim, as idéias que esta classe produz, que são expressão de seus interesses particulares, acaba por se tornar as idéias dominantes no conjunto da sociedade.

A expressão marxista segundo a qual as idéias dominantes numa época são as idéias da classe dominante (MARX & ENGELS, 1981) não é somente uma frase brilhante, mas é fundamentalmente a expressão no nível teórico de uma realidade que se nos apresenta bastante confusamente. Envolvidos como estamos no turbilhão das relações sociais, temos muita dificuldade de apreender a historicidade das relações, das idéias, dos valores, enfim, da sociedade em que vivemos. Naturalizamos tudo o que nos circunda, tomamos por necessário o que na verdade é transitório.

Para nós:

Naturalizar (...) é o ato, a ação de eternizar, de introjetar relações históricas considerando-as invariavelmente necessárias à reprodução de uma dada organização social. A naturalização é um dos fenômenos fundamentais para compreendermos a aceitação de determinadas relações sociais por grupos e classes sociais distintos. Note que aqui não estou buscando explicar os porquês, as determinações que fazem com que as relações de subordinação e exploração se perpetuem, pois aí muitas outras determinações entram em jogo, tais como: o estado, a ideologia, os valores, as organizações de comunicação etc. Naturalizar é aceitar como invariável, o variável; cotidiano, banal, o essencial; natural, o histórico; enfim, retilíneo, o ondulado. Ou seja, a naturalização impede o pensamento de abstrair a realidade, de analisá-la, de compreendê-la. É necessário, portanto, não nos desvincularmos de nossa realidade social, nem de seus conceitos inextrincáveis, mas pelo contrário, compreender que esta realidade social e os conceitos que lhes são inerentes são determinados historicamente (SANTOS, 2007, p. 4)

A naturalização das relações é um fenômeno complexo e entre os processos que o explicam estão a ideologia e os valores. A formação social da consciência na naturalização das relações sociais é fundamental, pois seus construtos permitem que se construa poderosas racionalizações. Entretanto, a questão racional é somente uma das determinações, os *valores* e os sentimentos também contribuem sobremaneira para materialização deste fenômeno. Sem sombra de dúvidas que a determinação

fundamental é a existência das classes sociais e dos conflitos de interesses que derivam daí³⁰.

Deixaremos de lado a questão dos sentimentos, pois tomaria muito tempo e fugiria um pouco aos objetivos que nos propomos agora, ou seja, compreender a relação entre axiologia e espaço intra-urbano. Já afirmamos que os valores influenciam na elaboração das ideologias, resta entretanto provar esta afirmação. Se já sabemos o que é ideologia, perguntamos: o que são valores? Como ideologia e valores se relacionam? Como podemos perceber o processo de valoração no que se refere ao espaço intra-urbano?

Há várias concepções e definições de valor. Vasquez (1975) faz a distinção entre duas concepções correntes acerca da consideração da natureza dos valores: trata-se da idéia de subjetividade e de objetividade dos valores. A *posição subjetivista* defende a tese segundo a qual são os elementos de características pessoais, psicológicas que determinam a natureza do valor dos objetos e relações. O grande problema do subjetivismo é que ele não consegue compreender que o processo de valoração não é individual, pois estes indivíduos vivem em uma dada sociedade, numa determinada época e as relações sociais estabelecidas influenciam ou determinam a maneira como os indivíduos desta sociedade valoram as coisas.

O objetivismo axiológico sustenta-se na idéia segundo a qual os valores têm existência em si, ou seja, não são nem uma propriedade das coisas e objetos, nem dos seres humanos. O belo é o belo que se encarna nas coisas belas, o bom é o bom que se materializa em tudo aquilo que é bom e assim por diante. As questões centrais do objetivismo são: independência das coisas e objetos e independência dos seres humanos para existir o valor. O absurdo desta concepção é evidente. Como considerar um determinado valor que tenha existência independente daquilo que é valorado e principalmente do ser humano? Somente um idealismo radical, portanto, uma consciência coisificada conseguirá ver esta propriedade do valor. É impossível imaginar um valor que não seja inerentemente humano.

³⁰ Para uma discussão sobre a idéia de determinação e determinação fundamental Cf. (VIANA, 2001). Também (MARX, 1982) é importante referência para esta discussão. Neste texto Marx defende a idéia segundo a qual “O concreto é síntese de múltiplas determinações”. Aliás é desta idéia fundamental que Viana (2001) deriva sua idéia de determinação e determinação fundamental no intuito de superar as problemáticas suscitadas pela noção de causalidade.

Deste modo, à pergunta: o que é valor? Respondemos com a concepção defendida por Viana (2002) segundo a qual:

Os valores, por conseguinte, são o conjunto de “seres” (objetos, ações, idéias, pessoas, etc.) que possuem importância para os indivíduos ou grupos sociais. Portanto, se dissermos que algo é um valor, queremos simplesmente dizer que ele é significativo, importante (VIANA, 2002, p. 79).

Se é inerente ao ser humano valorar, ou seja, atribuir valor a todos os “seres” (relações, objetos, ações etc.) não podemos aceitar as teses de “neutralidade axiológica” defendidas por várias tendências dentro da ciência³¹. Se no campo da produção do saber sistemático (ciência, filosofia) a neutralidade axiológica é impossível, nas outras esferas da vida verificamos o mesmo processo.

Se a ideologia é o processo segundo o qual as idéias são produzidas reproduzindo os interesses das classes dominantes, os valores são uma maneira eminentemente humana de considerar valioso, importante, des-valioso ou des-importante os seres (objetos, ações, relações etc.). De acordo com Viana (2002), em nossa sociedade há fundamentalmente dois sistemas de valores em permanente conflito. O conjunto de valores característicos das classes dominantes é denominado por ele de *axiologia*. Dentre estes valores dominantes podemos encontrar: a competição, ascensão social, dinheiro etc. Estes elementos são simultaneamente normas de conduta e valores, valores no sentido de ser considerado importante nesta sociedade.

Entretanto, a ele se opõe todo um sistema valorativo, que na sociedade capitalista é marginal, subordinado. Este é denominado por Viana (2002) de *axionomia*. A axionomia é um neologismo criado pelo autor para demonstrar que a sociedade burguesa, dada a sua organização de classe, produz formas diferentes de valores. As sociedades simples, não fundadas na divisão de classes sociais, produz um conjunto de valores que apresentam certa homogeneidade, pois não há interesses inconciliáveis em seu interior. Desta maneira, estas sociedades apresentam um sistema de valores mais homogêneos. Em contra partida, as sociedades fundadas na divisão de classes, dada a natureza contraditória de suas relações, pois há em seu interior um conjunto de interesses que são inconciliáveis. Há a existência de interesses que expressam somente

³¹ Para uma crítica à idéia de neutralidade axiológica Cf. (VIANA, 2007), (LÖWY, 1978, 1985), (KORSCH, 1966) entre vários outros.

as perspectivas de uma classe social, estes necessariamente em contradição com os de outras classes.

Exemplifiquemos. Em nossa sociedade é de interesse da classe dominante fazer com que os trabalhadores trabalhem cada vez mais e em ritmo cada vez mais intenso. Isto é determinado pela “essência” de nossa sociedade, ou seja, a produção de mais valia. O capitalismo não é meramente um modo de produção de mercadorias como outros, escravismo por exemplo e feudalismo também, mas em menor dimensão. Ele é antes de mais nada um modo de produção de mais valia. A mais valia é conseguida, já havia revelado Marx (1982) no século 19, fundamentalmente de duas maneiras: aumentando o tempo de trabalho (mais valia absoluta) e alterando o processo de trabalho, seja através do incremento de novas tecnologias ou modificando sua organização e gerência (mais valia relativa).

Desta maneira, por ser objetivo da produção capitalista a produção de mais valia e não a satisfação das necessidades humanas, os capitalistas buscam cada vez mais aumentar a exploração no processo de trabalho. No reverso da medalha, encontra-se aqueles que são cotidianamente espoliados na realização deste trabalho, o conjunto da classe trabalhadora. Por serem brutalmente explorados, estes buscam de todas as formas evitar este trabalho, esta recusa, que pode ser consciente ou não³², é expressão de interesses opostos aos dos capitalistas. Esta é a contradição fundamental que se dá na produção material da vida em nossa sociedade. É claro que não pára por aí, ela se estende para o conjunto da vida e inunda a sociedade inteira.

Deste modo, o trabalho é valorado em nossa sociedade segundo duas perspectivas fundamentais: a axiológica e a axionômica. A perspectiva axiológica é a valorização do trabalho de um ponto de vista capitalista, ou seja, de que este é “bom”, de que o trabalho “dignifica o homem”, “devemos trabalhar até o limite de nossas forças”,

³² Jesen (2001) apresenta esta recusa da seguinte forma: a luta operária passa geralmente por três estágios distintos. O primeiro é o nível das lutas espontâneas, “inconscientes”, ou seja, é a recusa cotidiana do trabalho alienado que ainda não se expressou numa discursividade, ainda não é uma luta consciente. Esta pode ser observada no absentismo, sabotagem de máquinas, parar o trabalho, roubo de utensílios e mercadorias etc. O segundo estágio é o das lutas autônomas, ou seja, quando a recusa do trabalho já alcançou um certo nível de organização, quando já há criação de uma certa discursividade. Neste momento, os trabalhadores já romperam com suas burocracias (partidárias e sindicais) e se afirmam autonomamente enquanto classe. Entretanto, falta ainda neste estágio a consciência revolucionária, ou seja, aquela que nega o capital e a burocracia e afirma a autogestão social. Quando a recusa do capital chega ao nível da afirmação da autogestão, temos aí o terceiro estágio das lutas operárias: as lutas autogestionárias.

de que quem “não trabalha é preguiçoso”, de que quem não está produzindo é “inútil” etc. A valoração axiológica da ascensão social, competição etc. só corroboram esta maneira de conceber o trabalho.

Já a perspectiva axionômica caminha justamente em direção contrária. De um ponto de vista “proletário”³³, o trabalho deve ser concebido segundo duas maneiras distintas: trabalho como alienação e trabalho como objetivação (Marx, 1988). O trabalho alienado é aquele realizado sob condições de exploração e submissão dos trabalhadores, trata-se de uma forma de trabalho na qual aquele que realiza o processo de trabalho não tem o domínio sobre o tempo de trabalho, os objetivos do trabalho, as condições em que são realizadas este trabalho e muito menos do produto de seu trabalho.

O trabalho como objetivação, pelo contrário, é aquele que realiza as potencialidades humanas em sua inteireza. Trata-se do movimento no qual o trabalho deixa de ser um meio para espoliar o trabalhador e passa a ser o fim da atividade humana no sentido de satisfazer suas necessidades. Naturalmente que a “consciência” empírica dos trabalhadores não está assim apresentada. Os trabalhadores também valoram seu trabalho de um ponto de vista axiológico, posto que seu sistema de valores é atravessado pelos valores dominantes e pela ideologia burguesa também dominante.

Não é o caso, portanto, para se saber como os trabalhadores valoram seu trabalho realizar em vários locais de trabalho pesquisas de tipo *survey* e determinar, por exemplo, que 25% dos entrevistados “gostam” de seu trabalho, 45% odeia absolutamente a atividade que realiza, 25% considera que tanto faz e 5% não sabe responder³⁴. Uma pesquisa desta natureza não pode revelar muito sobre a consciência dos trabalhadores. Conseguirá, no máximo, revelar a apreensão que os trabalhadores têm de sua vida cotidiana e mesmo assim só o conseguirá muito precariamente, pois desconsiderará o caráter contraditório da consciência dos trabalhadores.

A produção da ideologia é profundamente determinada pelos valores do ideólogo em questão e da mesma forma, a ideologia produzida passa a ser valorada pelo conjunto daqueles que a conhecem: axiologicamente ou axionomicamente. Assim, pode-se dizer que há dois momentos, o da produção da ideologia e o do consumo desta ideologia. Como toda produção humana, a ideologia é produzida de acordo como os

³³ Por ponto de vista proletário considero todos aqueles que partem da perspectiva dos explorados e grupos oprimidos e que apontam para a superação desta condição de explorados.

³⁴ Estes dados são fictícios. Não representam nenhuma pesquisa empírica realizada de fato.

valores daquele ou daqueles que a produziram. Da mesma forma, aqueles que entram em contato com a ideologia produzida passam a valorá-la segundo duas perspectivas, a axiológica ou a axionômica.

Por exemplo, Taylor (1970) quando escreveu seus “*Princípios de Administração Científica*”, o fez de acordo com seus valores. Os seus princípios não são muita coisa além do que a prática cotidiana das empresas de seu tempo. O que ele fez foi criar um sistema ideológico o qual denomina de administração científica do trabalho, utilizando para tanto uma linguagem complexa (científica) para justificar o sistema de produção do qual ele era um agente direto, visto que engenheiro dedicado à área de produção.

Todo o livro de Taylor é fundado num conjunto de valorações com relação ao trabalhador que muito bem revelam o caráter axiológico de seu livro. Por exemplo, quando defende a separação entre a gerência da empresa e o conjunto dos operários que nela trabalham, a apreciação, julgamento ou valoração é a seguinte:

(...) a ciência que estuda a ação dos trabalhadores é tão vasta e complicada, que o operário, ainda mais competente, é *incapaz* de compreender esta ciência, sem a orientação e auxílio de colaboradores e chefes, quer por falta de instrução, quer por *capacidade mental insuficiente* (TAYLOR, 1970, p. 41). (grifos meus)

Sem evidentemente apresentar qualquer análise que comprove esta tese, isto simplesmente demonstra como a classe social da qual ele era parte integrante valorava a classe operária: incapaz, inferior, pouco inteligente etc. Neste caso, a valoração axiológica que ele tem do conjunto da classe trabalhadora acaba por constituir no cerne de sua elaboração ideológica. A divisão entre capazes e incapazes é central em sua concepção, pois este é fulcro de sua argumentação. Ou seja, aqueles que detêm o saber científico necessário devem estar à frente da organização do processo de trabalho, ao passo que aqueles que não são suficientemente instruídos devem simplesmente executar as tarefas pré-determinadas pelos técnicos. O que quero dizer é que o conjunto de valores do autor determinou seu sistema ideológico, mas numa perspectiva axiológica.

Não é tão difícil encontrar saberes sistemáticos, teóricos que partam de outra perspectiva. Marx (s/d) ao analisar o processo de luta dos trabalhadores, procura encontrar justamente elementos que vão na contramão do que afirma Taylor. Naturalmente que Marx não polemizou diretamente com este, pois escreveu suas obras

muito antes deste, mas a perspectiva de classes dos dois autores é facilmente verificável. Quando Marx polemizou com Proudhon na sua obra “Miséria da Filosofia”, procurou justamente encontrar no movimento da classe operária os elementos criativos, originais, próprios do proletariado revolucionário.

Viu nas “coalizões operárias” o elemento negativo da sociedade capitalista. Estas coalizões eram organizações criadas e mantidas pelos trabalhadores com o intuito de levarem a cabo suas próprias lutas. Organizavam greves, ajudavam os trabalhadores em greve a organizar fundos para se manterem, pois se estavam em greve não recebiam salários etc. Enfim, Marx analisando o movimento da classe operária procurou elementos que demonstravam o caráter criativo desta classe. Isto não é nem um pouco gratuito, na verdade também aqui os valores do autor são muito importantes para compreender sua elaboração teórica. Valorando a classe operária de um ponto de vista axionômico, Marx conseguiu identificar muitas características da dinâmica social que um autor partindo de uma perspectiva axiológica jamais conseguiria ver. A este fenômeno, como já ressaltamos, Marx deu o nome de “limites intransponíveis da consciência burguesa”.

Os valores também são fundamentais no ato de ler e estudar as ideologias (também as teorias). Silva (1974) ao referir-se a Taylor afirma:

Embora classificado profissionalmente como engenheiro-metalúrgico Frederick Winslow Taylor foi acima e antes de tudo engenheiro-social. Mais do que isso inventor social. A administração científica, cujos princípios descobriu e formulou, partindo da análise do trabalho na intimidade das fábricas, representa uma das *grandes invenções sociais de todos os tempos*. Com efeito, Taylor emparelha-se com os maiores inventores que se notabilizaram no campo social, como Robert Owen, criador do cooperativismo, Florence Nightingale, criadora da Cruz Vermelha, Zamenhof, inventor do esperanto e outros da mesma família (SILVA, 1974, p. 7) (grifos meus).

Logo em seguida compara-o com outros inventores da física, química e mecânica, como James Watt, Graham Bell, Thomas Edison etc. Já está bastante claro como (SILVA, 1974) valoriza a obra de Taylor. Afirmando que a administração científica é uma produção deste autor, considera-a como uma das “grandes invenções sociais de todos os tempos”. Toda a análise que faz do pensamento de Taylor é no sentido de lhe atribuir grande importância e notabilidade. Sendo a obra de Taylor ideológica e

axiológica, também a leitura de Silva é determinada por valores axiológicos, posto que não aponta os limites e vinculações de classe que esta ideologia representa.

Em contra-partida, há leituras que partem de outros pressupostos e chegam, portanto, a resultados bastante distintos. Tragtemberg (s/d), pelo contrário apresenta as “teorias” gerais da administração, entre elas a de Taylor como sendo ideologias, ou seja, falsas consciências sistematizadas. É claro que esta leitura não é gratuita, ou seja, Tragtemberg não chegou a esta conclusão fundamental somente analisando os fundamentos da ideologia tayloriana, ou melhor, a escolha dos fundamentos a serem analisados é determinada pelos valores do autor. Deste modo, se Silva (1974) procura demonstrar a grande capacidade criativa de Taylor, Tragtemberg (s/d) demonstra o caráter de classe e a função geral das ideologias administrativas no conjunto da reprodução capitalista.

Uma mesma obra é analisada de maneiras completamente distintas. Por que isto ocorre? Para nós a questão fundamental encontra-se na perspectiva de classe de cada um e deste modo, a maneira como valoram a obra varia de acordo com esta perspectiva. Silva valor-a axiologicamente e Tragtemberg a valora axionomicamente. Só podemos separar ideologia, axiologia e axionomia no plano analítico, visto que na realidade concreta elas não são separáveis; embora, como vimos, se distingam claramente.

Respondidas as questões iniciais, ou seja, o que é ideologia, axiologia e axionomia e como elas se relacionam, resta o problema central de nossa análise: como o espaço intra-urbano é valorado em nossa sociedade? Qual a relação entre espaço intra-urbano e axiologia? Responderemos estas questões no próximo tópico.

3.2. Espaço intra-urbano de Aparecida de Goiânia e a questão dos valores

Ideologia, axiologia e axionomia são deveras coisas distintas. Uma está fundamentalmente imbricada na outra. A separação analítica entre elas é algo que apresenta algumas dificuldades, mas que não é de todo impossível de ser realizada. Os valores, sejam axiológicos ou não, as idéias sistemáticas (teóricas ou ideológicas) são um processo social extremamente complexo e não podem ser analisadas separadamente das práticas sociais às quais estão diretamente vinculadas.

É por isto que Marx (2002), na sua segunda tese sobre Feuerbach afirma:

A questão de atribuir ao pensamento humano uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas sim uma questão prática. É na práxis que o homem precisa provar a verdade, isto é, a realidade e a força, a terrenalidade do seu pensamento. A discussão sobre a realidade ou irrealidade do pensamento – isolado da práxis – é puramente escolástica (MARX, 2002, p. 100).

Naturalmente abordando o problema da ideologia, Marx não vislumbra, partindo de uma perspectiva materialista, a possibilidade de existir qualquer produção ideológica ou de consciência, ou como denomina neste texto, de pensamento, que não seja diretamente vinculada à práxis. A produção do pensamento só pode ser compreendida no conjunto das relações historicamente determinadas nas quais aquele que produz esta forma de pensamento esteja inserido. É partindo, portanto, das relações concretas que podemos compreender a produção da *ideologia* e também da *teoria*.

O mesmo se passa com a produção dos valores. Estes não são elaborados à revelia das condições concretas de uma determinada sociedade. Não é como o objetivismo axiológico propaga, ou seja, existe um valor *ad eternum*, que independe do ser humano. Também os valores não são meramente uma produção psicológica individual, posto que inseridos num processo muito mais amplo de relações concretas que acabam por determinar seu conteúdo e intensidade. Como já foi ressaltado, tanto o pensamento sistemático (ideologia, teoria) quanto os valores estão inseridos no conjunto de reprodução das relações sociais em sua totalidade e é somente dentro deste quadro que podemos analisá-los.

A idéia de produção espacial já é em si uma perspectiva de se conceber o espaço. Naturalmente que nela estão imbuídos valores, concepções etc. A produção do espaço é um processo bastante amplo e complexo que envolve uma quantidade enorme de elementos que se entremeiam e cujo resultado é um espaço-físico, materializado geograficamente. Este, entretanto, é a dimensão visível, paisagística do espaço.

O espaço físico, resultado de um turbilhão de processos, é somente a parte que contém os elementos mais sensíveis no que concerne à produção espacial. O espaço intra-urbano não pode ser reduzido ao conjunto de praças, ruas, prédios, casas etc. O cimento, o aço e o asfalto são mediações de práticas sociais concretas que se fixam em determinados lugares.

Existe um debate acerca da teoria do espaço no qual este é entendido ora como um mero reflexo das relações sociais, ora como um produto/produtor das relações sociais. A ecologia humana, a economia política marxista etc. (Cf. Gottdiener, 1997)

afirmam que o espaço é um receptáculo, uma *tabula rasa* sobre a qual se desenvolve a atividade humana. A perspectiva segundo a qual o espaço não pode ser tido somente como uma folha em branco sobre a qual é escrita a história, afirma que este é imbuído de uma *ontologia*. A sociedade possui uma dimensão espacial e esta dimensão espacial apresenta elementos próprios, conceitos imanentes e deve ser analisada segundo categorias particulares.

Uma das obras mais prolíficas neste sentido é são as pesquisas de Lefebvre (2001; 2002) sobre o espaço, a cidade e o urbano. Sem conceber o espaço como sendo mero reflexo da ação humana, nem muito menos considerá-lo um “ser” com vida própria e autonomia em relação às relações sociais, como fizera um certo determinismo geográfico, Lefebvre (2001; 2002) abriu um amplo caminho para os estudos acerca da condição espacial.

É nesta linha que Santos (1996a) dedica toda a primeira parte de seu livro: “*A natureza do espaço: técnica e tempo razão e emoção*” ao que denomina de “*Uma ontologia do espaço: noções fundadoras*”. Procurando fugir de concepções deterministas, ou seja, aquelas que defendem que a atividade humana, as relações sociais são uma função direta das condições “geográficas” e da mesma forma, buscando evitar a hipótese segundo a qual existe uma total independência da sociedade em relação ao quadro geográfico, afirma:

Objetos não agem, mas sobretudo no período histórico atual, podem nascer predestinados a um certo tipo de ações, a cuja plena eficácia se tornam indispensáveis. São as ações que, em última análise, definem os objetos, dando-lhes um sentido. Mas hoje, os objetos “valorizam” diferentemente as ações, em virtude de seu conteúdo técnico. Assim, considerar as ações separadamente ou os objetos separadamente, não dá conta da sua realidade histórica. Uma geografia social deve encarar, de modo uno, isto é, não-separado, objetos e ações, “agindo” em concerto (SANTOS, 1996, p. 70a)

Esta concepção é bastante precisa quando supera o velho debate do dualismo dentro da geografia. Não existe oposição, hierarquização na relação das sociedades com seu espaço; nem muito menos há complementaridade. Todas estas expressões são na verdade produto de uma determinada concepção cuja matriz é ainda o dualismo sociedade/natureza; sociedade/espaço. Em que pese o pensamento de Milton Santos dê um importante salto qualitativo, incorporando obviamente contribuições anteriores, sua linguagem abre margem para uma interpretação dualista. Há os objetos:

o quadro geográfico, ou como denomina: *sistema de objetos*; e há as ações, que implica naqueles que agem – os seres humanos, a sociedade – ou em suas próprias palavras: *sistemas de ações*. Sistemas de objetos e ações se inter-relacionam de maneira complexa na contemporaneidade produzindo o “meio-técnico-científico-informacional”. Mesmo superando na concepção, na tese a visão dualista dentro da geografia, o autor utiliza uma linguagem que é fundada no sistema que busca criticar.

Deste modo, resta inserir esta concepção num outro sistema lexical para que a abordagem seja construída plenamente em novas bases. Na verdade, não são tão novas assim, pois encontram-se já em Henri Lefebvre. Em todo seu esforço para romper com a influência do estruturalismo e do economicismo no pensamento marxista do final da década de 1960 e na de 1970, Lefebvre nos seus estudos sobre o espaço e particularmente sobre a cidade e o urbano desenvolveu toda uma concepção na qual sociedade e espaço não aparecem como dois separados que se relacionam. O espaço é tido como um todo estruturante do processo de produção e reprodução da sociedade inteira.

De acordo com Gottdiener (1997), para Lefebvre, o espaço é multifacetado. É uma *força produtiva da sociedade*, considerado não como “terra” ou “solo”, mas como forma. O arranjo espacial dos elementos da sociedade acaba por se configurar ele próprio em um “agente” facilitador ou dificultador da produção da vida como um todo. Este aspecto também é observado por (VILLAÇA, 2001), que compara esta característica da dimensão espacial com a análise que Marx desenvolveu do processo de cooperação, considerando-a ela própria como um dos elementos das forças produtivas. Por isto, o espaço não é um mero receptáculo.

Mas ao mesmo tempo que o espaço é considerado como uma força produtiva, ele é simultaneamente produto. Produto evidentemente das relações sociais concretas que necessitam daquele tipo de espaço. Deste modo, um espaço apropriado para o consumo turístico, deve ser produzido com esse fim. Uma área da cidade destinada à recreação deve ser produzida com este objetivo etc. É por esta razão que não podemos considerar o espaço como sendo um sujeito, um ser autônomo determinando a maneira como as sociedades se desenvolvem.

O controle do espaço pelas instituições dominantes, notadamente o estado, é elemento central no exercício do poder por estas instituições. A produção das segregações, como já vimos, é o processo mais claro de como tal dominação ocorre através da realização de estratégias espaciais. E é claro, também a luta de classes se

desenrola num “terreno” espacial, e na linguagem lefebvreana chamaríamos de espaço abstrato a dimensão das instituições dominantes (estado, grandes corporações, agentes poderosos do mercado imobiliário etc.) e das estratégias espaciais de reproduzir esta dominação (segregação, planejamento, urbanismo etc.).

Clarificada nossa concepção, retomemos o fio da meada. A produção de uma determinada forma de estruturação do espaço intra-urbano deve ser inserida dentro deste quadro conceitual apresentado para ser satisfatoriamente compreendida. Não é naturalmente um processo fortuito, que dependa da ação consciente de um indivíduo, conjunto de indivíduos ou mesmo de instituições. É pelo contrário o resultado dinâmico de um conjunto de práticas contraditórias, conflituosas, que em muitos casos não exclui a violência mais deliberada, a barbárie completa. Exemplos de barbárie relacionadas a estes conflitos estão espalhados aos milhares pelos anais da humanidade.

Os seres humanos fazem a história, mas não a fazem sob condições de sua escolha (sic). Não determinamos com muita clareza o que devemos ou não fazer em determinadas condições históricas; seguimos, na maioria das vezes inintencionalmente, as relações e os rumos criados por nós mesmos enquanto seres humanos produtores de história. Assim, o processo de produção espacial envolve uma gama de relações, que parecem ter independência da própria capacidade humana de produzir sua história, portanto seu espaço.

As ações das classes dominantes (burguesia e classes auxiliares) representa em nossa sociedade o caminho principal na estruturação do espaço intra-urbano. Outros caminhos são naturalmente colocados (como possibilidade, mas são marginais sob o capitalismo³⁵). De fato, se analisarmos a maneira e principalmente os processos pelos quais foram se estruturando a RMG, a ação das classes dominantes seja institucionalmente, através do estado, ou por meio da atração que sua localização exerce sobre a infra-estrutura intra-urbana e simultaneamente o poder que estas classes têm de expulsar para periferias cada vez mais distantes as classes exploradas, identificaremos um rígido esquema estruturação espacial.

As estratégias espaciais, portanto, são fundamentais para a manutenção dos processos de dominação, que por sua vez engendram este espaço. A valoração

³⁵ Para uma discussão sobre este tema Cf. (SANTOS, 2007). Neste artigo, busco analisar a produção dos *espaços privados* e dos *espaços públicos* como resultados diretos da estruturação espacial característica do capitalismo. Como ação contraditória, sugiro o conceito de *espaços coletivos*, como formas marginais, portanto revolucionárias de produção espacial.

axiológica da estruturação do espaço intra-urbano urbano está naturalmente envolvida neste conjunto de relações. Uma maneira de se identificar uma leitura axiológica do espaço atravessada por elementos e traços ideológicos é analisando-se a produção jornalística sobre o espaço intra-urbano.

O jornalismo é fundamentalmente uma descrição de fatos cotidianos. Cada caderno de um jornal é uma enumeração incontável de fatos corriqueiros e também de acontecimentos que com o desenrolar histórico adquirem certa notoriedade. Naturalmente que a escolha dos fatos já expressa valores e a maneira como estes fatos são relatados é perpassada pelas ideologias dominantes.

Bourdieu (1997) afirma sobre o jornalismo:

A ausência de interesse pelas mudanças insensíveis, isto é, por todos os processos que, à maneira da deriva dos continentes, permanecem despercebidos e imperceptíveis no instante, e apenas revelam plenamente seus efeitos com o tempo, vem redobrar os efeitos da amnésia estrutural favorecida pela lógica do pensamento no dia-a-dia e pela concorrência que impõe a identificação do importante e do novo (o furo) para condenar os jornalistas, esses jornalistas do cotidiano, a produzir uma representação instantaneísta e descontínuista do mundo (BOURDIEU, 1997, p. 140)

Para comprovar esta tese basta uma rápida e fácil olhadela pelas páginas dos jornais durante um período de tempo relativamente prolongado, uma década por exemplo. Não se encontrará, salvo em raríssimas exceções, nenhuma leitura de conjunto das relações sociais, a qual dê um mínimo de nexos teórico para a compreensão do fenômeno que se está analisando. No final das contas, o leitor termina de “degustar” seu jornal com algumas dezenas de informações em sua memória, que se destinam a desaparecer à leitura do jornal no amanhecer do dia seguinte.

A informação jornalística é extremamente precíval. A procura desenredada pelo furo jornalístico, ou seja, a última informação, é muito mais importante do que o debate, a apresentação metódica, a discussão aprofundada e prolongada de um determinado tema. Bourdieu (1997), analisando esta característica do que denomina de “campo jornalístico”, afirma que a busca pelo furo é um valor em si mesmo para o jornalismo. O furo é muito mais valorizado pelos pares jornalistas do que pelo público leitor em geral. Isto gera uma competição entre as agências jornalísticas, expressando mais um valor tipicamente capitalista, ou seja, a competição. O ciclo vicioso está fechado: Competição – Furo – Competição ... O tempo para a exposição sistemática e

aprofundada da realidade cede lugar à corrida frenética para encontrar o furo antes da agência concorrente.

Não é objetivo aqui elaborar uma teoria a respeito do jornalismo. Estas considerações foram feitas para demonstrar que para nós o texto jornalístico não é um valor em si mesmo. Da mesma forma que os dados estatísticos não podem ser considerados o fundamento da explicação teórica, mas simplesmente um limitado fator no conjunto da explicação, também o texto jornalístico deve ser avaliado criticamente. Primeiro pelas próprias limitações do jornalismo contemporâneo e em segundo lugar pela valoração axiológica que faz dos fenômenos, bem como à reprodução ideológica imanente ao conjunto de seus textos.

Villaça (2001) apresenta um debate muito interessante a respeito da maneira como o jornalismo aborda o espaço intra-urbano. Fazendo uma análise de conteúdo identificou estatisticamente as referências a logradouros públicos em jornais de grande circulação do Rio de Janeiro e de São Paulo. Sua pesquisa demonstrou que os jornais davam muito mais atenção às áreas da cidade habitadas pelas classes dominantes. Tanto os centros tradicionais, como as áreas destinadas às classes exploradas receberam poucas referências. Considerando que o jornal é uma fala sobre o mundo, nem a melhor, nem a pior, talvez mais esta do que aquela, mas com certeza episódica e descontínua, tal como afirma Bordieu (1997), tem-se que é de se tomar nota a valoração de uma área em detrimento da outra.

Fundando sua explicação para este fenômeno em sua teoria do processo de estruturação do espaço intra-urbano, Villaça (2001) afirma:

Outra ideologia, da mesma natureza, é aquela que procura identificar “a cidade” com a parte da cidade onde se concentram as camadas de mais alta renda. Nesse sentido, desenvolvem-se preconceitos com relação a outras regiões que não essa parte da cidade (VILLAÇA, 2001, p. 348)

O que denomina de ideológico é na verdade axiológico. Valorar as áreas da cidade onde se localizam as classes exploradoras e torná-las a própria imagem da cidade é um processo que evidencia as relações de dominação e exploração existentes em nossa sociedade e o espaço como um todo estruturante desta sociedade. Não se trata de uma ideologia na medida em que não é uma consciência sistematizada da realidade, mas simplesmente um valor, ou seja, algo que é considerado importante dentro de um

determinado grupo ou sociedade específica. Estas áreas são consideradas mais importantes do que as demais dentro de conjunto da cidade. Por que isto ocorre?

Em primeiro lugar é necessário lembrar que a cidade é fragmentada, ou seja, é produzida hierarquicamente. É ela própria parte das clivagens sociais. Se os espaços são desiguais, naturalmente que sua valoração também o será. Os valores “belo”, “melhor”, “importante” etc. são todos atribuídos a estas áreas da cidade, pois são a encarnação geográfica da imagem burguesa da cidade. Contrariamente, os valores “feio”, “sujo”, “perigoso”, “pior” etc. são atribuídos justamente às áreas onde se localizam as classes exploradas. Tal processo não é gratuito. Villaça está correto quando afirma que estas “representações” do espaço servem para a manutenção das relações de exploração via estratégias espaciais. Isto é evidente, na medida em que a luta de classes não é um processo meramente “econômico”, mas sim uma relação contraditória que inunda toda a sociedade. Assim, os valores, símbolos, sentimentos, teoria, ideologia etc. são parte constituinte da luta de classes.

Desenvolveremos agora análise semelhante à de Villaça (2001), utilizando como fonte o jornal *O Popular* nos anos de 2007 e 2008. Utilizaremos fundamentalmente o caderno *Cidades* deste jornal para identificar qualquer referência a logradouros públicos de Goiânia e Aparecida de Goiânia. Esta análise de conteúdo serve para demonstrar a valoração que o espaço aparecidense recebe dos principais meios de comunicação de Goiás.

Também serão realizadas análises de discurso em reportagens devidamente selecionadas. Tal análise objetiva demonstrar quais são geralmente os valores atribuídos à Aparecida de Goiânia, tal análise será feita também no caderno cidades e em uma ou outra reportagem que por ventura venha a se destacar na edição em análise.

Vejamos o quadro 5:

| Quadro 5 – Menção a logradouros públicos em Goiânia e Aparecida de Goiânia – 2008 | | | | |
|---|---------------------|------------|----------------------|----------------------|
| Goiânia | | | Aparecida de Goiânia | |
| Áreas “nobres” | Áreas “periféricas” | Centro | Pág. policial | Logradouros públicos |
| 114 | 42 | 62 | 20 | 15 |
| 45% | 16% | 24% | 9% | 6% |
| TOTAL | | 253 | | |
| Fonte: Jornal <i>O Popular</i> – janeiro de 2007 a maio de 2008 | | | | |

Classificamos como áreas “nobres”, aquelas regiões da cidade destinadas primordialmente às classes exploradoras e suas auxiliares. Estas são geralmente as partes da cidade cujo oferecimento de infra-estruturas urbanas é completo, o design e o paisagismo recebem atenção especial, ficando seus parques, áreas públicas etc. sempre em bom estado de conservação etc. A palavra “nobre” foi utilizada em falta de outra melhor, mas busca simplesmente demonstrar que ali reside frações significativas das classes dominantes.

As áreas “periféricas” recebem esta denominação não pela localização geográfica em si, posto que pode haver periferias às margens do centro ou mesmo encravadas nele. O termo periférico refere-se à situação de classe, sendo estas áreas ocupadas e produzidas pelas classes exploradas. Também a utilização da expressão áreas “periféricas” deve-se à falta de termo melhor. A realidade que visa expressar é o assentamento das classes exploradas, estando às vezes distante das áreas centrais da cidade e às vezes muito próximas ou mesmo em seu interior.

O centro é o centro da cidade mesmo. Sobre este aspecto não há grandes divergências e a palavra expressa bem o conteúdo histórico-geográfico que existe empiricamente. Assim, de acordo com o *quadro 5*, pode-se verificar que mesmo as classes dominantes abandonando esta área da cidade como lócus de habitação, este não perde mesmo assim, a importância que os centros desempenham. No levantamento realizado, recebeu uma atenção de 24% nas reportagens recenseadas. O centro de Goiânia, como centro da RMG em sua totalidade ainda desempenha grande papel na articulação territorial entre os municípios do entorno e a capital do estado.

Dada sua função no conjunto da RMG, a maneira como é valorado condiz com sua funcionalidade. Tanto no levantamento estatístico que fizemos como em várias reportagens sobre esta área da cidade, o centro é sempre um valor. Isto revela que a maneira como se estrutura o espaço intra-urbano implica em processos de valoração pelos indivíduos que se relacionam direta ou indiretamente com aquele espaço. Assim, o centro é tido como importante área da cidade, embora ali não resida atualmente o conjunto das classes dominantes, que estão hoje nos “centros novos” ou nas “novas centralidades” de Goiânia, como por exemplo, os Setores Bueno, Nova Suíça e Marista. E é claro, também estão espalhados pelas “periferias” da cidade, primordialmente no quadrante setentrional, nos seu condomínios horizontais exclusivos.

*Pazini (2008)*³⁶ afirma:

Morar no Centro de Goiânia é uma boa opção para quem gosta de comodidade. Além de comportar prédios que podem se tornar uma grande área residencial, atrativa para se morar e investir em imóveis, a proximidade a colégios, mercados, bancos e órgãos públicos é um dos diferenciais. Enquanto aluguéis estão em alta, o preço do metro quadrado no Centro da Capital chega a custar a metade do que em outras regiões da cidade. Moradores e comerciantes aprovam a segurança local. Empresário diz que o local é a tendência do mercado imobiliário dos próximos anos e investir nele, hoje, é o melhor negócio.

Está bastante claro o que acabo de afirmar. O centro não é um valor porque as classes dominantes se localizam nele. É um valor pela função que desempenha como centro, ou seja, a idéia de proximidade a tudo revela este aspecto. O fato de os aluguéis custarem até metade do preço de outras áreas demonstra que ali é uma área ocupada não mais pelas classes dominantes, posto que se estivessem ali, os aluguéis seriam os mais caros da cidade. Isto prova que a maneira como o espaço é intra-urbano é valorado está diretamente vinculado ao seu processo de estruturação.

Nesta mesma linha de raciocínio, podemos compreender a maneira como as áreas “periféricas” são valoradas. De acordo com o *quadro 5*, depreende-se que do recenseamento realizado, somente 16% das referências remetem a estes espaços. Por que ocorre assim? Sendo lócus preferencial das classes exploradas, estruturando portanto um espaço determinado no conjunto da cidade, estas áreas recebem um tipo específico de atenção ou de valoração. As periferias são um des-valor, ou seja, como não encarnam a auto-imagem burguesa de cidade, são tidas como uma anti-cidade que deve ser negada, extirpada, aniquilada, enfim, esquecida.

Tal como na pesquisa realizada por Villaça (2001) nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, as áreas destinadas à habitação das classes exploradas recebem pelo conjunto da mídia impressa menos atenção do que as áreas onde habitam as classes dominantes. Tanto lá como aqui, vê-se o processo de valoração axiológica do espaço intra-urbano. As áreas “periféricas” são a dimensão da cidade cuja função foi e ainda é segregar as classes exploradas, sendo o espaço nestes processos um todo estruturante das relações sociais, que como outros elementos, se insere no conjunto da reprodução.

³⁶ PAZINI, Edilane. Lugar bom de se morar. **Diário da Manhã**. Goiânia, 04 abr. 2008. Disponível em: <http://v5.dm.com.br/>. Acesso em 19 de mai. 2008.

Deste modo, tratar as “periferias” como um des-valor compõe a totalidade de relações necessárias para a manutenção da dominação. A estruturação espacial é assim simultaneamente um valor e um processo de reprodução das relações de exploração, através principalmente dos processos de segregação residencial e portanto, do controle do tempo de deslocamento das classes sociais dentro do espaço intra-urbano.

Isto é verdadeiro se se analisa as referências que são dadas às áreas “nobres” da cidade. Do recenseamento realizado, 45% das referências são destinadas a estas porções do espaço. Enquanto as periferias devem sistematicamente ser esquecidas ou pelo menos camufladas, estas áreas devem pelo contrário a todo momento ser lembradas, demonstrando assim as “maravilhas” que a burguesia é capaz de produzir. Todo o esplendor, beleza e sofisticação, tão requisitados e exigidos por esta classe social no processo de estruturação espacial são a comissão de frente da imagem que esta classe tem de si mesma e portanto de seu espaço.

Afirmar isto a todo momento e para todos verem é uma necessidade da classe dominante. Assim, a imprensa cumpre um importante papel reforçando esta auto-imagem da cidade. Tendo consciência ou não de seu papel, o que a mídia consegue fazer com sua descrição descontinuista (BOURDIEU, 1997) do mundo é a criação de uma impressão sobre as coisas, as relações, enfim sobre a realidade, que mais serve para cristalizar do que para transformar.

Vejamos a citação seguinte:

Mas Goiânia vai, gradativamente, dando um exemplo que vai impactar o País. A concepção é simples, mas são poucos os que pensaram e agiram seriamente a respeito dela: para que exista paz no centro e nos bairros nobres, é preciso, antes de tudo, que a periferia esteja bem assistida³⁷.

Duas importantes conclusões devem ser retiradas desta concepção amplamente divulgada na imprensa. Em primeiro lugar, depreende-se da citação que entre centro e periferia, leia-se – áreas destinadas às classes dominantes e áreas destinadas às classes exploradas – há uma grande distância. Isto é óbvio, mas o importante é notar a maneira como ambas são representadas: centro – lugar de paz e “cidadania”; periferia – lugar hostil habitado por indivíduos perigosos. A segunda

³⁷ ARAÚJO, Íris. Só flores não bastam. Periferia bem assistida é paz no centro. **Diário da Manhã**. Goiânia, 09 set. de 2007. Disponível em: http://v5.dm.com.br/opiniao/so_flores_nao_bastam_periferia. Acesso em: 19 de mai. 2008.

conclusão é: sendo a periferia um lugar perigoso, deve-se criar alternativas para conter essa massa informe e violenta para que o centro possa permanecer na sua paz. No artigo em questão, o que a autora defende é a instalação de infra-estrutura básica, notadamente asfalto, para que os moradores da periferia tenham uma vida “digna” e portanto não sejam sujeitos violentos e não prejudiquem a paz dos “felizes”.

Esta idéia é a questão fulcral para se compreender a valoração do espaço intra-urbano. A valoração está ligada, portanto à maneira como este espaço é estruturado, ou seja, às funções que desempenha no conjunto da realidade urbana considerada e naturalmente à localização das classes sociais. Deste modo, uma leitura do espaço como um valor, leva invariavelmente à compreensão do processo de sua estruturação.

Isto pode ainda ser comprovado mais uma vez se partirmos para a análise do espaço metropolitano como um todo. Cada cidade da RMG desempenha seu papel no conjunto do aglomerado. Naturalmente que não é um papel único nem fixo no tempo. Funções diferentes se acumulam num mesmo espaço, pois o espaço é multifacetado. Com a sua complexificação, as multifuncionalidades vão se aglomerando cada vez mais. Uma justaposição de múltiplas funções acaba por configurar a “natureza dos espaços” metropolitanos.

Aparecida de Goiânia, na sua relação hierarquizada com o espaço goianiense, enfrentou um longa jornada de segregação. De *periferia expandida e segregada* à *região geral multifuncional integrada da cidade*, este município estruturou-se ao longo da história com papéis bem definidos dentro da divisão intra-metropolitana do trabalho. Duas funções fundamentais marcam seu território e sua paisagem: assentamento das classes exploradas, portanto um espaço de segregação; e especialização industrial (dentro da divisão intra-metropolitana do trabalho Goianira, Senador Canedo, Trindade e Aparecida de Goiânia desempenham esta função). Ou seja, se Goiânia não apresenta em seu território forte marca industrial, esta função migra para os municípios do entorno, industrializando assim a região metropolitana como um todo. Esta é uma realidade que merece estudo em separado, pois pode revelar muitos aspectos para se compreender a RMG em sua totalidade. Entretanto, não há espaço aqui para um estudo desta natureza.

Ainda, retomando nossa tese fundamental de que a valoração do espaço está ligada a seu processo de estruturação, é interessante notar que o espaço aparecidense recebeu, na análise de conteúdo que fizemos, tal como nas áreas periféricas de Goiânia,

somente 15% das referências. Destes 15%, 9% remetem a referências às páginas policiais e 6% a logradouros públicos. Estes dados corroboram uma importante representação acerca do espaço aparecidense, ou seja, de que é uma área hostil, criminosa e violenta. Não que estas porcentagens sejam definitivas, nem muito menos são o elemento central para se compreender este tipo de valoração do espaço. São somente um ponto de partida. Nada mais que isto.

Entrevistando uma policial a respeito da violência criminal na cidade de Goiânia e também em Aparecida de Goiânia, obtivemos uma resposta bastante interessante sobre a maneira como Aparecida é valorada. A policial informou que o Setor Madre Germana II, em Goiânia, é muito menos perigoso que o Setor Madre Germana de Aparecida de Goiânia. Tal informação é bastante curiosa, pois ambos os bairros estão colados um ao outro e a única diferença entre eles é a localização municipal, ou seja, um está em Aparecida de Goiânia e o outro em Goiânia. Desconsiderando toda a lógica de aglomeração que Goiânia vivencia desde a década de 1970 e também desconsiderando a conurbação intensa entre os dois municípios, a policial afirma que um é mais perigoso que o outro simplesmente pela diferença de localização administrativa.

Isto demonstra nada mais nada menos que um processo de valoração do espaço intra-urbano de Aparecida de Goiânia. Ou seja, uma única e mesma realidade urbana separada administrativamente recebe duas valorações distintas. Nas poucas referências que Aparecida de Goiânia recebeu no recenseamento que fizemos, 9% remetem a situações de crime. Portanto, este espaço possui uma forte marca simbólica de ser uma área perigosa, hostil e criminosa. Não que isto não seja em partes verdadeiro, mas a questão é que a cidade inteira o é e as taxas de homicídios de 1998 a 2002 demonstram isto.

Tabela 10 - Taxa de homicídios por 100.000 habitantes – RMG

| Municípios | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 |
|-----------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Região metropolitana | 23,5 | 25,6 | 24,5 | 25,4 | 32,8 |
| Abadia de Goiás | 0 | 0 | 40,23 | 19,12 | 0 |
| Aparecida de Goiânia | 29,41 | 26,28 | 33,59 | 48,99 | 47,35 |
| Aragoiânia | 32,77 | 15,92 | 15,57 | 15,05 | 0 |
| Goianápolis | 27,56 | 17,85 | 18,74 | 9,05 | 17,55 |
| Goiânia | 21,54 | 26,89 | 22,87 | 18,89 | 28,96 |
| Goianira | 36,03 | 11,54 | 10,68 | 20,35 | 14,73 |
| Hidrolândia | 8,69 | 17,15 | 7,64 | 7,7 | 29,24 |
| Nerópolis | 35,91 | 5,75 | 21,53 | 5,19 | 15,19 |
| Santo Antônio de Goiás | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

| | | | | | |
|----------------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Senador Canedo | 16,49 | 25,74 | 22,26 | 31,79 | 52,32 |
| Trindade | 29,27 | 16,62 | 17,19 | 19,94 | 24,02 |

Fonte:Ministério da Justiça - MJ/Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP

Ou seja, devido ao processo histórico de produção deste espaço que desde que Goiânia se metropoliza sempre desempenhou papel muito bem determinado dentro da lógica de reprodução social, Aparecida é vista ainda como sendo uma área periférica de Goiânia, o que não é de todo incorreto, mas mais do que isto é concebida como “região” perigosa de Goiânia. Aparecida é portanto um des-valor, posto que ainda tida como sendo área de assentamento das classes exploradas.

Desta maneira, o processo de valoração do espaço intra-urbano é essencialmente axiológico, ou seja, é um valor atribuído de um ponto de vista capitalista ou burguês. Da mesma forma que a ideologia, os valores são um dado da realidade. Não podem ser negligenciados. A crítica da valoração axiológica do espaço intra-urbano assume grande importância, pois tal como já dissemos, o sistema de valores dos indivíduos determina inclusive as interpretações sistemáticas (teóricas e ideológicas).

Tentamos aqui esboçar uma primeira tentativa nesta direção. É necessário, entretanto, que se aprofunde este tipo de análise, para que se consiga revelar em sua totalidade o processo de produção e reprodução da vida, identificando o espaço como um todo estruturante deste processo. Assim, em linhas gerais, pode-se dizer com muita clareza que ao longo da história, Aparecida de Goiânia foi e é um espaço produzido através de processos de segregação, portanto foi produzido para reproduzir relações de exploração e dominação. Além disto, é também um objeto de valoração, no caso, como demonstramos, trata-se de uma valoração axiológica. Os valores, deste modo, confirmam e reproduzem as relações de dominação via estratégias espaciais.

Não conseguem, por esta razão, nem apreender as transformações pelas quais o município vem passando nas duas últimas décadas (1990 e 2000). A conformação de uma *região geral multifuncional integrada da cidade*, portanto, a reestruturação de seu território ainda não foi acompanhada pela modificação dos valores sobre este espaço. Isto prova mais uma vez que a formação de valores axiológicos serve para manutenção das relações de dominação.

Este trabalho respondeu aos objetivos que se propôs. Sua grande meta era oferecer uma interpretação ao espaço intra-urbano de Aparecida de Goiânia, que carece a bastante tempo de uma leitura de conjunto do processo de estruturação de seu espaço. O poder que Goiânia exerce sobre o conjunto da RMG impede inclusive que aqueles que se dediquem a compreender o a urbanização de Goiás dedique análises à estruturação dos espaços das cidades do entorno. Deste modo, este trabalho tem o mérito de dar uma primeira contribuição neste sentido. Naturalmente que é uma leitura incompleta, como todas devem ser, mas é também um esforço de aproximação muito grande no sentido de revelar um pouco da dinâmica intra-urbana da RMG e de Aparecida de Goiânia em particular.

A análise foi iniciada partindo de um pressuposto bem definido: o urbano e o intra-urbano são escalas do espaço que não podem ser compreendidas separadamente. Partindo deste primeiro nexos teórico, desvendamos que a formação do espaço intra-urbano de Aparecida só adquire complexidade e dinâmicas mais complexas com o processo de metropolização de Goiânia. Embora tenha sido fundada em 1922, o território que depois se tornaria sua área municipal não sofre grandes transformações desde sua fundação até por volta de meados dos anos de 1970. Aparecida torna-se município, do ponto de vista administrativo, deixando de ser distrito de Goiânia, em 1963. Este fato não é gratuito, mas já insere-se numa estratégia global de produção hierarquizada do espaço intra-metropolitano.

Aparecida de Goiânia é um espaço que tem peculiaridades, ou melhor, processos internos que configuram a estruturação de seu espaço. Em contrapartida, o fato de ser um município que situa-se às margens de uma capital estadual, no sentido administrativo, e uma metrópole regional, no sentido de sua funcionalidade dentro da rede urbana regional da Região Centro-Oeste: Goiânia, torna-a uma cidade com forças extra-municipais estruturando seu espaço intra-urbano.

Assim, a única maneira possível de se dar uma interpretação adequada a seu processo de estruturação é considerando esta realidade. O movimento que Goiânia engendra é um processo poderoso de produção de todo o espaço metropolitano. Tanto a dinâmica cotidiana dos municípios (migração pendular para trabalho, comércio, consumo de serviços etc.) demonstram este aspecto. Mas também a construção de

determinadas infra-estruturas, principalmente vias, evidenciam o poder de polarização de Goiânia. A constituição das principais vias de escoamento e circulação de Aparecida de Goiânia demonstram este poder de Goiânia. Aparecida apresenta uma morfologia urbana que “pende” para Goiânia: a BR-153, a GO-040, a Avenida São João são as vias necessárias de Aparecida para conectar todo seu território rapidamente a Goiânia.

A construção de terminais ao longo destas vias complementa esta maneira de estruturar o espaço. Ao longo e nas proximidades da GO-040 estão os terminais Maranhá e Garavelo. Às margens da Avenida São João está o terminal Cruzeiro do Sul, continuando em direção sul, na Avenida São João, encontra-se a Avenida Veiga Vale, na qual localiza-se o terminal Veiga Jardim. Nas margens da BR-153 está o terminal Araguaia.

Ora, é fácil notar a partir desta descrição que o movimento de Aparecida de Goiânia em direção a Goiânia é uma importante força na produção do espaço de Aparecida. As relações territoriais entre os dois municípios se dá de maneira hierarquizada, na qual Aparecida de Goiânia é subordinada ao município pólo da Região Metropolitana. Este aspecto observado hoje, já era perceptível na aurora da formação de Aparecida.

Inicialmente, em 1922 era simplesmente um povoado religioso com algumas casas em torno de uma igreja. A construção de Goiânia inicialmente não gera qualquer modificação significativa em seu espaço. Até a década de 1940 nenhum loteamento sequer é criado na área que hoje é o município. A década de 1950, devido à grande movimentação imobiliária ocorrida em Goiânia por esta época, criam-se vários loteamento em algumas áreas onde hoje é a região setentrional de Aparecida de Goiânia. Quando em 1963 é criado o município de Aparecida de Goiânia estes loteamento configuram-se como espaços profundamente segregados, daí denominarmos este período no processo de estruturação espacial de Aparecida de Goiânia de “1922 a 1963 – De núcleo isolado à constituição de espaços segregados”.

O segundo período, “De 1963 a 1980 – Da estruturação do espaço metropolitano à produção de periferia expandida e segregada”, já apresenta mudanças significativas na maneira como o espaço passa a ser produzido. Goiânia já começa a viver um lógica de aglomeração urbana e Aparecida é um dos principais municípios neste processo. Não é atoa que é nesta época, principalmente na década de 1970 que Aparecida apresenta os maiores números no que se refere ao crescimento populacional. Mas também a criação de loteamentos neste período é algo a ser levado em

consideração. Se até a década de 1940, Aparecida era um pequeno povoado monolítico, na década de 1970, seu espaço vivencia uma verdadeira corrida imobiliária. As áreas loteadas aparecem por todos os lugares no interior do município e no período considerado são criados 145 loteamentos.

Como demonstramos, este processo deveu-se às modificações que Goiânia passa a vivenciar neste período. Tais transformações também não são gratuitas, pois o território goiano passa a inserir-se de maneira diferenciada na reprodução global do capital. Assim, a “transformação das estruturas” engendra “O tempo da transformação” em Goiás (ESTEVAM, 2004). A nova inserção de Goiás ou a rearticulação de sua posição no sistema produtivo como um todo, acaba necessariamente por trazer as condições que serão o fulcro de modificações mais substanciais na maneira de estruturação do espaço intra-urbano de Goiânia e por consequência de Aparecida de Goiânia.

Demograficamente, Goiânia e Aparecida de Goiânia são as cidades que mais crescem no aglomerado: 6,8% e 19,2% respectivamente entre os anos de 1970 e 1980. Isto não é um processo gratuito, é a produção de uma periferia de Goiânia em outro município do ponto de vista administrativo. Esta periferia expandida e segregada de Goiânia é a expressão mais clara do que estamos buscando demonstrar, ou seja, Aparecida de Goiânia é uma “região geral da cidade” destinada às classes exploradas. É a segregação sendo deliberadamente produzida com a finalidade de reproduzir as relações de dominação, objetivo primeiro dos processos segregacionistas.

A década de 1980 é a confirmação de todo o conjunto de movimentos engendrados nas décadas anteriores. A criação de loteamentos, o crescimento demográfico não são tão explosivos como nos anos de 1970, mas ainda está entre os maiores da RMG. Por esta razão denominamos este período de “acomodação”, período também de revelação dos graves problemas urbanos advindos da ocupação pretérita, de *“De 1980 a 1990 – Consolidando a segregação: o crescimento demográfico”*.

Segue-se a este momento um último período, o qual designamos de *“De 1990 aos dias atuais – A constituição de uma região geral multifuncional integrada da cidade”*. O conceito de periferia expandida e segregada, embora ainda tenha certa validade, não consegue mais explicar a totalidade do espaço intra-urbano de Aparecida de Goiânia. É necessário portanto que se crie uma outra terminologia que consiga abranger a multifuncionalidade deste espaço que adquire grande complexidade com o

intenso processo de fragmentação ao qual foi submetido durante décadas, sendo produto ele próprio de práticas fragmentadoras.

Os de 1990 assistem a um grande movimento de reestruturação do espaço intra-urbano de Aparecida de Goiânia. Reestruturar é uma ação que implica em processos de modificação e permanência. Não se trata somente de mudar a forma, a epiderme dos lugares, mas sim de re-significar as funções que derivam de mudanças estruturais mais profundas. Assim, forma, estrutura e função, para lembrar estas categorias lefebvreanas, servem-nos grandemente para compreender este novo momento do espaço aparecidense.

Naturalmente que ainda é um “lugar” preferencial para habitação das classes exploradas, posto que a reestruturação não é um processo de transformação global e radical das relações sociais, mas somente uma acomodação de tendências conflituosas em um novo patamar de contradições. A passagem do fordismo para a acumulação flexível (HARVEY, 1994), ou para utilizar outra terminologia, do regime de acumulação intensivo-extensivo para a acumulação integral (VIANA, 2003) demonstra bem o que acabo de afirmar.

Se Aparecida se re-estrutura, ou seja, adquire novas formas e funções, não deixa de ser por isto aquilo que viera sendo nas últimas cinco décadas, uma área da RMG destinada à concentração das classes exploradas. As novas formas que seu espaço adquire, derivadas de funções também novas, revelam uma nova fisionomia no conjunto de seu espaço intra-urbano. Os subcentros, *gentrificação* de algumas áreas, especialização industrial de outras, a ressignificação do centro histórico etc. são exemplos de que se trata de um espaço qualitativamente distinto daquela “região geral da cidade” (VILLAÇA, 2001) ou como denominamos periferia expandida e segregada.

A construção do *Buriti Shopping* e ida de dois condomínios fechados para Avenida Rio Verde são importantes no *aburguesamento* ou *gentrificação* desta área. O avivamento no comércio e no oferecimento de serviços em vários pontos da cidade dão ao município uma nova morfologia. A importância dos serviços e do comércio na produção do espaço é notória. A Avenida Igualdade, no Setor Garavelo; as Avenidas Tapajós e São Paulo, na Vila Brasília; a Avenida São João no Setor Cruzeiro do Sul; a Avenida Independência, no setor Cidade Livre são exemplos da refuncionalização dos lugares, produzindo uma nova morfologia intra-urbana em Aparecida de Goiânia.

Deste modo, a velha e conhecida denominação de Aparecida de Goiânia como sendo uma cidade dormitório é insuficiente para expressar a realidade de seu

território. Em que pese o fluxo migratório em direção a Goiânia seja ainda muito grande, as novas funções de seu espaço e o ainda parco, mas visível crescimento industrial não permitem mais qualificá-la como sendo meramente uma cidade dormitório.

Por último, buscamos demonstrar como este espaço é valorado. Valorar é considerar algo, alguém, relação, processo, enfim qualquer “ser” como sendo importante ou desimportante (VIANA, 2008). A valoração pode ser axiológica ou axionômica. Esta expressa os valores autênticos do ser humano, aquela os inautênticos³⁸. A análise dos jornais foi bastante clara com relação à maneira como o “campo jornalístico” valora o espaço intra-urbano.

A análise de conteúdo revelou que os espaços que recebem maior atenção são aquelas áreas destinadas às classes dominantes, tanto a burguesia quanto suas classes auxiliares. As áreas “periféricas” são muito menos referenciadas, demonstrando que os valores daqueles que escrevem consideram mais importantes determinadas áreas em detrimento de outras.

Aparecida de Goiânia, é importante que se diga, só merece destaque na maioria das vezes que é citada nos jornais nas páginas policiais, revelando mais uma vez como o espaço é valorado pelo “campo jornalístico”. Por que somente estas notícias são escolhidas sobre Aparecida de Goiânia? Esta é uma pergunta que levanta um importante debate, pois acaba por criar uma imagem do município. Os moradores de Goiânia, mesmo aqueles pertencentes às classes exploradas, ao ouvirem falar de Aparecida de Goiânia, falam imediatamente da periculosidade do lugar. Cria-se assim uma falsa imagem do espaço intra-metropolitano, pois concebe os dois municípios como sendo separados, quando na verdade são uma única e mesma realidade urbana.

Goiânia e Aparecida de Goiânia, como um todo hierarquizado e polinucleado, revelam um lógica metropolitana contínua. Os “problemas” de Aparecida são diretamente relacionados a Goiânia e vice-versa. Transporte coletivo, habitação, criminalidade etc. só podem ser convenientemente analisados desta maneira. O transporte coletivo tem a função de interconectar espaços fragmentados, a questão habitacional é diretamente ligada à dinâmica demográfica, ao movimento do mercado imobiliário, às políticas estatais e por vezes à ação das classes exploradas em movimentos que na maioria das vezes expressam e confirmam a fragmentação do

³⁸ Cf. capítulo 3 desta dissertação. Para um maior aprofundamento sobre o tema, Cf. (VIANA, 2008).

espaço. Todas estas questões transitam dentro do espaço intra-metropolitano demonstrando que são função necessária de uma dinâmica única, porém hierarquizada.

Assim, o “campo jornalístico” com seu factualismo e descontínuismo não consegue nunca expressar esta lógica. A valoração de algumas áreas em detrimento de outras, a escolha de determinadas informações sobre alguns lugares em detrimento de outras etc. serve como um elemento cristalizador de uma dada “representação” do espaço. Algumas áreas da cidade tornam-se a imagem da própria cidade e a valoração destas áreas como tal acaba por confirmar isto. As áreas cuja ocupação é predominantemente das classes exploradoras adquire este status, ao passo que as áreas destinadas à ocupação das classes exploradas ou são sistematicamente “desvaloradas”. Só aparecem como uma negação daquilo que deveria ser a cidade: feia, sem infraestrutura, perigosa, hostil etc.

Esta maneira bipartizada de se valorar o espaço intra-urbano confirma-o como tal. Esta é a importância na análise dos valores no que diz respeito aos processos de estruturação do espaço intra-urbano. Expressam e ao mesmo tempo confirmam a fragmentação do espaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALFREDO, Anselmo. Cidade e metrópole, uma identidade contraditória no processo de urbanização contemporânea. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri & LEMOS, Amália Inês Geraiges (orgs.). **Dilemas Urbanos**: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003. p. 45 – 56.
- ARRAIS, Tadeu Pereira Alencar. Goiás: novas regiões, ou novas formas de olhar velhas regiões. In: ALMEIDA, Maria Geralda de (org.). **Abordagens geográficas de Goiás**: o natural e o social na contemporaneidade. Goiânia: IESA, 2002.
- ASCHER, François. **Metápolis**: Acerca do Futuro da Cidade. Oeiras: Celta Editora, 1998.
- BENEVOLO, Leonardo. **A história da cidade**. São Paulo: Edusp, 2001
- BERNARDO, João. **Economia dos Conflitos Sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.
- _____. **Marx Crítico de Marx**: livro primeiro: epistemologia, classes sócias e tecnologia em O Capital. Volume III. Porto: Afrontamento, 1977.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34; Edusp, 2000.
- CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- ESTEVAM, Luis. **O tempo da transformação**: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás. Goiânia: UCG, 2004.
- GEDDES, Patrick. **Cidades em evolução**. Campinas: Papirus, 1994.
- GEIGER, Pedro Pinchas. Novas estruturas urbano-regionais: a categoria região-cidade global. In: **Simpósio Nacional de Geografia Urbana**, 6, 1999, Presidente Prudente. Anais. Presidente Prudente: Unesp; AGB, 1999. p. 69 – 76.

GOLDMANN, Lucien. **Ciências humanas e filosofia: o que é a sociologia**. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1980.

_____. **Dialética e cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1997.

HARVEY, David. **A Condição Pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

IBGE. **Aparecida de Goiânia**. Goiânia, s/d. (*mimeo*).

_____. **Aparecida de Goiânia**. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.

IPEA et al. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais: norte, nordeste e centro-oeste**. V. 4, Brasília: IPEA, 2001.

IPLAN. **Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia**. Goiânia: Prefeitura Municipal de Goiânia, 1991.

JENSEN, Karl. **A luta Operária e os Limites do Autonomismo**. Revista Ruptura. Ano 8, número 7, agosto de 2001. Goiânia, Movimento Autogestionário, 2001.

KORSCH, Karl. **Marxismo e filosofia**. Porto: Afrontamento, 1966.

LEFEBVRE, Henri. **O direito a cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

LENCIONI, Sandra. Uma nova determinação do urbano: o desenvolvimento do processo de metropolização do espaço. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri & LEMOS, Amália Inês Geraiges (orgs.). **Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 35 – 44

_____. Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. In: SILVA, Cátia Antônia da et al (orgs.). **Metrópole: governo, sociedade e território**. Rio de Janeiro: DP&A; Faperj, 2006. p. 41 – 57.

LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LÖWY, Michel. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez, 1985.

_____. **Método dialético e teoria política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 2002.

_____ & ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

_____. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____ & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____ & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã I: crítica da filosofia alemã mais recente**. Lisboa, 1976.

_____. **A miséria da filosofia**. São Paulo: Expressão do Livro, s/d.

_____. **O capital: para a crítica da economia política**. Tomo I: O processo de produção do capital. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MENDRAS, Henri. **Princípios de sociologia: uma iniciação a análise sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

MORAES, Robson de Sousa. As formas contemporâneas da captura capitalista do território goiano. In: CHAVEIRO, Eguimar Felício. **A captura do território goiano e sua múltipla dimensão sócio-espacial**. Goiânia: Gráfica e editora Modelo, 2005.

MOYSES, Aristides *et al.* O Contexto Histórico da Formação Sócio-Territorial da Região Metropolitana de Goiânia. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (org). **Entre a Coesão e a Fragmentação, a Cooperação e o Conflito**. São Paulo: Perseu Abramo; Rio de Janeiro: FASE, 2004a.

_____. **Goiânia, metrópole não planejada**. Goiânia: UCG, 2004b.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: HUCITEC, Educ, 1989.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

OFFE, Claus; RONGE, Volker. **Teses Sobre a Fundamentação do Conceito de “Estado Capitalista” e Sobre a Pesquisa Política de Orientação Materialista**. In: OFFE, Claus. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, Carlos José de. **Erosão na Bacia do Córrego Santo Antônio em Aparecida de Goiânia/GO: Análise e Diretrizes para Controle.** (Dissertação de Mestrado). Goiânia: IESA/UFG, 2005.

_____; LENHARDT, Gero. **Teoria do Estado e Política Social.** In: OFFE, Claus. Problemas Estruturais do Estado Capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

SANSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial.** São Paulo, 1998.

SANTOS, Lucas Maia dos. Autogestão: desejo e possibilidade. **Revista Enfrentamento.** Goiânia. Ano 1, nº 2, jan./jul. 2007. Disponível em: www.enfrentamento.sementeira.net. Acesso em 28 de março de 2008.

_____. Espaços públicos e espaços coletivos: do encontro à esperança. **Revista Espaço Livre.** Goiânia. vol. 3. nº 1, jan./jun. de 2007. Disponível em www.espacolivresementeira.net. Acesso em 28 de março de 2008.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, Benedicto. **Taylor e Fayol.** Rio de Janeiro: FGV, 1974.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **ABC do Desenvolvimento Urbano.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios de administração científica.** São Paulo: Atlas, 1970.

TRAGTENBERG, Maurício. **Burocracia e ideologia.** São Paulo: Ática, s/d.

VAZQUES, Adolfo Sanches. **Ética.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

VIANA, Nildo. Para uma teoria das formas de regularização das relações sociais. In: _____. **A consciência da história: ensaios sobre o materialismo histórico-dialético.** Goiânia: Edições Combate, 1997. p. 51 – 59

_____. **A consciência da história: ensaios sobre o materialismo histórico-dialético.** 2º edição. Rio de Janeiro, 2007.

_____. **Estado, Democracia e Cidadania**: a dinâmica da política institucional no capitalismo. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.

_____. **A questão da causalidade nas ciências sociais**. Goiânia: Edições Germinal, 2001.

_____. A questão dos valores. **Cultura & Liberdade**. Goiânia, ano 2, nº 2, p. 77 – 100, abr., 2002.

VILLAÇA, Flávio. **O Espaço Intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel/Fapesp, 2001.